

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

LARISSA DOCAL SPINA

**ENSINO SUPERIOR E REFÚGIO: UM ESTUDO A PARTIR DA TRAJETÓRIA DE
ESTUDANTES REFUGIADOS NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

CAMPINAS - SP

2022

LARISSA DOCAL SPINA

ENSINO SUPERIOR E REFÚGIO: UM ESTUDO A PARTIR DA TRAJETÓRIA DE
ESTUDANTES REFUGIADOS NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no
curso de graduação de Ciências Sociais na
Universidade Estadual de Campinas.

Orientação: Prof^a Dr^a Isadora Lins França

CAMPINAS - SP

2022

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

Sp46e Spina, Larissa Docal, 1998-
Ensino superior e refúgio : um estudo a partir da trajetória de estudantes refugiados na Universidade Estadual de Campinas / Larissa Docal Spina. – Campinas, SP : [s.n.], 2023.

Orientador: Isadora Lins França.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Universidade Estadual de Campinas. 2. Refugiados. 3. Ensino superior. 4. Universidades e faculdades. 5. Mobilidade. I. França, Isadora Lins, 1978-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações adicionais, complementares

Título em outro idioma: Higher education and refuge: a study from the trajectory of refugee students at the State University of Campinas

Palavras-chave em inglês:

Refugees

Higher education

Universities and colleges

Mobility

Área de concentração: Antropologia

Titulação: Bacharel

Banca examinadora:

Ana Carolina de Moura Delfim Maciel

Omar Thomaz Ribeiro

Regina Facchini

Data de entrega do trabalho definitivo: 05-06-2023

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos que tornaram este trabalho possível, em especial à minha orientadora, Isadora Lins França. Na realização deste estudo eu me tornei antropóloga, eu me descobri pesquisadora e aprendi a escrever para partilhar conhecimentos e reflexões. Para além dos objetivos deste estudo, a minha formação é um resultado concreto que impactará em toda minha jornada. Obrigada por me acompanhar desde o início, me ajudando, ensinando e incentivando em cada passo.

A todos que leram este trabalho ou parte dele eu aprecio os comentários, em especial dos membros do grupo de estudos dos orientandos da professora Isadora Lins França e da pesquisadora Natália Lago. Todos os seus comentários me ajudaram muito em um momento em que escrever era difícil. Também destaco a atuação da professora Regina Facchini, pela co-orientação e por inserir minha pesquisa no projeto “Bem Conviver”.

Agradeço aos membros da banca de defesa, professor Omar Ribeiro Thomaz e a professora Ana Carolina de Moura Delfim Maciel por lerem este trabalho com tanta atenção e ajudarem com seus comentários. Em especial, na figura da presidente Ana Carolina Maciel, eu aprecio o endosso da Cátedra Sérgio Vieira de Mello da Unicamp. Espero que os resultados aqui expostos possam contribuir de alguma maneira às reflexões e políticas de ingresso para refugiados. Agradeço de forma mais ampla à Unicamp e ao IFCH que possibilitaram a execução deste projeto. Ao CNPQ o financiamento do projeto de Iniciação Científica inicial, no ciclo 2020-2021; à FAPESP o financiamento atual para a continuidade e aprofundamento das pesquisas.

Por fim, tenho um agradecimento especial aos meus amigos e familiares que me incentivaram nos momentos difíceis, mesmo quando isto significava perder almoços para fazer entrevistas e trabalhar horas e horas. Ao meu amigo Shirô pelas conversas e trocas desde o início da graduação, obrigada por me ouvir, fazer sugestões e de certo modo ajudar a construir esta pesquisa. Ao meu namorado Tiago por me motivar e ter orgulho de mim, mesmo quando eu não acreditava que concluiria este trabalho. Você me ajudou de maneiras imprescindíveis a fazer desta pesquisa uma realidade cotidiana.

E do fundo do meu coração eu agradeço ao meu gatinho Macchiato por subir na mesa e me fazer companhia durante as entrevistas online; deitar ao meu lado em boa parte das horas em que passei lendo ou escrevendo; sentar no computador e me distrair quando eu precisava de uma pausa.

RESUMO

O objetivo geral desta pesquisa é avançar no conhecimento sobre as políticas de ingresso para estudantes refugiados e as trajetórias desses estudantes que hoje estão no ensino superior, tendo em vista as questões que enfrentam no que concerne ao acesso e à permanência na universidade. O estudo se concentrou na experiência hoje em curso na Universidade Estadual de Campinas, que conta com sistema de reserva de vagas e políticas de permanência para estudantes refugiados desde 2019. A pesquisa compreendeu a análise de documentos e a realização de entrevistas com estudantes refugiados, além do acompanhamento de eventos relacionados aos estudantes refugiados na universidade. Interessou compreender melhor as formas pelas quais nacionalidade, gênero, classe social, raça e religião (entre outros) interseccionam-se no acesso ao ensino superior e no cotidiano desses estudantes na universidade. Ao mesmo tempo, foi destinada atenção especial ao impacto dos distintos status migratórios dos estudantes no ingresso e cotidiano na universidade. Por fim, o estudo também se dedicou a compreender as diferentes redes de apoio acessadas pelos estudantes dentro e fora da universidade e sua relação com o enfrentamento dos desafios encontrados na formação universitária.

Palavras-chave: Universidade Estadual de Campinas; Refugiados; Ensino superior; Universidades e faculdades; Mobilidade.

ABSTRACT

The overall aim of this research is to advance our understanding of admission policies for refugee students and their trajectories in higher education, particularly in relation to the challenges they face regarding access and retention in university. The study specifically focuses on the ongoing experience at the State University of Campinas, which has had a quota system and retention policies for refugee students since 2019. The research involved analyzing documents, conducting interviews with refugee students, and attending events related to refugee students at the university. The aim was to gain a better understanding of how nationality, gender, social class, race, religion (among other factors) intersect in accessing higher education and the daily experiences of these students in the university. Additionally, special attention was paid to the impact of different migration statuses on the students' admission and daily life at the university. Finally, the study also aimed to understand the different support networks accessed by students both within and outside the university and how they relate to addressing the challenges encountered during university education.

Keywords: State University of Campinas; Refugees; Higher education; Universities and faculties; Mobility.

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
BAS - Bolsa de Auxílio Social (Unicamp)
BAT - Bolsa de Alimentação e Transporte (Unicamp)
CÁRITAS
CEL - Centro de Estudos de Línguas (Unicamp)
CELPE-BRAS - Certificado de Proficiência em Português para Estrangeiros.
CONARE - Comitê Nacional para os Refugiados
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho
CRNM - Carteira de Registro Nacional Migratório
CSVM - Cátedra Sérgio Vieira de Mello
DAC - Diretoria Acadêmica (Unicamp)
DCE - Diretório Central dos Estudantes
DP-RNM - Documento Provisório de Registro Nacional Migratório
ENCCEJA - Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
EDUCAFRO - Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
FAPESP - Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo
FCM - Faculdade de Ciências Médicas (Unicamp)
FEF - Faculdade de Educação Física (Unicamp)
IEL - Instituto de Estudos da Língua (Unicamp)
IFCH - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (Unicamp)
MEC - Ministério da Educação
MJSP - Ministério da Justiça e Segurança Pública
MRE - Ministério das Relações Exteriores
MS - Ministério da Saúde
ONU - Organização das Nações Unidas
PRODESP - Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo
PF - Polícia Federal
PME - Programa de Moradia Estudantil (Unicamp)
ProHaiti - Programa de acesso à educação superior para estudantes haitianos
PPE - Programa de Português para Estrangeiros (UFRGS)
ProFIS - Programa de Formação Interdisciplinar Superior

PT - Partido dos Trabalhadores
RDC - República Democrática do Congo
RNE - Registro Nacional do Estrangeiro
Sisconare - Sistema do CONARE para solicitação de refúgio
SiSU - Sistema de Seleção Unificado
UEG - Universidade Estadual de Goiás
UFABC - Universidade Federal do ABC
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UFPR - Universidade Federal do Paraná
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos
UFSM - Universidade Federal de Santa Maria
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas
UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo
USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I: ENTRE CONDIÇÕES E DOCUMENTOS	22
1. Refúgio no Brasil.....	22
2. Refúgio e Ensino Superior.....	30
3. Refúgio e ensino superior em São Paulo: uma visão a partir de editais e documentos de acesso às universidades públicas.....	43
a. Políticas de acesso às Universidades: quem são os refugiados inclusos?.....	44
b. Documentos: desafios em reconhecimento e comprovação.....	48
c. Linguagem e divulgação dos editais: idiomas e estruturas de ensino.....	53
d. A exigência de provas.....	54
e. O caso da Unicamp.....	57
f. O acesso à informação: notícias e divulgação de políticas públicas de ensino para refugiados.....	64
CAPÍTULO II: TRAJETÓRIAS DE REFÚGIO	69
Apresentação dos entrevistados.....	71
1. O acesso à Unicamp e as trajetórias de migração.....	73
a. Jamal: “Meus pais abriram um restaurante em Campinas”.....	73
b. Azekel: “Eu tenho duas datas de Nascimento”.....	78
c. Shomari: “Eu sou assim, eu vou atrás”.....	84
d. Yanara: “Eu falo muito, mas antes não falava muito”.....	86
2. Documentos: o reconhecimento jurídico e as trajetórias de refúgio.....	93
CAPÍTULO III: VIVÊNCIAS DE REFÚGIO NO ENSINO SUPERIOR	101
1. Como se deu o acesso à universidade?.....	102
2. Questões de vivência e permanência na universidade.....	109
3. Português para estrangeiros: impactos da língua estrangeira no refúgio.....	127
4. Pandemia, trabalho e ensino online.....	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	138

INTRODUÇÃO

Nos termos que entendemos hoje, *refugiado* é uma categoria histórico e culturalmente localizada. Sua definição oficial é dada pela Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951, formulada então a partir de um contexto de uma população deslocada pela Segunda Guerra Mundial. Tal documento foi elaborado para estabelecer as obrigações dos Estados e definir os critérios para determinar quem é um refugiado, consolidando a categoria. Além desta, em 1967 foi escrito um Protocolo Adicional que ampliou a definição de refugiado para incluir pessoas que foram forçadas a deixar seu país devido a eventos posteriores a 1951, e foi adotado pelos Estados signatários da Convenção de 1951.

Então, um refugiado é uma pessoa que fugiu de seu país de origem por fundados temores de perseguição, conflito armado, violência generalizada ou outras circunstâncias que comprometem seriamente sua integridade física, liberdade e segurança. O texto da convenção começa estabelecendo que uma pessoa será considerada um refugiado se tiver "medo justificado de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, opinião política ou pertencimento a um grupo social particular". Deste modo, é inviável o retorno ao país de que é nacional, o que leva a solicitar a proteção de outro Estado. A partir destas diretrizes internacionais, os Estados são livres para adequá-las ao seu contexto e determinar as suas formas de aplicação - isto é, como serão feitas e respondidas as solicitações de refúgio em cada país

É necessário pontuar que o conceito de *refúgio* foi formulado em um contexto específico, e na realidade dos fluxos migratórios atuais não funciona do modo planejado. Se o *refúgio* é acolhimento, o que ocorre na prática é a morte nas fronteiras e no deslocamento¹, é a precariedade até mesmo para aqueles que chegam ao local de destino. Então, a categoria aqui utilizada traz contradições e desafios que não são ignorados na elaboração deste trabalho. Contudo, ainda não há formulação conceitual que melhor se adeque ao contexto mundial e brasileiro atual.

No caso brasileiro, é somente com a Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, que o país estabelece um marco político administrativo, regulamentando os mecanismos para a implementação do Estatuto mencionado acima. O inciso terceiro da lei brasileira segue recomendação da Declaração de Cartagena, de que a legislação considere também como

¹ "Greek coastguard denies claims refugee boat capsized after tow rope attached"
<https://www.theguardian.com/world/2023/jun/16/greek-coastguard-denies-claims-prevented-boat-disaster>

refugiadas aquelas pessoas que fugiram de seus países por conta da grave e generalizada violação dos direitos humanos. Há uma preocupação em diferenciar migrantes por razões econômicas daqueles que solicitam refúgio por fundados temores à sua integridade física. No entanto, na prática não se verifica uma separação tão rígida entre os dois casos; na verdade estes se entrecruzam e se confundem, colocando desafios para o processo decisório e os próprios solicitantes de refúgio (capítulo I).

Nem todos os possíveis motivadores para o deslocamento estão formulados em categorias, então cabe aos indivíduos enquadrar as suas narrativas no que é previsto e predeterminado pela lei. No caso de deslocamentos motivados por desastres naturais, por exemplo, o refúgio não é uma política prevista nem na lei brasileira nem nas diretrizes internacionais. Todavia, é cada vez mais constante deslocamentos devido a impactos da mudança climática, o que já é percebido por instâncias como o ACNUR² e noticiado pela mídia.³

Para o Brasil, a imigração de haitianos desde que um terremoto devastou o país em 2010 configura-se como um desafio para as diretrizes de refúgio. Pela lei, um desastre natural não os enquadra como refugiados, e foi determinado que este status não seria concedido com base no contexto nacional⁴, apesar de o Brasil ser um dos países que lideram uma intervenção humanitária no Haiti. Então, como lidar com as massas de nacionais do país caribenho que chegam ao Brasil? Uma das soluções foi a criação de vistos humanitários, entre outros aparatos legais, que permitem a regularização desta população em território brasileiro. Deste modo, apesar de não serem reconhecidos como refugiados, existe algo em suas experiências que se assemelha, o que põe em questão políticas públicas que se destinem somente a quem tenha o status de refúgio ou seja solicitante.

Na literatura, Branco Pereira (2021) aborda tal questão a partir de seu trabalho realizado em serviços de saúde mental para refugiados, os quais também contavam com a participação de haitianos, portadores de visto humanitário, entre outros grupos para os quais o serviço não tinha o intuito de ser direcionado. O autor menciona um episódio em que representantes do ACNUR visitaram o local e os funcionários tinham a preocupação em encontrar refugiados e solicitantes de refúgio para participar das atividades. Se o

²

Disponível

em:

<https://www.acnur.org/portugues/2020/12/10/a-mudanca-climatica-e-a-crise-de-nosso-tempo-e-impacta-tambem-os-refugiados/> Acesso 10/04/23

³ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/16/eps/1568633180_345386.html Acesso 10/04/23.

⁴ Ainda é possível para Haitianos solicitar refúgio por fundados temores de perseguição, entre outras justificativas previstas na lei e avaliadas caso a caso. O que se determina é que o contexto social-humanitário do Haiti não é considerado por si só uma justificativa para a concessão do refúgio.

funcionamento do local é justamente em função destes, a participação massiva de haitianos poderia ser vista como um problema, colocando em risco o financiamento do local, já que este é destinado a refugiados, categoria em que os haitianos não se enquadram. Essas são questões que nos ajudam a relativizar um pouco a categoria de refugiado, entendendo-a como uma categoria que é negociada em várias instâncias, entre Estado, governos, agências humanitárias, e que não depende apenas da trajetória dos sujeitos. No caso brasileiro, o status de refugiado é concedido após reconhecimento no âmbito do Ministério da Justiça, por meio de seu Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE).

Algumas das políticas de ingresso facilitado nas universidades aqui estudadas (Ufacb, Unifesp) acompanhavam definições mais estritas sobre refúgio, requisitando o certificado de reconhecimento do refúgio do CONARE ou o protocolo de solicitação, limitando aqueles que poderiam se inscrever. Porém, esse quadro tem se alterado, e já em 2022 foram publicadas resoluções pela Unicamp e pela UFSCar, aplicando o enquadramento desta política para outros status de migração ligados a crises humanitárias, como apátridas e portadores de visto humanitário. A UFSCar tituló a sua resolução como destinada a “Migrantes Internacionais”, demonstrando a abrangência de sua nova política. Isto é um reflexo do entendimento de que diferentes enquadramentos jurídicos incluem realidades próximas, que compartilham características significativas em termos de experiências e vulnerabilidades socioeconômicas.

Moreira (2014) distingue entre o direito de *buscar asilo* e o direito *ao asilo*. Isto é, todos possuem o direito de solicitar asilo, mas a concessão de tal remete à soberania, ao poder de um Estado em controlar seu território e população. Há um contexto político que influi nas decisões, já que o reconhecimento do refúgio pode ser acionado como forma deslegitimadora do país de origem, ao reconhecer violações de direitos humanos do governo de lá, entre outras ações condenadas, nacionalmente ou internacionalmente. No caso brasileiro, o reconhecimento em massa de venezuelanos como refugiados em 2020⁵ pode ser articulado, ainda que não limitado a esta, a uma crítica do então governo brasileiro ao modelo político da Venezuela.⁶

Assim, no Brasil a determinação de quem é ou não refugiado é feita a partir das decisões do CONARE, um órgão do Estado composto por diversas instâncias do governo.

⁵ Disponível em:

<https://www.acnur.org/portugues/2020/08/28/brasil-reconhece-mais-77-mil-venezuelanos-como-refugiados/>
Acesso em 10/04/23.

⁶ Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/bolsonaro-critica-cuba-e-venezuela-por-conter-protestos-e-por-prender-opositor/> Acesso 10/04/23.

Entre os membros, destaca-se a presença de funcionários do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Ministério da Educação (MEC), Ministério da Saúde (MS), Ministério das Relações Exteriores (MRE), e da Polícia Federal (PF). Ainda, o CONARE opera a partir de uma estrutura tripartite, o que significa que além de representantes do Estado Brasileiro, há membros que representam organizações internacionais, na presença do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e da sociedade civil. Em geral, esta última é representada pela Cáritas e outras organizações, muitas vezes de cunho religioso, que atuam na recepção e acolhimento dos refugiados.⁷

Para solicitar o refúgio a esta instituição, deve-se seguir as instruções presentes na página do MJSP e realizar um cadastro no sistema Sisconare, uma plataforma digital criada especialmente para solicitação de refúgio. Destaca-se que, apesar dos formulários no Sisconare não estarem disponíveis em outros idiomas além do português, há modelos em espanhol, francês, inglês e árabe para orientação. Após finalizar a solicitação no sistema, a instrução é agendar um horário na Polícia Federal para a emissão do Protocolo de Refúgio, documento que de fato completa o processo de solicitação e oferece uma forma de identificação ao indivíduo.⁸ Este deve ser renovado anualmente, sob pena de extinção do processo de refúgio, caso esteja inválido por mais de seis meses.

A próxima etapa é a realização da Entrevista de Elegibilidade, a qual pode ocorrer de forma virtual ou presencialmente, em um dos núcleos do CONARE em São Paulo, Campinas, Rio de Janeiro ou Brasília. O agendamento desta é feito pelo próprio CONARE, o qual notifica o solicitante por meios eletrônicos, a partir dos dados cadastrados no Sisconare. As entrevistas são agendadas por ordem cronológica, mas o tempo de espera varia conforme a demanda, país de origem e a vulnerabilidade do indivíduo. Realizadas de maneira sigilosa, tem como principal objetivo conhecer a história e os fundados temores de perseguição do solicitante, para enfim prover uma definição sobre o seu status. Também é possível trazer outros materiais que ajudem a comprovam o medo de perseguição, além de solicitar intérpretes de inglês, espanhol, francês, árabe e chinês.

A entrevista de elegibilidade é o momento em que a pessoa solicitante de reconhecimento da condição de refugiada conversará com um representante da Coordenação-Geral do Conare para contar os motivos de ter saído do país de origem e pedir refúgio no Brasil. A história deve ser contada com o máximo de detalhes possíveis, explicando o fundado temor de perseguição e os riscos que enfrenta no país de origem. Se tiver documentos, fotos, matérias

⁷ Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/institucional> Acesso 10/04

⁸ Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/servicos/pedir-refugio> Acesso em 10/04/23.

de jornais e revistas que comprovem a situação pessoal que vivenciou no país de origem, leve à entrevista ou envie essas informações para a Coordenação-Geral do Conare. (Entrevista de Elegibilidade, MJSP, <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/o-que-e-refugio/entrevista-de-elegibilidade> Acesso em 10/04/2023)

Facundo (2019) faz uma crítica ao processo de avaliação feito nestas entrevistas, as quais têm como seu principal intuito a identificação dos fundados temores de perseguição que justificariam a concessão do refúgio. No entanto, sujeitos e suas trajetórias são multifacetados, há aspectos que se aproximam da realidade de um migrante econômico, enquanto outros dialogam mais com o que se postula na categoria do refugiado. Então, o processo vai selecionando e privilegiando as histórias que podem ser traduzidas nestes temores à perseguição, separando o que deve ou não ser dito. Nestes relatos exclui-se a possibilidade de apresentar a multicausalidade da situação, já que situações de vulnerabilidade socioeconômica também se relacionam a temores de perseguição.

A rígida separação e diferenciação entre migrantes econômicos e refugiados é a base dos processos para a concessão do status de refugiado, distinção que é resumida na fórmula de um fundado temor de perseguição. No Brasil, a diferença de outros países que têm utilizado formatos jurídicos e julgamentos públicos para a tomada de decisão, o mecanismo é alimentado pela palavra dos sujeitos em formatos de declarações, entrevistas e avaliação dos seus comportamentos. (FACUNDO, 2019, p.259).

Conseqüentemente, o processo se configura menos como uma exteriorização do sujeito e de suas experiências passadas, e mais uma produção conjunta de suas histórias de dor, nesta relação com o sistema de reconhecimento que escolhe certos aspectos. Os longos tempos de espera, a depender do contexto e nacionalidade do indivíduo, também funcionam como uma técnica de gestão para identificar os que realmente precisam do refúgio: são aqueles que não desistem, que permanecem na espera, demonstrando a verdadeira necessidade. No entanto, esta “verdadeira necessidade” não é necessariamente uma prova de determinação, mas do desespero, de quem insiste porque não tem outra opção.

Após esta etapa o refúgio pode ser reconhecido ou não. Em caso afirmativo, o refugiado deve ir até a Polícia Federal solicitar a Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM), com o qual passa a ter autorização de residência por tempo indeterminado no Brasil. Verifica-se, deste modo, que o refugiado está frequentemente em relação com órgãos estatais como a Polícia Federal, seja para renovar o Protocolo de Refúgio todo ano, ou solicitar a CRNM na conclusão do processo. A relação com documento e tais instâncias que regulam o reconhecimento do refúgio é algo que permeia o desenvolvimento deste trabalho,

seja na discussão bibliográfica presente no capítulo I ou na trajetória dos interlocutores no capítulo II.

A partir do trabalho de Nadai (2018), é possível pensar documentos como parte de processos administrativos, um reflexo de noções e concepções que permeiam o seu fazer, desde expressões usadas, ao formato, título e detalhes que comunicam alguma informação. Então, documentos podem ser analisados a partir das relações que os envolvem: por onde circulam? Quem tem acesso a eles? No caso desta pesquisa, o trabalho é feito com editais e divulgação de informações para ingresso nas universidades que estão disponíveis de forma pública na internet, nos sites das universidades. Entretanto, isto não significa que a sua circulação seja ampla, que a informação de fato chegue a quem seriam os maiores interessados. Por exemplo, a linguagem formal e a longa extensão destes podem dificultar a compreensão de um refugiado que esteja aprendendo o português, de modo que é preciso questionar se o documento de fato cumpre o seu propósito.

Consequentemente, é necessário refletir sobre os modos em que este processo documental afeta as vivências do sujeito no Brasil, e mais especificamente o seu acesso ao ensino superior, o foco desta pesquisa. Nas universidades aqui estudadas os documentos aceitos em seu processo, em alguns momentos havia a exigência do certificado de reconhecimento de refúgio, em outras era aceito o Protocolo de Refúgio, e em 2022 houve mudanças que enquadraram outras categorias jurídicas de migrantes humanitários.

Tais questões são desenvolvidas no capítulo I, a partir da análise dos documentos produzidos no processo de acesso para estudantes refugiados nas universidades paulistas que contam com a Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM) - Unicamp, UFSCar, Ufacb e Unifesp. A CSVM⁹ é uma parceria das universidades com a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), com vistas a atuar nas políticas de ingresso e permanência para refugiados na Universidade, bem como no incentivo ao trabalho com o tema desde a pesquisa, ensino e extensão:

O objetivo das Cátedras é promover o debate sobre refúgio no Brasil, com a implementação de ações como a abertura de disciplinas e o desenvolvimento de atividades de pesquisa em cursos de graduação e pós-graduação sobre os temas de migrações e refúgio, assim como atividades de extensão em

⁹ O número de universidades conveniadas à CSVM variou ao longo dos anos, devido ao ingresso de mais universidades. A Unicamp passou a integrar a CSVM em setembro de 2017, sendo a 21ª do grupo. Atualmente, em junho de 2023, a CSVM conta com 29 universidades parceiras. Entre estas são desenvolvidas diferentes atividades de extensão, acolhimento, ensino de português para estrangeiros, e o ingresso facilitado para refugiados. Nem todas as universidades têm os mesmos programas e estes não necessariamente se estruturam do mesmo modo.

integração, como cursos de português para migrantes, fomento ou auxílio e flexibilização da revalidação de diplomas estrangeiros por universidades brasileiras, e ainda, a criação de vagas de acesso a refugiados em cursos de ensino superior em nível de graduação, pós-graduação, tecnólogos, entre outros (ROSSA; MENEZES, 2022 p.5).

No contexto do estudo, para além dos documentos, uma dimensão importante foi a interação específica dos sujeitos com as políticas da Universidade a eles destinados, que no caso da Unicamp passa fortemente pela atuação da CSVM. Durante a pesquisa, foi concedido um foco específico ao caso da Unicamp, a partir do diálogo com quatro interlocutores, e participação nos eventos da CSVM - Unicamp.

Em abril de 2020, quando o primeiro projeto foi submetido ao programa PIBIC do CNPQ, ainda vivíamos os primeiros meses da pandemia do Coronavírus, a qual imporia um isolamento social pela maior parte de 2020 e 2021. Então, algumas adaptações foram necessárias para a realização do projeto, sendo afetada principalmente a possibilidade de fazer uma observação participante, a partir da qual eu interagiria diretamente com meus possíveis interlocutores. Houveram dificuldades, mas também um redimensionamento das metas e dos objetivos, adequando o trabalho para o que seria possível, e pondo um foco maior na realidade dos próprios estudantes.

Os eventos da CSVM continuaram a acontecer de forma online, geralmente como transmissões ao vivo na plataforma *youtube*. Por um lado, eu ainda pude acompanhar falas oficiais de integrantes da CSVM e do DDH Unicamp, assim como alunos refugiados que concordaram em fazer algum tipo de participação. Contudo, eu não conseguia observar a reação do público e de meus possíveis interlocutores.

Ao frequentar uma palestra sobre a Lei Maria da Penha para mulheres refugiadas, Ribeiro (2023), por exemplo, destaca o que foi dito, o que foi apresentado, segundo o planejamento e organização do evento. Porém, há uma dimensão importante que constitui o argumento em seu artigo que é a interação com as suas interlocutoras que também acompanhavam o evento. Os seus gestos, interesse, conversas no intervalo ou ao final também foram significativos para que compreendesse as dinâmicas ali presentes e o que aquilo significava para suas interlocutoras, ainda mais tendo em vista o conhecimento que já tinha sobre suas narrativas. Esta era a dimensão que poderia estar no meu trabalho, mas, não foi possível contornar o distanciamento social imposto pela pandemia na maior parte da pesquisa de campo, com as atividades realizadas online.

As entrevistas semiestruturadas surgiram então como uma estratégia importante da pesquisa, tendo sido realizadas com interlocutores que identifiquei a partir do contato com a CSVN. Todos foram contatados por meios eletrônicos, de forma que eu nunca os havia encontrado pessoalmente. A partir de uma breve apresentação minha e do projeto, lhes fiz o convite para participar, e, com aqueles que aceitaram, uma comunicação mais extensa e detalhada foi estabelecida. Contudo, e-mails e mensagens de texto têm para mim um caráter muito impessoal; então a única entrevista feita por videoconferência com cada interlocutor era também o momento em que estabelecemos algum vínculo.

A Narrativa Etnográfica se dá na interlocução do sujeito com o pesquisador. É a história de vida construída pela própria pessoa, como se articula, expondo o seu próprio encadeamento de ideias e a forma de ver o mundo. Para além de simplesmente “contar uma história”, a narrativa expõe a relação com o entorno, um vínculo íntimo entre o sujeito e o grupo social, é uma forma de traduzir as experiências em relatos. Ou seja, é uma forma que o próprio sujeito encontra para entender os conflitos que se colocam, as questões com que se depara, de modo que por mais que o processo de elaboração seja particular, há algo compartilhado.

A narrativa é construída por sujeitos e grupos sociais a partir de significados e experiências históricas concretas, e pode atuar como práticas de superação. Na América Latina, o relato é um meio tradicional de elaborar sobre as experiências de perseguição política e lidar com passado doloroso (JIMENO, 2016). Então, relatos não são só um meio para os sujeitos compartilharem contos, mas uma forma de compreender e modificar o entorno. A narrativa é ativamente contada, e logo é transformada com o contexto em que é compartilhada. Por isso importa: que história é contada? Como é contada? Quem produz este tipo de história? Em que contexto? Sob quais circunstâncias ela é narrada? A abordagem a partir de questionamentos como estes permite ao pesquisador o entendimento da produção de significado. Porém, ressalta-se que, no contexto refúgio, em que há dor, perda e traumas envolvidos, a narrativa pode estar muitas vezes silenciada.

Portanto, é possível explorar a narrativa como um artefato sociocultural que é, ao mesmo tempo, subjetivo e social, por ser construída por sujeitos e grupos sociais a partir de seus significados e experiências históricas concretas. A experiência destes é um processo de significação, o qual não reflete a realidade, mas uma construção cultural (BRAH, 2006). Assim, se faz uma etnografia das práticas sociais, uma investigação antropológica que se sustenta na relação entre o que é dito e uma formação histórico-cultural (JIMENO, 2016). Na

preocupação em captar o mundo que experienciam, deve-se considerar também os processos sociais que influem na produção de tais narrativas, como as perguntas no parágrafo anterior direcionam, possibilitando uma análise de um contexto social complexo (GUBRIUM; HOLSTEIN, 2008 p.262).

A etnografia narrativa lança uma rede mais ampla na tentativa de descrever e explicar a criação de histórias da experiência na vida cotidiana. O objetivo é capturar, por meio de uma análise multifocal, as influências contextuais e dinâmicas que moldam a narrativa. (GUBRIUM; HOLSTEIN, 2008 p.262)¹⁰

Tendo em vista estas considerações, é necessário elaborar a forma que esta narrativa etnográfica se constituirá, com o intuito de apreender uma pluralidade de perspectivas. Há objetividade em apreender a subjetividade de cada narrativa, os aspectos particulares, únicos que constituem cada relato, ao mesmo tempo que se considera a sua inserção em um contexto social mais geral. Do ponto de vista qualitativo, as histórias de vida são convites para rever interpretações e hipóteses; se não permitem generalizações, podem ser analisadas em profundidade, e invocar contra-generalizações.

Considerando tais pontos, foram elaboradas entrevistas semiestruturadas, ou seja, um modelo de entrevista flexível, que não se retém estritamente a perguntas previamente elaboradas, apesar de ter tê-las como suporte. O principal intuito desta prática é buscar maior fluidez no diálogo com o interlocutor, de modo a não constranger ou obter respostas truncadas, as quais seriam mais baseadas em categorias previamente colocadas pelo pesquisador do que em uma elaboração própria do interlocutor. Assim, é natural que os entrevistados falem mais sobre um tema do que de outro; há liberdade para que falem dos assuntos que consideram mais importantes mesmo que o roteiro das entrevistas seja o mesmo.

Por isso, nos capítulos II e III, nos quais as entrevistas são abordadas, será possível observar uma variação nos tópicos que destacaram e o quanto falam sobre. Em alguns casos, senti uma maior conexão com o interlocutor, a conversa ocorria de maneira mais natural e este estava mais aberto a partilhar a sua história. Lembro que a entrevista foi o primeiro momento que nos vimos, e ainda por uma câmera, de modo que não tínhamos a intimidade que uma conversa cara a cara traria - eu nada sabia sobre eles, e eles nada sabiam sobre mim. Todavia, em todas as entrevistas um diálogo se constituiu, muitas vezes com destaque para a experiência partilhada que tínhamos, ambos como alunos da Unicamp, que circulam pelos mesmos espaços universitários.

¹⁰ Narrative ethnography casts a wider net in an effort to describe and explicate the storying of experience in everyday life. The goal is to capture — through multifocal analysis — the contextual influences and dynamics that shape narrative. (GUBRIUM; HOLSTEIN, 2008 p.262)

A seleção de possíveis interlocutores e a formulação do questionário (o qual serviria apenas como guia das entrevistas) foi feita a partir da leitura da bibliografia referencial no tema, a qual permitiu identificar os principais pontos de debate na interseção entre refúgio e ensino superior: as diferentes trajetórias de deslocamento e ensino; questões com a documentação; dificuldade no aprendizado de uma nova língua; o processo de ingresso na universidade; vivências na universidade; questões de permanência e trabalho. Ainda, considerando o contexto da pandemia do Coronavírus, foi adicionado um tópico específico para as dificuldades enfrentadas pelo estudante e sua família neste período de isolamento social, ensino e trabalho remoto.

Além da revisão bibliográfica, a análise dos editais da Unicamp (onde os entrevistados estudavam) e das outras universidades mencionadas, permitiu a melhor compreensão dos processos de admissão e ingresso pelos quais os estudantes refugiados passaram. Ainda, me permitiu saber o que perguntar, de modo que ficou claro o próprio processo de mudança e reformulação da política de ingresso para estudantes refugiados.

Sabendo que a escolha dos informantes é fundamental, inicialmente, havia-se buscado uma pluralidade de posições na seleção dos interlocutores referente à nacionalidade e o gênero pelo qual estes se identificavam. Contudo, esta seleção trouxe múltiplas perspectivas em outros termos. Eram refugiados de países e continentes diferentes, o que se relaciona a diferenças em outros aspectos da trajetória de refúgio, como o reconhecimento deste e a inserção no mercado de trabalho. A composição familiar era distinta, alguns tinham filhos, outros eram os filhos acompanhados dos pais. Os idiomas nativos também eram diferentes, o que implicou em diferentes formas de lidar com o aprendizado do português.

O grupo de interlocutores apresentado neste trabalho tem especial relevância pela diversidade em seus testemunhos. Teve-se o cuidado de selecionar um grupo que possibilitasse um olhar abrangente para as diferentes vivências de refugiados na Unicamp. Por isso, para além da nacionalidade, foram também considerados diferentes pertencimentos, como idade, a identificação de gênero e étnico-racial. Dos quatro entrevistados, Jamal é sírio, tem cerca de 20 anos. Yanara é cubana, com cerca de 30 anos. Em um contexto brasileiro, ambos podem ser lidos como brancos. Azekel é angolano, tem cerca de 40 anos. Shomari é da República Democrática do Congo, tem cerca de 30 anos. Estes dois últimos, homens negros. Destaca-se que todos os nomes dos interlocutores são fictícios, preservando o seu anonimato.

Ainda, o momento de ingresso na Unicamp também variou, o que muitas vezes significou mudanças nos próprios requisitos do processo - como documentos e provas.

Ressalta-se que este perfil diferente dos estudantes refugiados implicou em relações distintas com as políticas de permanência da Unicamp. A partir de critérios socioeconômicos, auxílios financeiros podem ser destinados, em geral determinando que o estudante não tenha já uma formação de ensino superior e não tenha outras fontes de renda.

Destaco aqui a *Bolsa Auxílio-Social (BAS)*, a qual implica na realização de algum projeto da Unicamp; a *Bolsa Emergencial*, para algum aluno que tenha alguma dificuldade econômica pontual; a *Bolsa Auxílio Transporte (BAT)*, que oferece o valor de passagens de ônibus urbano, seguindo um critério socioeconômico; a *Bolsa Auxílio Instalação*, destinado ao ingressante com dificuldades financeiras que tenha sido deferido para a BAS. Quanto às condições de habitação, há o *Programa de Moradia Estudantil (PME)*, o qual oferece vagas na moradia da universidade em Barão Geraldo - Campinas para estudantes que não tenham recursos para manter residência; ou ainda podem obter a *Bolsa Auxílio Moradia*, assim como estudantes dos campus universitários de Limeira e Piracicaba, os quais não possuem a estrutura da moradia própria da universidade.¹¹

Então, de modo geral, os estudantes refugiados se enquadram nas mesmas políticas de permanência destinadas a outros estudantes de baixa renda da universidade. A partir de 2022, a CSVN instituiu junto ao SAE uma reserva de verba para que quando um estudante refugiado ingressasse na Unicamp este já tivesse este pacote de bolsas e auxílios em fluxo contínuo, sem depender da realização de um novo processo para a sua solicitação.

Além destes auxílios, durante a pandemia da Covid-19, quando houve a criação de uma Bolsa Auxílio Permanência¹² para estudantes refugiados, tendo em vista a situação de vulnerabilidade que muitos se encontram. Ao realizar as entrevistas descobri que, no entanto, ainda que seja o caso da maioria, não foram todos os estudantes refugiados que se beneficiaram desta política, justamente por não precisarem em termos socioeconômicos.

Tal colocação demonstra uma multiplicidade de vozes e condições na categoria refugiado. Isto não é dizer que não há aspectos de uma experiência partilhada de deslocamento e vivências no Brasil - inclusive, a revisão bibliográfica e a análise dos documentos deixarão mais evidente que existem outras categorias de migrantes humanitários com experiências similares, como os haitianos. Todavia, este estudo revela que não há uma homogeneidade nas formas e condições em que o refúgio é vivenciado. Como coloca Branco

¹¹ Uma descrição na íntegra sobre o funcionamento de tais Bolsas Auxílio, assim como os critérios para a sua concessão, podem ser conferidos no Anexo VI.

¹² Disponível em:

<https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2020/04/06/unicamp-oferecera-bolsa-auxilio-permanencia-estudante-refugiado> Acesso em 11/04/23.

Pereira (2021), é necessário abandonar a rigidez em que a categoria *refúgio* é encarada. Em seu lugar, deve-se considerar a categoria como uma estrutura dinâmica e constantemente móvel, feita nas relações entre o Estado e os próprios refugiados.

Com isto em mente, as entrevistas foram conduzidas de modo a refletir sobre este “fazer do refúgio”, está multiplicidade de vozes, as distintas condições que permeiam a variabilidade de experiências. Houve a preocupação em dar condições aos interlocutores elaborar de sua própria forma as questões que consideravam importantes. Ou seja, evitou-se oferecer categorias prontas ou perguntas que já enquadram uma determinada experiência que se esperava encontrar. Isto permite que os interlocutores através de seu relato nos levem a outras dimensões e ofereçam uma forma mais criativa de pensar a problemática. Ainda, como as entrevistas se diferem de conversas e comentários cotidianos, as pessoas são chamadas a construir interpretações e reordenações, muitas vezes acerca de temas sobre os quais não haviam antes refletido. (JIMENA, 2016) (GUBRIUM; HOLSTEIN, 2008).

Entretanto, as entrevistas por si só não são um dado, é preciso um plano de análise estabelecido, de modo que se saiba as perguntas que serão feitas a estas. Parte importante desta elaboração está na constituição do projeto e na revisão da literatura sobre o tópico que permite obter profundidade analítica quando se tem o resultado da interação com os interlocutores. Ou seja, é algo que deve ser pensado anteriormente à realização das entrevistas. No caso deste trabalho, a revisão documental também teve um papel importante na elaboração destes questionamentos a serem feitos ao material das entrevistas. Os tópicos listados como guia para a elaboração do questionário também funcionaram como o principal ponto de apoio para a análise das entrevistas, apesar de haver alguns temas que não se imaginou terem destaque, mas que foram trazidos como significativos pelos interlocutores.

Deste modo, adotou-se uma abordagem mais descritiva das entrevistas, seguindo esta divisão: o capítulo II expressa os pontos mais significativos da trajetória de cada interlocutor anteriormente ao seu ingresso na Unicamp. Destacou-se neste, em tópicos separados, a questão da documentação e o aprendizado do português, por serem temas de relevância tanto na bibliografia quanto na fala de alguns entrevistados. No capítulo III, aborda-se primeiramente o processo de ingresso na Unicamp, as vivências e questões de permanência nesta, e os impactos que a pandemia causou ou não, tendo em vista as dinâmicas de ensino, trabalho e relações familiares.

CAPÍTULO I: ENTRE CONDIÇÕES E DOCUMENTOS

O presente capítulo tem como principal propósito oferecer, primeiramente, uma revisão bibliográfica que contextualiza o refúgio no Brasil. Isto significa pensar os fluxos migratórios que chegam a este território e suas condições de permanência - tanto do ponto de vista legal, em termos de documentos, quanto da relação com o Estado e outros agentes de acolhimento.

Além disso, há uma seção destinada à intersecção entre refúgio e ensino, o tema principal deste trabalho. Esta se articula a partir da compreensão das condições em que estes refugiados, solicitantes, e portadores de visto humanitário realizam o seu ingresso e permanência na universidade. Há a intenção em pensar o cenário brasileiro, dando ênfase para a literatura produzida neste contexto, no geral referente a outras universidades que as aqui estudadas. Contudo, a pesquisa na área ainda é incipiente e a bibliografia lacunar, então há apoio em uma literatura internacional, ainda que não se adentre aos contextos específicos desta.

A última seção deste capítulo tem como intuito analisar os programas de ingresso facilitado para estudantes refugiados das universidades paulistas que têm a participação da CSVVM em seus processos de formulação. Assim, trabalho com editais e sites da Unifesp, Ufabc, UFSCar e Unicamp, tendo em vista pontos de análise selecionados a partir da bibliografia discutida. Ainda, tais documentos são relacionados a notícias e a divulgação na mídia de seus respectivos processos.

1. Refúgio no Brasil

Apesar de ainda existirem poucos trabalhos sobre refúgio na literatura brasileira, em especial sobre o refúgio e o ensino superior, tema desta pesquisa, há um esforço para suprir tal lacuna, da qual fazem parte os trabalhos que aqui serão destacados. A escassez de estudos contrasta com o crescimento do número de solicitantes de refúgio e refugiados no Brasil nos últimos anos, particularmente após o aumento das migrações venezuelanas no país. Segundo dados do Conare, ao final de 2022 havia 65.811 refugiados reconhecidos no Brasil, sendo que 5.800 solicitações de refúgio foram deferidas em 2022 (Anexo V), por análise de mérito do caso. Ainda que a entrada de venezuelanos por Roraima represente o maior fluxo do país, o estado de São Paulo é um dos mais importantes polos de recepção, concentrando cerca de 9% das solicitações feitas no último ano, em 2021.

Seguem atuando no país diferentes registros de reconhecimento do refúgio, com pelo menos duas modalidades: um modelo mais individualizado de solicitação, que conta com a realização de entrevistas detalhadas, num processo muitas vezes moroso; e um modelo de reconhecimento voltado para situações tidas como “crises humanitárias”, em que há processos mais massivos, como os que envolvem o número alto de reconhecimento de refugiados venezuelanos. Os dados relacionados ao refúgio, portanto, agregam diferentes modelos e fluxos com características também bastante específicas. Interessa entender como estes pertencimentos se articulam nas vivências do sujeito, na produção de narrativas e na interação com o Estado e os seus agentes.

A bibliografia analisada aborda a temática do refúgio com grande enfoque nas relações entre o Estado e os indivíduos, seja na parte de requerimento, concessão e análise do status de refúgio, ou na gestão de espaços de acolhimento e outras políticas públicas com este público-alvo. Deve-se considerar que as regulamentações administrativas são também morais e afetivas (RIBEIRO, 2016), de modo a se questionar quem é o refugiado produzido na interação com estas. Na verdade, a categoria “refugiado” não é fechada, ou naturalmente delimitada, mas é construída a partir de um contexto específico, das relações de indivíduos com um determinado Estado e legislação.

Ser refugiado não é uma categoria de autoidentificação. Não basta os indivíduos declararem ter fundadas razões para não quererem ou não poderem voltar para seu país de naturalidade. A condição de refúgio é construída pelo próprio Estado e validada por ele. Isto quer dizer que o CONARE seleciona individualmente as histórias de vida narradas, classificando-as de acordo com indícios de verdade. (WALDELY; FIGUEIRA, 2018, p.158).¹³

Diversos autores destacam no processo decisório das solicitações de refúgio uma preocupação em determinar quem são os “verdadeiros refugiados”; isto é, “indivíduos com fundados temores”, em uma separação que frequentemente se resume a determinar quem são os migrantes econômicos e aqueles com reais temores de perseguição (FRANÇA, 2017; 2022) (FRANÇA; FONTGALAND, 2020) (BRANCO PEREIRA, 2021) (FACUNDO, 2017; 2019) (VIANNA; FACUNDO, 2015) (WALDELY; FIGUEIRA, 2018). Ao analisar discursos produzidos em evento do CONARE, Facundo (2019) menciona que ao apresentar o baixo número de refugiados no Brasil na época, frente ao cenário internacional, há a exaltação de

¹³ Ressalta-se que, a partir da análise dos documentos, percebe-se que universidades como a Unicamp e a UFSCar buscam expandir a abrangência de seus processos para além desta definição da condição de refúgio. Ou seja, os sujeitos que se enquadram nos requisitos de seus processos não são única e exclusivamente determinados pelo CONARE.

um minucioso e eficaz processo que determina quem realmente é refugiado, distinguindo estes tanto de migrantes econômicos quanto de quem tem algum outro tipo de envolvimento com a guerra.

Desta forma, este configura-se como um processo que escolhe e privilegia as histórias que podem ser traduzidas em temores de perseguição, selecionando não apenas os indivíduos, mas as histórias que estes podem contar, o que devem relatar para então conseguir o refúgio. Não se trata de contar mentiras, mas de selecionar os trechos e palavras que expressem as “origens legítimas do medo”. É arriscado compartilhar trechos de sua trajetória que sejam entendidos como semelhantes a um migrante econômico, corre-se o risco de ser enquadrado nesta categoria. (BRANCO PEREIRA, 2021) (FACUNDO, 2019).

Além disso, o regime de análise de credibilidade pressupõe uma noção de refugiado como um todo homogêneo. O ponto de vista do indivíduo implica um modo de lidar com histórias de vida como se os sujeitos fossem indivisíveis, indivisos, permanentemente coerentes e fixos. Devido ao quesito de coerência e consistência, o processo de elegibilidade, tal como ele é, produz uma negação da multiplicidade de experiências, relações, medos e desejos que podem se acumular numa pessoa. (WALDELY; FIGUEIRA, 2018, p.163).

As diferentes categorias que atravessam os sujeitos podem ser ou não acionadas de acordo com cada contexto, mas o processo brasileiro de decisão quanto ao refúgio tende a privilegiar uma determinada narrativa, e por isso mesmo a produção, na seleção de trechos de uma história que se enquadram em determinada categoria, na produção de um sujeito com fundados temores de perseguição. A exposição de uma narrativa deve ser feita a despeito de traumas presentes, muitas vezes ainda recentes que impactam na capacidade do sujeito de partilhar a sua história e na forma que o faz, produzindo inclusive silenciamentos.

Filtrar “os verdadeiros refugiados” envolve também depurar qualquer ambiguidade, a gestão do tempo da narrativa, o apresentar-se fora das zonas de confusão, sem qualquer ambivalência que permeia a moralidade de quem decide. (VIANNA; FACUNDO, 2015). Parte do processo é a reprodução da narrativa diversas vezes, em diferentes formatos, buscando verificar qualquer possível contradição, com o intuito de diferenciar os migrantes dos “verdadeiros refugiados”. As perguntas se estendem a todos os familiares, inclusive crianças, exigem detalhes, e são muitas vezes repetitivas, o que na realidade acaba por induzir a deslizos. Waldely e Figueira (2018) relatam que tal processo foi a eles descrito por refugiados como “pegadinhas” e “armadilhas”, feitas propriamente para determinar a

veracidade das narrativas. A avaliação da narrativa, justaposta a conhecimentos sobre o contexto do país de origem, é o que determina a credibilidade da história do sujeito.

Por outro lado, o tempo transcorrido nos processos é um valor em si mesmo. A persistência, a capacidade de permanecer aguardando cada etapa, de não desistir, vão se configurando como substratos morais relevantes, capazes de afiançar a verdade dos próprios sujeitos. (VIANNA; FACUNDO, 2015, p.49)

Um outro fator de seleção é o próprio tempo que leva para que tais processos transcorrem. Entre espera, precariedade e desespero, ocorre uma cruel testagem, na qual o resultado seria a desistência do sujeito do seu próprio bem almejado. Ou seja, só permanece na espera quem realmente não tem outra escolha. Portanto, a interação dos sujeitos com as características e critérios do processo decisório produz a figura do refugiado, a categoria e as narrativas trazidas por estes.

Dessa perspectiva, portanto, o próprio desenrolar dos processos pode ser tomado como um tempo não apenas de formulação de narrativas, mas de alteração e fixação do passado e do presente através desses jogos narrativos. Há o que deve ser dito, o que deve ser comprovado, o que não deve ser dito, o que deve ser esquecido e esses limites vão sendo depurados, aprimorados e aprendidos em diferentes situações de interação. (VIANNA; FACUNDO, 2015, p.49).

Uma outra parte da literatura brasileira sobre refúgio privilegia as dinâmicas e produção dos sujeitos a partir da interação com agentes que atuam em nome do Estado, em abrigos, centros de saúde, cursos de língua e outras atividades voltadas para refugiados. Destaca-se que organizações não-governamentais, apesar de serem parte da sociedade civil, também atuam neste caso como formas de ação que, mesmo podendo ter origens não estatais, em um momento determinado se condensam em um “centro social e geográfico de poder imaginado como nacional”. (FACUNDO, 2019). Por meio de parcerias com a sociedade civil, o Estado faz políticas.

Ribeiro (2020) relata experiências de famílias, com um foco especial para mães e filhos, em um abrigo localizado no centro de São Paulo. A partir da chegada de mulheres angolanas grávidas ou acompanhadas de seus filhos¹⁴, a estrutura de acolhimento da cidade paulista teve que se reestruturar para lidar com este novo fluxo. Ao mesmo tempo, a autora destaca que não houve um aumento na quantidade de vistos emitidos para Angolanos; ou seja, o que ocorreu foi uma mudança na “qualidade” deste fluxo, no sentido de que passou a ser

¹⁴ Disponível em:

<https://www.estadao.com.br/sao-paulo/maes-angolanas-buscam-sp-e-obrigam-prefeitura-a-criar-abrigo/> Acesso em: 10/04/23

mais composto por mulheres e crianças. Assim, acionaram-se diferenças de gênero e raça nesta gestão, por aparelhos que justapunham o controle de fronteiras (no aumento da dificuldade para obtenção de vistos) e no controle das relações afetivas, a partir da limitação do espaço do abrigo. Nestas técnicas de gestão, a autora destaca a produção de uma crise para depois solucioná-la.

Há o embaralhamento de fronteiras, na medida em que, tomando o exemplo das mulheres angolanas que vinham com filhos, as categorias estabelecidas para a solicitação de refúgio não são totalmente aplicáveis. Como se classificavam estas mulheres? O que teria motivado o fluxo dessas? Embaralham-se as fronteiras de caráter assistencialista, as motivações não se encaixam simplesmente nas caixinhas dadas pelo CONARE - afinal, eram migrantes políticas, econômicas ou afetivas? Neste ponto, há um questionamento da ideia de eventos singulares de ruptura, os quais produziram crises. Há crises endêmicas, crises constantes, em territórios pauperizados, de modo que não seria possível simplesmente falar em crise.

Neste sentido, a história de Masoka, uma interlocutora de Ribeiro (2016) é um outro exemplo de embaralhamento das fronteiras, leis, normas e aparelhos burocráticos, do que se espera da figura da “vítima humanitária”, delimitada a partir de noções pré-concebidas. Anteriormente, Masoka era advogada na República Democrática do Congo, e atuava com direitos humanos, perfil que já a desloca da expectativa de uma mulher oprimida, sujeita a contextos de violência e mutilação genital. Na espera da concessão do refúgio, ela agencia e negocia o seu pertencimento em espaços destinados à gestão de refugiados, e posiciona-se como uma espécie de voz para estas mulheres. Isto demonstra que os refugiados também se beneficiam e se articulam a partir deste embaralhamento de fronteiras.

A decisão evidencia que determinadas distinções estão sendo acionadas na gestão e administração das mobilidades em território brasileiro. Cabe questionar em que aspectos, por se tratar de uma mulher com nível universitário, a qual fugiria, portanto, da imagem do tradicional tecida para as mulheres que são as vítimas prováveis da mutilação genital, a solicitante quebraria as expectativas de uma figura que necessita de proteção. Adquire relevância, nesse sentido, a investigação dos processos administrativos do refúgio e até que ponto operam a partir de categorizações também morais e afetivas, centradas em uma ideia de vulnerabilidade e precariedade e inscritas em corpos marcados por gênero, raça e nacionalidade. (RIBEIRO, 2016, p. 17)

Assim, o processo de governamentalidade relativo a essas mobilidades, é perpassado por marcadores de diferença, encadeia sujeitos em suas distinções, e tem como efeito a

produção da “vítima humanitária.” Esta é, então, enquadrada em uma perspectiva estereotipada que congela os refugiados em seu sofrimento passado, o qual teria sido aliviado pela “dádiva-refúgio”; isto é, o refúgio é uma dádiva pela qual sempre se espera gratidão. (HAMID, 2012)(RIBEIRO, 2016)(MACHADO, 2020). A temporalidade do sofrimento importa, pois espera-se que o sofrimento passado seja articulado como capital político que justifique a intervenção humanitária. De certo modo, o status de vítima é uma estratégia para demandar direitos e se mover para além de um lugar de invisibilidade. Quando um refugiado partilha de seu passado, ele está tentando obter uma reação no presente para suas demandas e necessidades atuais. (BRANCO PEREIRA, 2021). Assim, falar do passado também diz sobre a situação presente, e este lugar de “vítima humanitária” não é uma posição estática, mas de agência, na qual os refugiados articulam e negociam suas demandas.

Todavia, isto não significa que não exista um sofrimento presente, na solicitação ou até mesmo após o reconhecimento do refúgio, frente à estrutura racista de uma sociedade como a brasileira (BRANCO PEREIRA, 2021). Nem sempre ocupar um lugar de vítima é visto como efetivo em uma narrativa de refúgio, no sentido de produzir acesso a direitos. Ribeiro (2023) relata a sua perspectiva de um encontro realizado na cidade de São Paulo com a iniciativa de falar sobre a Lei Maria da Penha e violência contra mulher, de modo geral. A autora acompanhava uma de suas interlocutoras, mas observou que, para ela, uma mulher etíope que havia passado por um processo de violência, sendo mantida em cativeiro, o encontro não motivou ou significou um desejo de denúncia, ou reparação pela justiça. O que ela queria era o documento, a sua regularização legal e de refúgio no Brasil, e compartilhar a sua história naquele espaço, tornar-se vítima ao denunciar não foi por ela entendido como uma narrativa de refúgio que produziria acesso aos documentos.

Em termos de pensar a governamentalidade, a maternidade parece ser um outro ponto de inflexão para determinar as experiências das refugiadas e as técnicas de gestão que se aplicam às famílias, ainda que não seja o único caso em que o gênero é marcante. No mesmo abrigo anteriormente mencionado, os moradores deveriam estar fora durante o dia, mas no geral era permitido permanecer na parte da tarde mulheres com filhos pequenos, assim como indivíduos doentes. A casa, como Ribeiro (2022) se refere ao abrigo, é um lugar de cuidado e tutela, na medida em que a gestão e controle dos corpos - seja pelo fluxo da casa, as atividades realizadas, alimentos consumidos - é articulado a partir de uma linguagem maternal, do parentesco, por uma das funcionárias, em um duplo fazer do gênero e do Estado.

Na prática, buscava-se garantir que ao menos um dos membros do núcleo familiar pudesse estar empregado (no caso de casais heterossexuais com filhos, ou “famílias”, na visão da administração, o ideal era que o homem se empenhasse primeiro na busca de um emprego e apenas depois a mulher), que as crianças fossem cuidadas e que todos pudessem se inserir em casas. Ou seja, relações de autossuficiência econômica pautadas na moralidade do trabalho – performances de autonomia e de cidadania (RIBEIRO, 2022, p.34).

Ou seja, Ribeiro observa diversas noções de maternidade, brasilidade, africanidade (dado que muitas das interlocutoras eram mulheres negras de países africanos) que permeiam o cotidiano da casa, as relações entre os moradores, e o fazer dos papéis de gênero. Ou seja, operavam diferentes concepções do que era ser uma mulher brasileira ou africana, que para além da maternidade passa pelas vestimentas e pela personalidade, pelo sorrir, pelo ser “encrenqueira” e se colocar. A dimensão da moralidade do trabalho também se articula com o fazer de gênero. A empregabilidade é vista como algo associado ao ideal relacional, harmônico das famílias, considerando as precariedades a que estão sujeitas, mas há a preferência colocada pelos funcionários do abrigo, que o pai seja o primeiro a inserir-se no mercado de trabalho, enquanto a mãe se encarrega dos cuidados dos filhos.

Por último, ao pensar refúgio no Brasil, é preciso destacar aspectos das relações racializadas, que levam muitos dos refugiados de Congo, Angola, Nigéria, entre outros países africanos, a se descobrirem negros quando chegam aqui, ao passo que refugiados de Síria se descobrem brancos. É claro, estas categorias de branquitude e negritude dependem de um referencial contextual, de modo que, por exemplo, sírios não seriam considerados brancos nos Estados Unidos, assim como a elite brasileira seria considerada Latina (MACHADO, 2020).

Em 2022 os conflitos entre Rússia e Ucrânia no território desta última produziram milhares de refugiados e deslocados, em grande parte com destino a outros países do continente europeu, mas também ao redor do mundo. Em notícias e redes sociais há ampla divulgação de programas de acolhida, para aprendizado de língua, assim como uma valorização das boas ações de quem acolheu refugiados ucranianos.¹⁵ Nestes mesmos países europeus há fluxos constantes de refugiados de conflitos no continente africano ou no Oriente Médio, mas a recepção não tende a ser a mesma. Não se verifica a mesma promoção social para sua acolhida, ao contrário, há o questionamento de sua permanência no país,

¹⁵ “Ucranianos refugiados conseguem apartamentos e empregos no Brasil” <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/ucranianos-refugiados-da-guerra-recebem-casa-e-emprego-no-brasil/> Acesso em 18/06/2023

principalmente por setores da extrema direita. Então, experienciar relações racializadas importa mais do que ser branco ou negro.

Um refugiado congolês, interlocutor de Branco Pereira (2021), define a distinção entre *refúgio negro* e *refúgio branco* a partir da observação de sua realidade, além de outros migrantes negros, comparada aos sírios. Em especial, ele falava a partir das condições de empregabilidade e moradia, quais as oportunidades que refugiados têm acesso a partir de suas relações racializadas.

Você não tem isso na Síria! Sírios, eles se tornam comerciantes, proprietários de restaurantes... Africanos e haitianos se tornam garçons, trabalhadores de construção... estas coisas, isso se a gente conseguir um trabalho. Não há sírios na ocupação, só haitianos, congolese e nigerianos. Africanos e haitianos são os que acabam nas ruas... então, a gente tem refúgio branco e refúgio negro no Brasil. As coisas são diferentes para os negros. Isto porque ninguém sabe sobre o que está acontecendo no Congo. (Jean, refugiado congolês no Brasil desde 2015, palestra em um evento público, Setembro de 2017.) (BRANCO PEREIRA, 2021, p.208) (tradução livre).¹⁶

Deste modo, o *refúgio negro* nega uma suposta neutralidade política, imaginada na categoria do refúgio. Para além das mencionadas precariedades de trabalho e moradia, o racismo se apresenta na marginalização desses grupos, na inferência de que seriam mais aptos a certos tipos de trabalho manuais, na sua inferiorização e estigmatização de suas mentes e culturas. Tais vivências aproximam o *refúgio negro* do ativismo anti-racista presente no Brasil, assim como das condições compartilhadas com outras comunidades marginalizadas no Brasil. Ao mesmo tempo, há na fala do refugiado congolês uma aproximação de sua vivência a aquela de Haitianos, os quais, como foi discutido anteriormente, não são em geral considerados refugiados, mas portadores de visto humanitário.

França (2022) também considera fundamental pensar os processos de racialização vividos por migrantes e refugiados no Brasil, mas busca fazer isso não apenas em termos dos refugiados negros, mas também dos processos de racialização que marcam refugiados mestiços ou pardos, ou seja, uma classe de refugiados e migrantes que não é necessariamente branca, embora não seja negra. A autora considera que esses diferentes processos de racialização pelos quais os sujeitos migrantes e refugiados são constituídos como externos a

¹⁶ You don't have that in Syria! Syrians, they become merchants, restaurant owners... Africans and Haitians become waiters, construction workers... these things, and that's if we can get a job at all. There are no Syrians at the occupation, only Haitians, Congolese, and Nigerians. Africans and Haitians are the ones that end up on the streets... so, we have refúgio branco and refúgio negro in Brazil. Things are different for blacks. That's why no one knows anything about what's happening in Congo. (Jean, Congolese refugee in Brazil since 2015, lecture in a public event, September 2017, original in Portuguese) (BRANCO PEREIRA, 2021, p.208)

um ideal de nação, marcam a precariedade vivida por esses sujeitos. França ainda destaca o desdobramento do refúgio em outras categorias, como “mulher refugiada”, “criança refugiada” e “refugiado LGBTI”, os quais também podem ser pensados dentro do escopo das análises presentes neste trabalho. Em particular, a autora utiliza o conceito de precariedade proposto por Butler, o qual considera a experiência histórica vivida, possibilitando trabalhar na interseccionalidade de elementos como gênero, raça e nacionalidade. Isto confere uma outra dimensão de análise para entender as vivências.

Além disso, os processos de racialização vividos pelos refugiados se entrelaçam com as estruturas estatais de acolhimento, assistencialismo e reconhecimento do refúgio, na medida em que o próprio Estado brasileiro é constituído sobre um passado colonial e escravagista, cujos resquícios perpassam as relações atuais. Então, não é suficiente pensar as relações racializadas apenas entre refugiados e sociedade civil, mas deve-se questionar em que medida estas dimensões também estão presentes nas ações do Estado, seus parceiros e outros agentes que atuam como um poder imaginado nacional.

2. Refúgio e ensino superior

No Brasil, os últimos anos têm mostrado relevante crescimento de solicitações de refúgio, que chegaram a patamares inéditos com 80 mil solicitações em 2019, das quais 61.681 são de venezuelanos. Os dados do último relatório revelam que em 2021 houve outras 30 mil solicitações de reconhecimento de refúgio, totalizando 297.712 solicitações na última década (desde 2011).¹⁷ Um dos maiores desafios colocados por essa população é o da acolhida e da garantia de direitos no país de destino: destacam-se as dificuldades relacionadas a um contexto laboral de precariedade e aos muitas vezes longos tempos de espera para o reconhecimento legal desses sujeitos no país. No que concerne à educação, há dificuldades relacionadas à língua e às diferentes trajetórias e sistemas de educação. Na educação de ensino superior, além desses entraves há também o problema do reconhecimento dos documentos que atestam o cumprimento do ensino médio e mesmo do reconhecimento de diplomas no caso daqueles que desejam cursar uma pós-graduação. Ainda assim, sobre a educação depositam-se altas aspirações de inserção e mesmo mobilidade social, não apenas por parte dos migrantes, mas também de suas famílias e comunidades de origem, confrontadas

¹⁷ (Refúgio em números, 2022, p.11). Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros-e-publicacoes/anexos/refugio_e_m_numeros-5e.pdf Acesso em 12/04/23.

não raro com situações de precariedade cotidiana vividas por esses refugiados como resultado de dinâmicas globais de desigualdade (MORRICE, 2013; HARRIS, MARLOWE, 2011).

Segundo dados da Agência da ONU para Refugiados, o número de refugiados no ensino superior brasileiro cresceu nos últimos anos, acompanhando também o aumento dessa população. Os dados referentes às universidades conveniadas à Cátedra Sérgio Vieira de Mello, na sua maioria universidades públicas e particulares católicas, indicam que o número de refugiados pelo menos triplicou nos últimos anos, dando conta em 2020 de 319 estudantes refugiados nessas universidades, número que cresce para 496 em 2022 (dos quais 470 cursam a graduação, 18 o mestrado e 2 o doutorado).¹⁸ Ainda, segundo estudo da mesma agência, cerca de 30% dos refugiados no país possuem ensino superior, o que indica, mais do que o acesso à universidade, a migração de uma população já altamente escolarizada. Convive, porém, com esse dado, a dificuldade apontada pelo estudo da revalidação dos diplomas obtidos no país de origem. Um outro dado interessante a compor esse quadro diz respeito aos migrantes no ensino superior de modo geral: são cerca de 23 mil migrantes no ensino superior no país em 2018 segundo relatório da OBMigra em parceria com Ministério da Justiça.

Como vemos, é difícil precisar os números relacionados à presença de refugiados no Ensino Superior brasileiro, embora as pesquisas tenham relatado o aumento desses ingressos. Ainda, são números que não nos permitem qualificar o perfil desses estudantes, ausentes dados como nacionalidade e gênero, fundamentais para uma melhor compreensão também dos gargalos de acesso e permanência de estudantes refugiados no ensino superior. Além disso, não é implausível considerar que uma parcela muito reduzida desses estudantes acessa o ensino superior nas universidades públicas brasileiras, apesar dos mecanismos de acesso e de permanência na universidade para estudantes refugiados que têm sido implantados nas universidades por meio da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (BUSKO, 2017).

Destaca-se que houve um significativo aumento de universidades conveniadas à CSVN, sendo 29 em junho de 2023. No entanto, tais universidades não necessariamente atuam nos mesmos projetos, não há uma padronização, apesar de todas terem em seu eixo o trabalho de pesquisa e extensão com refúgio. Ou seja, nem todas desenvolvem processos de ingresso facilitado para estudantes refugiados, como a Unicamp faz, em que o acesso se dá em um processo separado ao destinado aos demais estudantes. Outra modalidade de ingresso é a

¹⁸ Disponível em:

<https://www.acnur.org/portugues/2022/09/29/em-um-ano-quase-500-estudantes-refugiados-estao-matriculados-e-m-universidades-da-csvm-revela-relatorio-do-acnur/> Acesso em 12/04/23.

reserva de vagas, com um número determinado de vagas exclusivas para estudantes declarados refugiados que concorrem entre si a partir da realização do vestibular. Há ainda as universidades vinculadas à CSVN que não possuem um projeto de ingresso elaborado.

Uma das primeiras questões que dá embasamento a esse projeto está relacionada à percepção de que o entendimento de como se articulam pertencimentos de nacionalidade, raça, classe social e gênero são fundamentais para a compreensão desses desafios. É fundamental a construção de uma perspectiva crítica da ideia do “choque cultural”, comumente acionada como chave preponderante de entendimento da diferença no caso da migração e do refúgio, em favor de uma leitura mais articulada dos aspectos culturais, sociais, históricos e políticos presentes na trajetória de uma sociedade em particular (ABU-LUGHOD, 2012). Ainda, um olhar para dinâmicas de articulação entre categorias como gênero, raça, classe, nacionalidade, geração, sexualidade, entre outras, revela-se neste caso bastante pertinente, partindo de um entendimento das interseccionalidades no modo como a diferença se apresenta na vida social na produção de experiências sociais e históricas particulares (BRAH, 2006; McCLINTOCK, 2010).

Do ponto de vista do debate antropológico, é importante ter em conta que os temas relacionados a este projeto interpelam fortemente as questões tratadas pela antropologia contemporânea, particularmente no que refere à diferença cultural. Tomar o deslocamento como objeto de investigação significa romper com o isomorfismo entre identidade, lugar e cultura, que estabelece também a perspectiva do “choque cultural” como recurso explicativo do modo como diferenças e desigualdades articulam-se num mundo marcado por processos de desterritorialização e reterritorialização (GUPTA; FERGUSON, 2000; ABU-LUGHOD, 2012). Ao trabalhar com essa perspectiva, antes de considerar fronteiras como “naturais”, as Ciências Sociais têm se dedicado a compreender como elas são produzidas, em processos que envolvem aquilo que Didier Fassin (2011) denomina de *borders and boundaries*, isto é, limites físicos e simbólicos socialmente construídos. No que concerne a esta pesquisa, investigar as dinâmicas de acesso e permanência na universidade de estudantes refugiados implica também compreender como na nossa sociedade se constroem *boundaries* em meio aos processos de migração, ou seja, fronteiras simbólicas que operam nas articulações entre diferenças e desigualdades.

Ainda que estejamos trabalhando com uma literatura relativamente escassa em comparação com as pesquisas voltadas para crianças e adolescentes em idade escolar, alguns aspectos emergem como relevantes no modo como as Ciências Sociais têm contribuído para a

compreensão da experiência de estudantes refugiados na universidade. Assim, Linda Morrice (2009), a partir da investigação com estudantes refugiados no Reino Unido - e numa análise com forte influência de Pierre Bourdieu (1998) na sua contribuição sobre os limites da mobilidade via educação -, destaca o entendimento de que esses estudantes são como novos participantes de um jogo do qual desconhecem as regras. As normas, táticas e tradições envolvidas são não apenas obscuras para esses estudantes, como eles possuem capital - cultural, social - que não é reconhecido no jogo (*field*) e, portanto, não lhes fornece as ferramentas esperadas pelo que se considera um bom desempenho na universidade. Adicionalmente, a experiência na universidade pode ser percebida como intensificadora de uma situação de pressão social já decorrente da experiência do deslocamento e do estabelecimento de um novo cotidiano, envolvendo muitas vezes o domínio de uma nova língua e o manejo de novas convenções sociais (EARNEST et al, 2010).

A despeito das muitas dificuldades, contudo, no acesso ao ensino superior seguem sendo depositadas altas expectativas não apenas dos estudantes refugiados, mas de suas famílias nos países de origem, para as quais frequentemente atuam com suporte financeiro, como destacam Harris e Marlowe (2011), na sua investigação sobre estudantes de países da África refugiados na Austrália. Segundo os autores, essas expectativas são centrais para a decisão de ingressar no ensino superior, algumas vezes a despeito da competência linguística alcançada: a obtenção de um diploma de ensino superior no país de destino representa um caminho possível para a resolução de obstáculos estruturais ao emprego, renda e reconhecimento para refugiados. A obtenção do grau superior tem também uma importância simbólica, ao mobilizar relações sociais e familiares e ao figurar como uma possibilidade de mobilidade social.

Deste modo, o ensino superior é percebido como um importante meio de integração no país de acolhida, além de proporcionar melhorias nas perspectivas de inserção no mercado de trabalho, e assim, nas condições de vida no geral. Encontrar emprego, prover para a família, exercer a profissão de formação prévia ou para a qual gostaria de estudar, são algumas das motivações destacadas tanto nas fontes bibliográficas quanto nas entrevistas realizadas. Contudo, não é sem dificuldades que este processo decorre. Apesar de a bibliografia incluir condições muito distintas de países receptores, além de perfis de refugiados, é interessante que se repetem algumas questões: dificuldades materiais, linguísticas, uma certa vulnerabilidade socioeconômica assim como obstáculos para apresentar e validar documentos são as principais barreiras enfrentadas. A seguir, dando continuidade à apresentação do

problema de pesquisa, prosseguimos apresentando como essas questões surgem no material etnográfico já produzido e quais as continuidades que apontam.

Se a constatação de que tais dificuldades abrangem diferentes perfis de refugiados é importante para a composição de um cerne de ações que podem ser direcionadas ao grupo como um todo, é essencial também que se perceba as diferenças existentes. Deste modo, cabe entender que as políticas de acesso ao ensino superior são elaboradas tendo em vista este todo uniforme de “quem é o refugiado”, mas que na prática as condições vividas e as necessidades presentes são muito mais variadas.

Há uma grande variação entre os próprios sistemas educacionais ao redor do mundo, de modo que quando se está em outro contexto de ensino algumas informações tidas como óbvias não o são. Segundo a autora Morrice (2009; 2013), para refugiados, estar no Ensino Superior na sociedade de destino é como estar em um jogo do qual se desconhece as regras. Isto implica dizer que o que é valorizado em uma cultura não necessariamente o é em outra. Além disso, os recursos não são os mesmos, e provavelmente nem o conhecimento da existência e do manejo destes. Tais considerações nos permitem entender que o referencial é outro para quem em uma determinada sociedade fala de uma perspectiva sociocultural distinta, o que é ainda, no caso dos refugiados, frequentemente agravado pela condição de vulnerabilidade social que a maior parte encontra.

Existem diversos recursos materiais, informacionais, entre outros, que visam facilitar o processo de entrada na universidade. Isto se aplica inclusive para brasileiros, que usufruem de diversos cursinhos, materiais didáticos direcionados, orientações em aula de forma que sabem basicamente o que fazer para aceder à universidade no Brasil. Em casos de dúvidas, também em geral são mais evidentes os locais onde buscar informações. Não conhecer as regras do jogo é justamente a ausência deste processo e deste conhecimento voltado para o caso da sociedade receptora. Provavelmente a ciência do funcionamento geral de um sistema educacional até existe, mas a sua base depende das particularidades do local de vivência de cada um.

No caso dos refugiados, compreendendo as variações existentes, tal rede de apoio tende a ser muito menor, e as dificuldades muito maiores. A questão do sustento, da sobrevivência, tem grande primazia, de modo que sobram poucas energias para tentar articular o ingresso na universidade. Além disso, a língua também tende a ser um empecilho para aqueles não nativos do português, já que praticamente todas as informações divulgadas são em língua distinta daquela em que se foi alfabetizado. Não só a questão de acompanhamento

das aulas é impactada, mas o próprio entendimento do processo de ingresso. Como compreender os longos editais que explicam o vestibular, a prova do Enem, mas que no geral não são em linguagem muito acessível?

Em todas estas situações há o acesso à informação como ponto crucial. Isto é, tendo em vista que estes alunos não conhecem “as regras do jogo” no sistema educacional brasileiro, é necessário que entrem em contato de alguma maneira. Curiosamente, quase sempre há alguém nas narrativas como o portador de informações, apesar de ser possível inferir a importância de outros tipos de buscas, como pesquisas na internet, entre outros.

Deste modo, as redes e conexões se destacam como o meio em que se chega à informação, mas além de mensageiros, ou facilitadores, também importam como suporte à sobrevivência. Isto é, a existência de recursos que garantam o sustento também importa para que o estudante não só permaneça na universidade, mas também tenha condições de organizar o seu processo de ingresso. Muitas vezes os requerimentos demandam tempo de estudo ou organizar a documentação, o que pode ser limitado quando esforços para a sobrevivência consomem a maior parte do tempo e energia.

Ressalta-se também as dinâmicas de integração dentro da própria universidade. Destacam-se atividades de recepção ou fóruns online como essenciais para a permanência dos estudantes no ambiente universitário. Então, questiona-se se atividades tradicionais nas universidades brasileiras, como atléticas, centros acadêmicos, recepção dos calouros, além das aulas do idioma, possam representar meios de integração para os estudantes refugiados.

Bajwa et al. (2017) aborda a experiência de integração de estudantes refugiados em universidades canadenses a partir do conceito de interseccionalidade de Crenshaw. O autor destaca que o pertencimento é continuamente negociado, através dos encontros afetivos e a interseção das hierarquias que permitem ou não o seu acesso a serviços essenciais; por isso uma análise interseccional permite a melhor compreensão das barreiras enfrentadas por refugiados no Ensino Superior. Além disto, deve-se considerar o contexto, socioeconômico e histórico: colonialismo, escravidão e guerras importam, assim como experiências marcadas por gênero, raça e classe.

O programa em que o estudo foi aplicado oferecia aos participantes um espaço em que poderiam ser discutidas as suas experiências de deslocamento, em seu país de origem, e no Canadá. Foi observado um aumento na ciência e capacidade de elaboração de suas vivências, em diversos aspectos de sua trajetória. A partir disso, os interlocutores relataram sentir-se

mais empoderados e aumentou a sua sensação de pertencimento ao próprio ambiente universitário.

O programa piloto forneceu aos participantes consciência e conhecimento para combinar poder, opressão e impotência com suas próprias experiências. Essa compreensão lhes permitiu vivenciar uma transformação na relação entre sua avaliação de uma situação, suas experiências pessoais e a ação que precisam tomar. A Sra. HJ, que estava enfrentando racismo e discriminação, declarou: “Gostaria de saber disso antes, que mesmo como refugiada eu tinha direitos. Ninguém pode me obrigar a não comer com os outros porque sou mulher e sou negra”. (BAJWA et al, 2017, p.118)¹⁹ Tradução Livre.²⁰

No cenário brasileiro, há estudos que ressaltam a experiência das universidades, especialmente em associação à CSVM. Embora, no Brasil, a experiência das CSVMs venha se tornando bastante relevante, isto não significa uma centralização para as práticas e políticas; na verdade, Gomez (2019) destaca que as universidades no Brasil expandem o seu conjunto de ações com base em sua autonomia historicamente conquistada. Ou seja, a elaboração e aplicação de editais facilitados se dá de maneira diferenciada em cada instituição do Ensino Superior, podendo ainda variar entre universidades públicas e privadas, já que a articulação da CSVM com estas não se restringe a um tipo exclusivo.

A interpretação do que significa este ingresso facilitado se dá de diferentes formas, o que afeta o modelo a ser seguido, tanto em termos da elaboração do edital e requisitos, quanto da separação de vagas. Isto é, nem todas as universidades possuem editais específicos para refugiados, algumas o fazem e ainda relacionam com portadores de visto humanitário e outras categorias disponíveis. Por vezes há a disponibilização de vagas exclusivas, mas este não é sempre o caso, podendo ocorrer a partir de vagas remanescentes (DA ROCHA; DE AZEVEDO; MENDES, 2022).

As autoras do estudo citado acima pensam no direito à educação como algo básico e fundamental, mas que quando se trata do Ensino Superior, fica a cargo das universidades. Neste caso, frequentemente o que está na lei²¹ é posto em conflito com as condições socioeconômicas que dificultam e tornam desiguais as condições de acesso a uma

¹⁹ Há uma articulação entre esta fala e o que a interlocutora Yanara desta pesquisa partilha sobre a sua vivência na Unicamp. Yanara diz que a sua inserção na universidade foi significativa para que lutasse por seus direitos, como é desenvolvido no capítulo III.

²⁰ The pilot program provided participants with awareness and knowledge to match power, oppression, and powerlessness to their own experiences. This understanding allowed them to experience a transformation in the relationship between their assessment of a situation, their personal experiences, and the action they need to take. Ms. HJ, who was experiencing racism and discrimination, stated, “I wish I knew this earlier, that even as a refugee I had rights. Nobody can make me not eat with others because I am a woman and I am black.”(BAJWA et al, 2017, p.118)

²¹ “entende-se que a educação básica é um direito fundamental previsto desde a Constituição Federal de 1988 em seu Cap. 3, Art. 205º, com vistas a preparar a pessoa para o exercício da cidadania, desenvolvimento e qualificação para o trabalho.” (DA ROCHA; DE AZEVEDO; MENDES, 2022, p.150).

qualificação no ensino terciário. Isto quer dizer que acesso à universidade nem sempre é garantido, seja para brasileiros ou refugiados. No entanto, é importante mencionar que nas últimas décadas o Brasil vem desenvolvendo sistemas de cotas e reserva de vagas para ingresso nas universidades, buscando reverter desigualdades históricas que afastam do ensino superior público populações brasileiras negras, indígenas, quilombolas, trans, entre outras. Nesse contexto, há também o desenvolvimento de políticas de ingresso para refugiados, que apresentam grande variabilidade de modelos. Os principais desafios das políticas de ingresso tangem: o acesso à informação sobre o ingresso; a realização de vestibulares, provas e exames; a comprovação da proficiência linguística; e o pagamento de taxas. Além disso, a questão da documentação de reconhecimento de refúgio, e mesmo dos demais documentos exigidos no processo são temas importantes de se considerar. Nessa direção, Rossa e Menezes apontam como a exigência do reconhecimento do refúgio em muitos casos promove desigualdades no acesso de refugiados ao ensino superior por via das políticas especiais de ingresso:

Um solicitante de refúgio que tenha seu pedido negado não gozará de um conjunto de direitos a que têm acesso os refugiados "reconhecidos", ainda que as necessidades de ambos sejam muito equivalentes. O acesso à educação como direito não deveria estar sujeito à classificação ou status jurídico reconhecido. Contudo, justamente pela premissa de que o acesso a direitos deve ser universal, tomamos o critério do status jurídico como uma categoria de análise dos programas selecionados. (ROSSA; MENEZES, 2022, p.2).

Há uma diferenciação nas possibilidades de acesso ao Ensino Superior quando são consideradas as diferentes categorias jurídicas nas quais migrantes internacionais podem se enquadrar. A limitação em suas possibilidades influi também em seu usufruto de direitos, qualidade de vida e possibilidades de integração, acesso ao trabalho e cidadania. O processo de integração é dialético e opera em via de mão dupla; o acesso ao Ensino Superior pode ser um vetor importante na inserção nesta comunidade e no estabelecimento de um diálogo. (DA ROCHA; DE AZEVEDO; MENDES, 2022).

O tema do refúgio e ensino é de pertinência nacional: há articulações entre a CSVM e universidades em todas as regiões do país. No entanto, Rossa e Menezes (2017) observam uma predominância de universidades nas regiões sul e sudeste com um processo dedicado a estudantes refugiados, e operam diferentes modelos. No estudo que realizaram, os autores abordam os programas voltados apenas para refugiados; programas que incluem também solicitantes de refúgio e portadores de visto humanitário; e programas que diferenciam estas documentações além do refúgio por nacionalidade, particularmente haitianos.

Quanto aos programas de acesso específicos para refugiados, o estudo destaca o da UFSCar, criado em 2008 e realizado anualmente desde 2009, sendo o primeiro programa de seleção específica para indivíduos com o reconhecimento do refúgio. Ao longo de sua história, seu modelo foi sendo modificado, especificamente em relação à prova aplicada. Em 2013 uma prova objetiva, de acordo com os típicos conteúdos do ENEM, era destinada somente aos candidatos refugiados. Em 2016, o ENEM passa a ser adotado como único modelo de acesso, possivelmente tendo uma relação com o aumento da procura, mas as autoras afirmam que mais estudos são necessários. Em todas estas alterações, é sempre mantido o modelo de uma vaga exclusiva por curso de graduação, as quais tendem a não ser totalmente preenchidas, possivelmente conectado a uma falta de divulgação, como aponta o estudo.²²

A falta de divulgação sobre os programas tem sido descrita como uma das dificuldades para o preenchimento das vagas, assim como em alguns casos foi possível observar que o número de aprovados foi inferior ao número de vagas ofertadas. Tais aspectos podem indicar que é necessário ajustar as formas de acesso, contemplando processos seletivos que levem em conta a situação dos migrantes que estejam há menos tempo no país, numa realidade em que grande parte das pessoas detentoras da condição de refúgio e de vistos humanitários têm fixado residência no Brasil há menos de uma década. (ROSSA; MENEZES, 2017, p.16 -17).

Um outro exemplo, é o programa da UFMG, o mais antigo do Brasil, criado em 1998, com o primeiro ingresso de um estudante refugiado em 1999. Segundo Rossa e Menezes (2017), até 2016 a UFMG teve trinta e dois refugiados como ingressantes – vinte e oito angolanos, um camaronês, um colombiano, um guineense e um congolês – dos quais dezesseis já estavam formados. Estes se distribuem entre todas as áreas do conhecimento, não havendo uma com maior destaque. Na época da publicação do artigo, a Clínica de Direitos Humanos da UFMG enviou parecer pela inclusão de portadores do visto humanitário nesta política de acesso, o que pelo site da universidade é possível perceber que surtiu efeito na formulação de uma política mais abrangente.²³

Em se tratando de programas que englobam tanto refugiados quanto portadores de visto humanitário, as autoras fazem primeiro uma reflexão sobre o caráter despolitizado em

²² Destaca-se ainda que em 2022 houve nova modificação no programa da UFSCar, desta vez em relação aos documentos aceitos, como é explorado no item 3 deste capítulo.

²³ Disponível: https://www.ufmg.br/copeve/Arquivos/2023/Refugiados/Refugiados_2023-Edital.pdf Acesso em 12/04/23

que a categoria “refúgio” foi construída²⁴, e como isto se relaciona com acesso à educação e outros direitos. O refúgio foi construído mediante discursos de universalidade e igualdade, mas na prática se percebeu simetrias na experiência de outros migrantes que não enquadram na categoria, os quais, no entanto, ficam mais vulneráveis em um sistema de proteção mais frágil do que para refugiados reconhecidos.

Em sua maioria indígenas latino-americanos ou de origem caribenha e africana, os cidadãos mais vulneráveis dentre essas categorias jurídicas apenas teriam meios de acesso ao ensino superior em posição de igualdade com todos os brasileiros, por não estarem vinculados à categoria jurídica de refugiados. Em situações de violência bastante semelhantes aos refugiados reconhecidos, frequentemente não possuem formas de comprovar sua escolaridade, por terem partido de seus países motivados por situações de violência, "crises" humanitárias e desastres ambientais (ROSSA; MENEZES, 2017, p. 11).

Isto justifica então, a adesão de portadores de visto humanitário nos processos de ingresso destinados a estudantes refugiados - em alguns casos, inclusive quem ainda está no processo de solicitação de refúgio, como as autoras destacam o caso da Ufac. Ressaltam o caso da UFPR, na qual o programa de ingresso facilitado para refugiados e portadores de visto humanitário teve início em 2014. Porém, destaca-se a exigência de que os candidatos inscritos tivessem já iniciado um curso de graduação em um outro país, provavelmente de onde eram nativos, optassem pela mesma modalidade de graduação, e se matriculassem em vagas remanescentes. Na prática isto significa que o programa operava mais como uma transferência externa, quando o inscrito já iniciou os estudos em outra universidade, do que um novo tipo de ingresso. Mas há um programa de professor tutor e alunos monitores que as autoras destacam como uma experiência interessante.

Na última categoria de análise apresentada neste estudo, há a menção específica de processos existentes para os portadores de visto humanitária, em geral os haitianos. Segundo as autoras, isto funciona como um resgate do ProHaiti, um programa nacional, com apoio da CAPES que, desde o início de um grande fluxo de haitianos para o Brasil em 2010, passou a endossar a inserção destes nas universidades. Tendo em vista a impossibilidade da maioria dos haitianos de se enquadrar nos critérios para a solicitação de refúgio, é possível observar que o seu enquadramento ou não em políticas de acesso à universidade é um ponto sensível.

A UEG foi a primeira universidade do centro-oeste brasileiro a ter uma política de ingresso específica para haitianos. Como averigua Santos (2021), de início não havia o

²⁴ Há uma discussão sobre isto feita por Branco Pereira (2021) ao falar de *refúgio negro*, uma categoria que é política, na medida em que aborda questões sociais de desigualdade, marginalização e racialização.

entendimento de que nacionais haitianos não poderiam se candidatar pelo primeiro modelo da política, já que este era específico para refugiados reconhecidos pelo CONARE. Contudo, no ano seguinte (2016) foi feita uma alteração, possibilitando o ingresso de portadores do visto humanitário. Dado que o pesquisador não encontrou indícios de qualquer mobilização reivindicando esta alteração, é feita a suposição de que esta foi motivada pela observação do proponente.

Em outras palavras, a primeira resolução era clara ao estipular a criação da vaga suplementar para os refugiados, mas não podia garantir o mesmo direito aos portadores de visto humanitário. Para corrigir a incapacidade da primeira resolução em atender os intentos da política proposta, o reitor publicou a nova resolução de maneira Ad Referendum, ou seja, sem a participação do plenário do CsU, no dia 27 de janeiro de 2016, sendo ela homologada pelos conselheiros na 95ª Sessão Plenária realizada em 16 de março de 2016 (UEG, 2016a). Consta na ata dessa sessão que o reitor explicou que havia a necessidade de incluir as pessoas que estão no país e que são portadoras de visto humanitário em situação análoga à de pessoas refugiadas (UEG, 2016b). Em suma, além de acrescentar nas considerações a Lei 9.474 de 1997, a nova resolução garantiu aos portadores de visto humanitário os mesmos direitos dispostos anteriormente aos refugiados (SANTOS, 2021, p. 112).

O pesquisador destaca que a UEG tem um histórico de buscar a democratização do acesso ao ensino, com a criação e implementação de diversas políticas e ações afirmativas. Além disso, a divisão da universidade em diversos *campi* pelo estado de Goiás implica em processo de interiorização, no qual há uma conexão da comunidade universitária e a região local, buscando o desenvolvimento econômico desta, principalmente com a formação de mão de obra qualificada - professores, engenheiros e médicos. Todavia, o autor destaca que a universidade tem um comprometimento em contribuir com o desenvolvimento social e humano, o que está alinhado à sua política de ingresso para refugiados e portadores do visto humanitário.

Ressalta-se que a seleção da UEG é baseada na realização de provas, ainda que estas sejam diferentes das aplicadas aos candidatos da ampla concorrência - isto é, os candidatos ao ingresso facilitado fazem provas específicas a eles e competem entre si. No entanto, o conteúdo cobrado parece ser o mesmo de outras vestibulares tradicionais do país.

O processo de seleção, de acordo com os editais, constitui-se da classificação dos candidatos por meio de provas de habilidades específicas somente para os candidatos ao curso de Arquitetura e Urbanismo, e de prova objetiva e de redação para todos. As provas com questões objetivas versam sobre as seguintes áreas do conhecimento: língua estrangeira moderna (inglês e espanhol), língua portuguesa e literatura brasileira, biologia, física, geografia, história, sociologia, filosofia, matemática, química e artes. Na prova de

redação, procura-se verificar se o candidato está “apto a lidar com a norma-padrão (ou culta) da Língua Portuguesa, mas, sobretudo, atestar sua capacidade de elaborar coerentemente ideias próprias que configurem uma forma de ver o mundo com base em percepções críticas sobre assuntos diversos” (UEG, 2019, p. 27). Conforme analisado nos cadernos de provas aplicadas, percebe-se que, apesar de elas serem aplicadas no mesmo dia, as dos candidatos do processo seletivo regular e do processo especial são diferenciadas. (SANTOS, 2021, p.117)

No item 3 deste capítulo será feita uma discussão que considera os desafios desta abordagem, conectados principalmente à questão linguística e a inserção em um novo sistema de ensino.

Em um outro estudo (PERES; CERQUEIRA-ADÃO; FLECK, 2022) baseado nas universidades da região sul do Brasil que tem uma articulação com a CSVN, os autores fazem uma análise do processo de inserção e integração na comunidade universitária. Dado que o estudo seleciona instituições que tenham um edital específico já em seu segundo ano de execução, são consideradas a UFRGS, UFSM e UFPR. Baseado em entrevistas com alunos (inclusive haitianos, portadores do visto humanitário), os autores identificam que as dificuldades com o português são o que impacta a vivência em sala de aula, tanto em termos da apreensão do conteúdo lecionado, quanto da interação com colegas. Alguns alunos relatam não serem escolhidos para trabalhos em grupo, pois consideram que não ajudariam tanto em apresentações.

A estudante da UFSM Line relata que consegue compreender melhor do que se expressar em português. Ela tenta se adaptar à universidade e também realiza os cursos ofertados, mesmo assim considera que “quando os professores vão falar, eu vou entender 40 por cento nas explicações, porque a linguagem da faculdade é muito diferente”. (PERES; CERQUEIRA – ADÃO; FLECK, 2022, p.12).

Como tentativa de contornar esta situação, a UFSM lançou em 2018 um programa que institucionaliza a ajuda entre os próprios alunos; isto é, alguém que se candidata estabelece um vínculo como monitor para um aluno que ingressou pelo processo facilitado. O monitor deverá dispor de horários semanais para orientar e auxiliar o estudante nas atividades acadêmicas, considerando ainda conversas sobre a trajetória acadêmica, inserção no mercado profissional, tendo em vista a importância de um diálogo intercultural.

Em um outro caso, a matrícula na UFRGS é condicionada à comprovação da proficiência em português por meio do CELPE-BRAS. No caso de sua ausência, há ainda a possibilidade de cursar o Programa de Português para Estrangeiros (PPE) por um ano, o que significa que faria um curso intensivo de português neste tempo. Esta proposta é interessante

porque oferece um vínculo do aluno com a universidade, possibilitando que aos poucos se familiarize com o ambiente e se sinta mais inserido, ao mesmo tempo que não o pressiona pelo desempenho em disciplinas da área de graduação escolhidas.

Além disso, os pesquisadores também destacam a dimensão da convivência na sala de aula, em que alguns interlocutores relatam práticas discriminatórias. Isto leva os autores a proporem atividades voltadas contra comportamentos xenofóbicos e preconceituosos, assim como uma capacitação de funcionários e servidores da universidade sobre migrações e direitos humanos.

Por fim, tendo em vista todas estas experiências, é necessário considerar como estas questões estão colocadas entre março de 2020 e janeiro de 2021, quando o ensino nas universidades era realizado de forma remota. Há artigos que tratam especificamente do ensino online, apesar de ressaltar que poucos deles falam da situação de pandemia e isolamento social que iniciou-se com a propagação da covid-19. Entretanto, são análises de um momento anterior que ainda podem ser levadas em consideração. Algumas perspectivas são positivas, e destacam a possibilidade de abrangência do ensino online, incluindo estudantes de todas as partes do mundo, inclusive em campos de refugiados (GARITO, 2017). Ainda, enfatiza-se que determinados estudos sobre plataformas que propunham aulas online como uma forma de transição para o modo presencial registraram altos níveis de evasão ou não conclusão, sendo mais usada como fonte de informações. (BRUTON, et al, 2019)

Por outro lado, destacam-se as dificuldades da rotina de estudos online, tanto material, pois demanda internet e um aparelho eletrônico, quanto de disciplina, já que o estudar a qualquer hora pode facilmente se traduzir em nunca estudar. Da Rocha, de Azevedo e Mendes (2022) mencionam brevemente as dificuldades durante este período, mas com o intuito de falar sobre as possibilidades de ingresso, e não os efeitos em estudantes já matriculados:

No caso de grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade, como as pessoas em condição de refúgio, a pandemia pode, também, gerar a perda de oportunidades de aprendizagem devido a entraves de acesso e permanência no ensino superior. É a partir desse cenário que o presente artigo analisa as condições de ingresso ao ensino superior para pessoas em condição de refúgio, no período da pandemia da COVID-19. (DA ROCHA; DE AZEVEDO; MENDES, 2022, p.149).

3. Refúgio e ensino superior em São Paulo: uma visão a partir de editais e documentos de acesso às universidades públicas

Pensando no acesso de refugiados às universidades públicas paulistas, diversas das questões apontadas na bibliografia também se verificam neste contexto. É necessário ressaltar que os editais aqui analisados representam de uma conjuntura específica frente ao cenário nacional, o qual conta com outros formatos e possibilidades de ingresso no ensino superior para refugiados, mas que estão fora do escopo deste texto. De fato, constata-se que há pouca unidade na estrutura destas políticas públicas, mesmo entre as universidades que contam com a CSVM, inclusive no contexto regional de São Paulo.

Se as iniciativas partem do mesmo propósito de promover a educação, pesquisa e extensão voltada para a população em condição de refúgio²⁵, há diferenças substanciais quanto à organização, a abrangência do edital (quem está incluso na política), a documentação exigida e as provas aplicadas. Isto é, a comparação dos diferentes editais das universidades públicas paulistas permite vislumbrar diferenças em quem estaria enquadrado nesta “condição de refúgio”. Isto tem um impacto direto na documentação exigida, além de outros requisitos de acesso que de alguma forma delimitam quem consegue de fato entrar na universidade. Ou seja, há um perfil (ou perfis) dentro desta condição de refúgio que é delimitado a partir das exigências de um edital.

Dados sobre as diferentes trajetórias de refúgio serão mais bem explorados no capítulo a seguir, a partir de entrevistas com alunos ingressantes pelo processo de acesso facilitado da Unicamp. As diferentes trajetórias, os diferentes perfis permitem aprofundar o entendimento sobre a pluralidade de condições que estão enquadrados em termos como “refugiado”, e a variabilidade de vivências que isto implica. Sobretudo, tendo em vista os requisitos dos editais, é essencial ter estas em mente para entender o seu impacto, além da forma como remetem diretamente a questões trazidas pela bibliografia analisada, previamente mencionada.

Então, a fim de facilitar o entendimento foram selecionados alguns pontos de comparação que serão exemplificados ao longo das seções a seguir, elucidando as principais semelhanças e diferenças nos editais e documentos referentes a políticas de acesso para estudantes refugiados nas universidades públicas do estado de São Paulo que contam com a CSVM - Unicamp, UFSCar, Ufabc, Unifesp.

²⁵ Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/catedra-sergio-vieira-de-mello/>
Acesso em: 17/10 às 21h50

a. Políticas de acesso às Universidades: quem são os refugiados inclusos?

O primeiro ponto que se destaca na comparação dos editais é a variação na nomenclatura utilizada e a documentação exigida para comprovar a condição específica em que está quem aplica. Dois dos quatro editais publicados entre 2019 e 2020, analisados na primeira etapa desta pesquisa, referem-se especificamente a uma condição de refúgio comprovada e reconhecida legalmente como tal pelo CONARE. Isto é, ser solicitante de refúgio e estar à espera de uma decisão dos órgãos do governo não seria suficiente para uma inscrição nos editais daquele momento. A Unicamp e a UFSCar se destacam por adotarem esta norma neste primeiro período analisado e terem como único candidato possível quem já tem o status de refúgio legalmente reconhecido pelo CONARE. Destaca-se que esta exigência foi desmantelada por ambas as universidades em 2022, o que será abordado mais para frente ainda neste capítulo.

Os candidatos interessados deverão encaminhar, por meio de formulário eletrônico no site www.questionarios.ufscar.br, até o dia 11 de setembro de 2020, impreterivelmente, os seguintes documentos:

- a) Ficha de Inscrição, devidamente preenchida;
- b) Documentação comprobatória de conclusão de estudos equivalentes ao Ensino Médio, acompanhada de parecer de equivalência emitido por Secretaria de Estado de Educação, caso os estudos tenham sido realizados fora do Brasil (anexo à ficha de inscrição, aceitos em .jpeg, .pdf);
- c) **Atestado expedido pelo Conare - Comitê Nacional para os Refugiados que comprove sua situação de refugiado** (anexo à ficha de inscrição, aceitos em .jpeg, .pdf).

(EDITAL PROGRAD Nº 005, 22 DE ABRIL DE 2020; UFSCar, artigo 1; grifo meu)²⁶.

Como demonstra o primeiro artigo do Edital da UFSCar em 2020, há a exigência do atestado expedido pelo CONARE entre os documentos de caráter essencial para a inscrição. Do mesmo modo, a Unicamp solicitava tal documento até o início de 2022, quando houve modificações nas diretrizes do processo de ingresso, a partir de nova resolução, como será desenvolvido no tópico 3.e. deste capítulo.

A Unifesp, por outro lado, já incluía, além de refugiados reconhecidos pelo CONARE, a possibilidade de inscrição para apátridas e quem é portador de visto humanitário. Esta é uma política mais abrangente, mas que ainda não contempla quem está na espera de uma decisão do governo brasileiro.

²⁶ Disponível em: <https://www.prograd.ufscar.br/cursos/ingresso-na-graduacao/Edital52020Ref21.pdf>.

O presente processo seletivo oferecerá vagas específicas para **candidatos refugiados, apátridas e portadores de visto humanitário**, assim devida e comprovadamente **reconhecidos pelo governo brasileiro**, nos cursos de graduação da Unifesp, conforme tabela descrita no item 2 deste edital.

(Edital no 26/2019, Processo Seletivo - Refugiados, Apátridas e portadores de Visto Humanitário; Unifesp, artigo 1.1, grifo meu)²⁷

Em contrapartida, na época, a Ufabc era a única entre as universidades estudadas que já no edital de 2020 abria as suas inscrições para solicitantes de refúgio, ou seja, quem está aguardando o processo decisório, ainda que seja necessário apresentar documentação deste processo.

6.6.3. Além da documentação relacionada no item **6.1.3**, todos os candidatos convocados para solicitação de matrícula por meio de **qualquer uma das vagas reservadas para Refugiados ou solicitantes de refúgio**, deverão apresentar documentação comprobatória do CONARE ou apresentação do protocolo de solicitação de refúgio, de acordo com os procedimentos que regulamenta a Lei no 9.474/1997. (EDITAL No 63/2021 - REIT (11.01); Fundação Universidade Federal do ABC)²⁸

Os refugiados que queiram se inscrever para a Ufabc se deparam ainda com duas possíveis categorias de inscrição, as quais levam em consideração a renda familiar e vulnerabilidade socioeconômica do indivíduo. Isto é, entre as duas vagas por curso, metade é destinada a refugiados e solicitantes de refúgio com uma renda familiar abaixo de um salário-mínimo e meio, como o determinado pelas diretrizes abaixo. Caso não tenham inscritos para determinada vaga nestas condições, esta reverte para os refugiados e solicitantes que não se enquadram na renda determinada.

4.2. A UFABC estabeleceu **Ação Afirmativa própria reservando vagas para Refugiados e solicitantes de refúgio e para Refugiados e solicitantes de refúgio em situação de Vulnerabilidade Econômica**. Estas vagas reservadas independem do local de estudo e são subtraídas daquelas da modalidade denominada de Ampla Concorrência.

4.2.1. Em conformidade com a Resolução no 182, de 19/07/2017, do Conselho Universitário da UFABC, ficam reservadas 2 (duas) vagas por curso, campus e turno de ingresso para Refugiados e solicitantes de refúgio, conforme Quadro Geral de Vagas - Anexo 1.

4.2.2. Metade do número de vagas de que trata o item 4.2.1 será reservada a candidatos **Refugiados e solicitantes de refúgio** com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (uma vez e meia) salário-mínimo (SM) per capita.

²⁷ Disponível em:

https://www.unifesp.br/reitoria/prograd/images/Reingresso/untitled%20folder/Edital_26_19_Refugiados.pdf.

Foram utilizadas citações de ambos os editais da Unifesp, de 2020 e 2022, já que não há diferenças significativas nas diretrizes do processo, nem no linguajar dos editais.

²⁸ Disponível em: https://prograd.ufabc.edu.br/pdf/edital_063_2021_ingresso.pdf. Foram feitas citações de ambos os editais da anisados da Ufabc, referente a 2020 e 2022, pois os requisitos, estrutura e até mesmo expressões de ambos são as mesmas.

(EDITAL No 131/2019 - Ingresso nos Bacharelados e Licenciaturas Interdisciplinares em 2020; Fundação Universidade Federal do ABC)²⁹

A renda familiar é uma variável que pode influir no acesso ao ensino, bem como ao tempo dedicado a este. No caso da Ufabc, a qual adota o Sisu como seu principal sistema de ingresso, as notas no ENEM são no geral impactadas por estes diferentes contextos de aprendizagem. Há a percepção de uma variabilidade socioeconômica entre os refugiados no Brasil, e de como estas diferentes condições podem influenciar o desempenho em vestibulares e outras provas de acesso. Assim, dentro do modelo de seleção por prova adotado, a Ufabc criou um mecanismo que considera a diferença de renda dentro da própria política de acesso para refugiados e solicitantes de refúgio, um mecanismo importante que permite o ingresso de refugiados com perfis socioeconômicos mais distintos do que se tal cláusula não existisse.

Em vista disso, há diferentes direcionamentos para as políticas criadas por estas universidades. Se por um lado a concessão do status de refúgio pelo CONARE parece ter uma centralidade na formulação da política, alguns editais são mais abrangentes, incluindo outras categorias jurídicas (Unifesp) ou pessoas em processo de solicitação de refúgio (Ufabc). Esta é uma informação que converge com o encontrado nas entrevistas (abordadas no capítulo II) e sustenta a hipótese de que a exigência de uma documentação direciona o perfil do refugiado que poderá se acessar a universidade pública.

Em direção a este debate, nota-se que houve mudanças nas políticas de acesso em duas das quatro referidas universidades, ampliando a abrangência dos seus editais. A Unicamp passa a incluir em suas políticas, além de refugiados com o status já concedido, sujeitos em processo de solicitação³⁰, e beneficiários de vistos humanitários. Entre os documentos que podem apresentar estão: a Certidão emitida pelo CONARE; o Documento Provisório de Registro Nacional Migratório (DP-RNM); ou ainda a Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM), ou o protocolo de solicitação, que comprove a regularidade migratória (Anexo III; mais detalhes no item 3.e. deste capítulo).

A UFSCar postula uma mudança similar, em termos de quem é o refugiado que pode se candidatar em seu processo, com estes mesmos documentos sendo mencionados. Contudo, a UFSCar adota um outro termo, a expressão “Migrantes Internacionais”, ainda em seu título,

²⁹ Disponível em: https://prograd.ufabc.edu.br/pdf/edital_131_2019_ingresso_bis_lis.pdf

³⁰ Nota-se que o edital explica que o protocolo de solicitação de visto de refúgio não é suficiente para quem ainda não tem o status concedido, mas que deve-se também providenciar o Documento Provisório de Registro Nacional Migratório (DP-RNM), ou equivalente na polícia federal. Disponível em: <https://www.dac.unicamp.br/portal/estude-na-unicamp/vaga-para-refugiados>. Acesso em 18/10.

visando abarcar as diferentes condições jurídicas, incluindo refugiados e solicitações de refúgio. A Unicamp, de outra forma, em sua nova resolução refere-se nominalmente e de forma específica a “refugiados, solicitantes de refúgio e migrantes beneficiários de políticas humanitárias”, mas na prática estão enquadrados nas mesmas condições jurídicas. Se o indivíduo que pode se inscrever é o mesmo na Unicamp e na UFSCar em 2022, há ainda divergências nos processos de ingresso, como a exigência de provas, que serão exploradas nos próximos itens desta seção.

1. Os(As) candidatos(as) interessados(as) deverão encaminhar, por meio de formulário eletrônico (<http://www.questionarios.ufscar.br/index.php/572426?lang=pt-BR>), de **19 de julho até o dia 31 de agosto de 2021**, impreterivelmente, os documentos listados abaixo. A participação na seleção específica realizada pela UFSCar será condicionada à comprovação de uma das seguintes condições:

- a) Ficha de Inscrição, devidamente preenchida;
- b) Documentação comprobatória de conclusão de estudos equivalentes ao Ensino Médio, acompanhada de parecer de equivalência emitido por Secretaria de Estado de Educação, caso os estudos tenham sido realizados fora do Brasil (anexo à ficha de inscrição, aceitos em .jpeg, .pdf);
- c) Atestado expedido pelo Conare - Comitê Nacional para os Refugiados que comprove sua situação de refugiado (anexo à ficha de inscrição, aceitos em .jpeg, .pdf);
- d) Condição de solicitante de refúgio, comprovada pelo DP-RNM – Documento Provisório de Registro Nacional Migratório ou documento equivalente emitido pelo Departamento de Polícia Federal, de acordo com os procedimentos regulamentados pela Lei 9.474/97;
- e) Condição de regularidade migratória, comprovada pela Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM) ou protocolo de requerimento análogo emitido pelo Departamento de Polícia Federal, com autorização de residência por tempo determinado ou indeterminado, decorrente de acolhida humanitária ou outras políticas de caráter humanitário do governo brasileiro.

(Edital no 12/2021/ProGrad - Edital de Seleção para ingresso de Migrantes nos cursos presenciais de graduação; artigo 1)³¹

Debater como os documentos solicitados limitam o perfil dos indivíduos que podem se inscrever nas universidades é colocar também em questão o que determina quem está incluso na categoria “refugiado”. Do ponto de vista legal, o reconhecimento do status de refúgio pelo CONARE é o que garante este enquadramento na perspectiva do governo. Contudo, o movimento feito pelos próprios editais aqui analisados, buscando incluir solicitantes de refúgio, apátridas, portadores de visto humanitário e beneficiários de outras políticas

³¹ Disponível em:

https://www.prograd.ufscar.br/cursos/ingresso-na-graduacao/Edital_0122021_ProGrad_Refugiados2022_pbl.pdf

migratórias, evidencia experiências compartilhadas que aproximam os indivíduos sobre tais status jurídicos. Isto não é dizer que não existam variações nas trajetórias e perfis; ao contrário, ao longo deste trabalho há multiplicidade de condições e contextos em que a experiência do refúgio se dá, o que não significa que não exista algo que aproxime esses indivíduos, portadores de um status de refúgio ou não.

b. Documentos: desafios em reconhecimento e comprovação

A questão quanto à documentação da trajetória de ensino, para além da comprovação de status, parece ser outro ponto significativo que pode por vezes impedir o acesso à universidade. É claro que muitos dos indivíduos com lacunas na documentação podem também apresentar problemas para comprovar juridicamente sua condição de refúgio, mas aqui a ênfase é dada para a documentação comprobatória de Ensino Médio, que é comumente exigida para o ingresso no ensino terciário, até mesmo de estudantes nativos.

Todavia, quando se trata de alguém que teve a saída forçada de seu país, sua casa, a documentação é uma das muitas perdas que em geral ocorrem. Muitas vezes não há tempo, condições ou a possibilidade de se preocupar com documentos, em especial documentos de ensino que não tendem a ser imediatamente necessários no momento inicial do refúgio. No entanto, a sua falta muitas vezes tende a ser um empecilho para quem deseja continuar sua formação no ensino superior³², exigindo que passem por etapas burocráticas em um país, um sistema, uma língua que não conhecem profundamente, muitas vezes em um idioma que não lhes é nativo.

Os documentos analisados confirmam este problema quanto à documentação do histórico de ensino. Em uma lista das inscrições homologadas pela Ufscar referente ao edital de 2021 verificou-se por exemplo que, entre 12 inscrições, apenas uma foi aceita, e como justificativas para o indeferimento das outras aparece sempre a falta da documentação, seja esta a comprovação do status de refugiado ou diploma de ensino médio.³³ Do mesmo modo, no processo de seleção da Unifesp em 2022 há uma lista de habilitados e não habilitados, publicada após a etapa inicial de submissão da documentação. Dos 241 inscritos há 144 não

³² Esta situação não ocorre com frequência no ensino básico, pois toda criança tem direito à educação, portanto ao acesso à escola. O ingresso tende a ser providenciado neste caso, ainda que a documentação não esteja prontamente disponível. (ALMEIDA, 2018).

³³ Disponível em: https://www.prograd.ufscar.br/cursos/ingresso-na-graduacao/ref_hom2021_pbl.pdf. Acesso em 19/10/2022.

habilitados, todos devido ao item do edital que estipula a documentação a ser anexada, apesar de não especificar exatamente o que estava em falta.³⁴

Ainda, os próprios editais proporcionam um entendimento do processo para obter tal documentação, e desta forma permitem vislumbrar algumas das dificuldades existentes. A Ufabc, por exemplo, em seus editais requisita o histórico escolar e o certificado de conclusão do ensino médio, e postula que em caso de serem documentos estrangeiros eles devem ter equivalência conferida pela Secretaria de Educação Distrital.

7.1.3. Todos os candidatos convocados para solicitar matrícula deverão entregar os documentos descritos abaixo nas alíneas de “a” até “h”. Além destes, os candidatos convocados por todas as modalidades de escola pública e ainda pelas ações afirmativas próprias da UFABC nas vagas para Pessoa com Deficiência (PcD), nas vagas para Refugiados ou solicitantes de refúgio, nas vagas para Refugiados ou solicitantes de refúgio em situação de Vulnerabilidade Econômica, nas vagas para Pessoas Transgêneras ou nas vagas para Pessoas Transgêneras em situação de Vulnerabilidade Econômica devem observar os documentos adicionais conforme itens 7.2 até 7.7.:

- a) uma cópia legível da Cédula de Identidade para os cidadãos brasileiros ou do Registro Nacional de Estrangeiro/RNE, exceto para os Refugiados ou solicitantes de refúgio;
- b) uma cópia legível do Histórico Escolar do Ensino Médio;
- c) uma cópia legível do Certificado de Conclusão do Ensino Médio;
- d) uma cópia legível da Certidão de Nascimento ou Casamento;
- e) uma cópia legível do Comprovante de Inscrição no CPF (dispensável, se o número do CPF constar da Cédula de Identidade);
- f) para brasileiros maiores de 18 anos, uma cópia legível do Título de Eleitor com o comprovante da última votação ou comprovante de quitação com a Justiça Eleitoral;
- g) para brasileiros do sexo masculino maiores de 18 anos, cópia de um documento que comprove a quitação com o serviço militar obrigatório;
- h) uma fotografia 3x4 recente para a ficha cadastral.

(EDITAL No 131/2019 - Ingresso nos Bacharelados e Licenciaturas Interdisciplinares em 2020; Fundação Universidade Federal do ABC)

Entretanto, a documentação solicitada no edital é extensa. Em termos do tamanho da lista, não há qualquer distinção entre estudantes refugiados e as outras categorias de acesso. Como mencionado, para indivíduos em condição de refúgio ter que atender a esta lista em sua

³⁴ Disponível em:

<https://ingresso.unifesp.br/noticias/refugiados/2022-processo-seletivo-para-ingresso-de-refugiados-as-apatridas-e-portadores-as-de-visto-humanitario-publicacao-de-resultado-habilitados-e-nao-habilitados>. Acesso em 19/10/2022.

completude pode se provar um desafio maior, justamente pela falta de documentos de ensino, certidões de nascimento ou casamento.

Além disso, se os estudantes refugiados se inscreverem com “em situação de Vulnerabilidade Econômica”, como é referido no edital, a lista de documentos solicitados torna-se ainda mais extensa. Como indica a citação do artigo 7.3 do edital da Ufabc, os estudantes inscritos em tal modalidade de acesso devem entregar documentação comprobatória de renda para todos os familiares que trabalham. No Brasil, tal solicitação é comum quando envolve vagas, auxílios ou benefícios que consideram a condição socioeconômica; porém, para refugiados que têm dificuldade com o próprio reconhecimento do refúgio, talvez seja difícil ter um holerite, ou uma carteira de trabalho, como o solicitado. Ainda, deve-se levar em consideração que muitas vezes estas pessoas ocupam cargos informais, fazendo bicos e outros trabalhos precarizados que não lhes permite ter alguma comprovação para sua fonte de renda.

7.3. Instruções Complementares para Solicitação de Matrícula de Candidatos Oriundos de Escola Pública com Renda Familiar Bruta até 1,5 Salário Mínimo, de Candidatos Refugiados ou solicitantes de refúgio em situação de Vulnerabilidade Econômica e de Candidatos Transgêneros em situação de Vulnerabilidade Econômica.

7.3.1. Além da documentação relacionada no item 7.1.3, todos os candidatos que ingressarem por meio de **qualquer das vagas reservadas para situação de Vulnerabilidade Econômica, independentemente da reserva de vaga** deverão apresentar documentação comprobatória de renda recomendada pelo Anexo II da Portaria Normativa MEC no 18/2012 e a Portaria Normativa MEC no 09/2017 para a comprovação de renda familiar bruta até 1,5 salário mínimo.

7.3.1.1. A UFABC exigirá, nos casos aplicáveis a cada situação, os documentos relacionados **no Anexo 6 para todos os integrantes do grupo familiar, incluindo o próprio candidato.**

7.3.1.2. Os documentos deverão ser apresentados em fotocópia simples, **havendo a necessidade de apresentação do documento original para conferência e validação apenas da Carteira de Trabalho e Previdência Social.**

7.3.2. Candidatos e integrantes da unidade familiar que tenham **mais de uma** fonte de renda devem apresentar documentação exigida para cada uma delas, especificando a situação no formulário de caracterização familiar, disponível na página <http://prograd.ufabc.edu.br/sisu>.

(EDITAL No 131/2019 - Ingresso nos Bacharelados e Licenciaturas Interdisciplinares em 2020; Fundação Universidade Federal do ABC)

Assim, reunir esta papelada pode parecer um passo simples e necessário, mas para quem não está acostumado com a documentação brasileira, o funcionamento do sistema não é tão evidente. Como fazer isto e a quem recorrer para as devidas informações são questões que frequentemente se colocam, seja para obter um documento referente à renda ou uma revalidação de diploma no sistema de ensino. Além disso, é uma burocratização que muitas vezes não é a única demanda ou preocupação de quem se encontra em uma situação de vulnerabilidade socioeconômica, que está preocupado com o sustento da família, a sobrevivência, a inserção na sociedade brasileira, e até mesmo outros documentos. Deste modo, aprofundam-se as dificuldades da educação como meio de inserção na sociedade brasileira.

A Unifesp, por outro lado, oferece outras possibilidades de comprovação do ensino médio, para além da revalidação, a partir de meios tradicionais de conferência do diploma no Brasil. Isto é, a possibilidade de comprovação do nível de formação a partir do ENEM e do ENCCEJA. Contudo, a realização de provas que são baseadas no modelo de educação brasileiro e se referem ao seu contexto são desafiadoras para quem veio de outro sistema educacional e não obteve o devido preparo (mais informações no tópico d). Fora isso, há a questão de serem provas realizadas em português, o que determina a exigência de um certo nível de proficiência.

4.4. A relação de documentos obrigatórios são os abaixo discriminados:

I - Envio, frente e verso, do RNE/CRNM comprobatório da condição de reconhecimento brasileiro de refugiado (a), apátrida ou portador (a) de visto humanitário (item 3.1 deste Edital);

II – Envio, frente e verso, de um dos documentos abaixo descritos:

a) Certificado de Conclusão do Ensino Médio realizado no exterior, devidamente validado pela secretaria de estado de educação brasileira;

b) Histórico Escolar de conclusão do ensino médio, realizado no Brasil, seja na modalidade de ensino regular, seja na modalidade de educação de jovens e adultos;

c) Certificado de conclusão do ensino médio através do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM (até o ano de 2016);

d) Certificado de conclusão pelo Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – ENCCEJA

III – Envio, frente e verso, de documento de identificação (RNE /CRNM) expedido pelo governo brasileiro

(EDITAL Nº655/2021 - Processo Seletivo: Refugiados, Apátridas Portadores de Visto Humanitário; artigo 4.4, grifos meus)³⁵

É claro que existe a possibilidade de que alguns consigam fazer tudo isso - conseguir a equivalência do certificado, entender o modelo de ensino brasileiro, e atingir um certo nível de proficiência em português. Porém tudo isto demanda tempo, que muitas vezes não se tem, e uma dedicação que em geral tem que ser investida em outras áreas mais essenciais à sobrevivência e manutenção no país. Ainda, é preciso considerar que as pessoas em situação de risco são excluídas deste processo, não há condições de traduzir ou reunir esta documentação. Se o acesso à universidade era visto como possibilidade de integração e melhora nas condições, o caminho até lá torna-se mais longo com esta exigência da documentação.

Tendo isto em mente, algumas universidades formularam processos diferentes e pensaram em outros modos de comprovação do ensino médio no caso da falta da documentação, ainda que pelo edital não fique exatamente claro como este se dê. A Unicamp se configura como exemplo mais diferente entre as públicas paulistas, por ter esta abertura na comprovação da trajetória de ensino desde a sua formulação. Fora isso, destaca-se também o pedido de uma carta relatando o histórico de expectativas futuras, algo que não está presente nos editais das outras universidades, mas confere um olhar interessante para o aluno como sujeito. Ou seja, no processo de candidatura há um espaço estrutural para que o estudante tenha voz, compartilhe a sua história para além de notas ou documentos que consegue reunir.

Também é significativo que a Ufscar, a mesma universidade previamente mencionada com uma grande porcentagem de indeferimentos devido à ausência de documentos no edital de 2021, realizou modificações para o edital de 2022.

1.1 - Quando não for possível a apresentação de documentos comprobatórios de sua escolaridade, será permitida ao refugiado a comprovação por outros meios de prova em direito permitidos, inclusive mediante atestado fornecido pelo Conare. (Edital no 12/2021/ProGrad - Edital de Seleção para ingresso de Migrantes nos cursos presenciais de graduação; artigo 1)

A partir de uma resolução, estabeleceu-se que a comprovação do ensino médio pode ocorrer por outros meios, o que é uma mudança significativa, já que antes exigia algum certificado de equivalência da Secretaria de Educação ou reconhecimento emitido pelo CONARE. Isto indica que também houve pela universidade o reconhecimento dos desafios

³⁵Disponível em:

https://sei.unifesp.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=1024923&id_orgao_publicacao=0

em relação a documentação da trajetória de ensino, e esforços foram feitos para remediar a situação.

6.1.3.4. Documentos em língua estrangeira deverão estar acompanhados da respectiva tradução oficial. (EDITAL No 63/2021 - REIT (11.01); Fundação Universidade Federal do ABC).

Por último, é necessário mencionar a questão da língua em que documentos possam se encontrar e a necessidade de tradução.

4.9. Documentos complementares que forem apresentados para este processo e que estejam escritos em espanhol, inglês ou francês, ficam dispensados de tradução para o português. A apresentação desses documentos não exime a obrigatoriedade da validação do histórico escolar do ensino médio pela secretaria de estado de educação brasileira;

4.10. Documentos complementares que forem apresentados em língua distinta às descritas no item 4.9 deste edital, deverão ser traduzidas e estar acompanhadas de uma declaração de próprio punho da pessoa que se inscreveu para o processo, quanto a veracidade da tradução do documento. A apresentação desses documentos não exime a obrigatoriedade da validação do histórico escolar do ensino médio pela secretaria de estado de educação brasileira;

(EDITAL N°655/2021 - Processo Seletivo: Refugiados, Apátridas Portadores de Visto Humanitário; artigo 4.4, grifos meus)³⁶

Poucos editais referem-se a isto, apenas da Ufabc que afirma que documentos estrangeiros sejam apresentados o original junto à tradução; e a Unifesp que diz não ser necessário tradução se o documento está em inglês, francês ou espanhol. Em 2023 a Unicamp negocia um convênio com o Itamaraty, o Ministério das Relações Exteriores brasileiro, para que traduzam documentos submetidos à Unicamp por estudantes refugiados em qualquer idioma. A principal dificuldade na tradução do documento pelo estudante é financeira, pois estas tendem a ser custosas e no caso estamos tratando de uma população que frequentemente se encontra socioeconomicamente vulnerável.

c. Linguagem e divulgação dos editais: idiomas e estruturas de ensino

É possível perceber uma similaridade entre a maior parte dos editais das quatro universidades abordadas, em geral mantendo o uso tradicional de um linguajar mais formal e rebuscada em editais, com a divisão em artigos. Contudo, há diferenças significativas em termos de tamanho e abordagem adotada. A Unifesp tem um edital mais longo (12 páginas em 2019 e 7 páginas em 2021), mas específico para a política de ingresso na universidade para

³⁶ Disponível em:

https://sei.unifesp.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=1024923&id_orgao_publicacao=0

estudantes refugiados, enquanto a Ufscar apresenta o mesmo formato, mas mais curto, com apenas 4 páginas no último de 2022.

Por outro lado, a Ufabc apresenta um único edital para o seu vestibular, e as vagas destinadas para estudantes refugiados, assim como os procedimentos necessários, estão especificados em alguns artigos. A descrição destas vagas e procedimentos está junto às destinadas para outras minorias. Isto torna o edital mais longo e sua linguagem não adaptada para um público estrangeiro, que provavelmente não possui alto nível de proficiência em português, e não está familiarizado com o sistema brasileiro de ensino.

A Unicamp destaca-se por adotar um modelo um pouco diferenciado para divulgar as informações: apenas uma página em seu site institucional, não um edital propriamente, mas mais uma lista de orientações sobre os procedimentos, o qual conta até com exemplificações dos documentos aceitos. Este foi o modelo adotado até início de 2022, mas após a resolução que fez algumas modificações foi adotado um formato mais parecido com edital, em artigos, ainda que pequeno (apenas 6 artigos) e mantido em uma página do site institucional com os exemplos da documentação aceita (disponível em Anexo IV). Uma mudança interessante foi a inclusão de um link, logo no topo da página, com a tradução das instruções presentes no edital para o inglês. Pela sua posição no design do site o link é bem visível, e facilita na divulgação para aqueles que talvez não estejam ainda tão familiares com o português, mas tenham interesse em se candidatar em algum momento.

Então, o modelo adotado pela Unicamp se destaca na comparação com as demais universidades públicas paulistas por tentar prover alternativas às dificuldades com entendimento das explicações e procedimentos. A linguagem formal em editais pode interferir na compreensão de quem não tem um nível tão avançado do português, o que é comum a refugiados e estrangeiros no geral. Portanto, é possível perceber esforços para tornar esta informação mais acessível.

d. A exigência de provas

Há algumas diferenças também quanto à exigência ou não de determinadas provas. Primeiramente é importante mencionar que este é um ponto que impacta diretamente no perfil do refugiado que tem mais propensão para se inscrever e ser aprovado. Isto é, provas como o ENEM são típicas do sistema de ensino brasileiro, as escolas tendem a preparar e treinar os seus alunos para esse tipo de teste, dado que a avaliação de qualidade é baseada na quantidade de aprovações no vestibular.

No entanto, estudantes provenientes de outros países são familiares com outros tipos de métodos de avaliação e formato de ensino, então não se trata apenas de aprender o conteúdo (o qual também tem as suas especificidades baseadas em contexto cultural e regional), mas de entender como o sistema de ensino funciona. Para estudantes refugiados, isto é ainda agravado pela característica de seu deslocamento, forçado ou às pressas, o que não lhes permite muito tempo de planejamento, aprendizado sobre o lugar para o qual vão, e até mesmo a escolha deste. Este ponto é um exemplo de que refugiados estão em um jogo do qual desconhecem as regras (MORRICE, 2009), já que lidam com o sistema de ensino brasileiro sobre o qual inicialmente pouco sabem.

Os editais analisados da UFSCar, Unifesp e Ufacb estipulam a passagem por algum tipo de prova que determinar quem são os ingressantes. Nos editais há, de modo geral, algum item ou artigo que fornece algumas informações gerais sobre a prova a ser aplicada, mas não entra em detalhes sobre cursinhos ou outras possibilidades de preparatórios.

5. A classificação dos(as) candidatos(as) será feita por meio da utilização dos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, da seguinte forma:

a) O(A) candidato(a) inscrito(a) **poderá escolher um dos resultados das últimas cinco edições do ENEM**, indicando, na ficha de inscrição, somente uma edição do ENEM de que tenha participado, a partir da edição do exame realizada no ano de 2017;

b) Candidatos(as) inscritos(as) para a mesma opção de curso **concorrerão a única vaga ofertada, por meio da soma das 5 (cinco) notas obtidas no ENEM**, prevalecendo, para efeitos de classificação, a pontuação mais alta. Em caso de empate no somatório das notas, prevalecerá o(a) candidato(a) que tenha participado da edição mais recente do ENEM, e persistindo o empate, prevalecerá o candidato com a nota mais alta em Redação.

c) A divulgação da classificação final será feita após a publicação dos resultados finais do ENEM 2021.

(Edital no 12/2021/ProGrad - Edital de Seleção para ingresso de Migrantes nos cursos presenciais de graduação; artigo 5, grifos meus)³⁷

Entre as quatro universidades paulistas analisadas, duas (Ufacb e Ufscar) requisitam o ENEM como exame de acesso pelo sistema SISU. Nestes casos, alunos refugiados não estão enquadrados na ampla concorrência, mas competem entre si por um número de vagas específicas. A Unifesp, de outro modo, aplica uma prova específica destinada aos possíveis ingressantes em condição de refúgio.

³⁷ Disponível em:

https://www.prograd.ufscar.br/cursos/ingresso-na-graduacao/Edital_0122021_ProGrad_Refugiados2022_pbl.pdf

7. DAS PROVAS

7.1. O presente processo seletivo será composto de uma prova objetiva e uma prova de redação.

7.2. A prova será aplicada no dia 24 de fevereiro de 2022 e terá a duração de 4 (quatro) horas, das 13h00 às 17h00.

7.3. A nota final será o resultado da soma das notas da Prova Objetiva + Redação.

7.4. Será considerada habilitada a pessoa que tenha obtido notas maiores que zero em cada prova e, ainda, obtiver nota final igual ou superior a 30 (trinta).

7.5 O conteúdo programático contendo as disciplinas que serão exigidas na prova está anexado a este edital.

7.6. A UNIFESP não enviará qualquer tipo de correspondência referente ao local de prova. O acompanhamento individual deve ocorrer, exclusivamente, pelo endereço eletrônico:

<https://ingresso.unifesp.br/formas-de-ingresso/refugiados>

DA PROVA OBJETIVA

7.7. A prova objetiva constará de 25 (vinte e cinco) questões de múltipla escolha, contendo cinco alternativas cada uma, com apenas uma única resposta correta.

7.8. A prova objetiva versará sobre as seguintes áreas:

- a) Linguagens, Códigos e suas Tecnologias (Língua Portuguesa - 7 questões);
- b) Matemática e suas Tecnologias (Matemática - 6 questões);
- c) Ciências Humanas e suas Tecnologias (Geografia, História, Sociologia e Filosofia - 6 questões);
- d) Ciências da Natureza e suas Tecnologias (Biologia, Química, Física - 6 questões).

7.9. Cada questão da Prova Objetiva valerá 3 (três) pontos, totalizando 75 (setenta e cinco) pontos.

7.10. O gabarito preliminar da prova objetiva será divulgado no endereço eletrônico <https://ingresso.unifesp.br/formas-de-ingresso/refugiados>, em até 72 (setenta e duas) horas após a realização da prova.

DA PROVA DE REDAÇÃO

7.11. A prova de redação é obrigatória para todas as pessoas, e será realizada somente em Língua Portuguesa.

7.12. A prova de redação deverá conter no mínimo 12 linhas. O tema da redação será informado no momento da prova.

7.13. A pontuação da prova de redação será de no máximo 25 (vinte e cinco) pontos.

(EDITAL Nº655/2021 - Processo Seletivo: Refugiados, Apátridas e Portadores de Visto Humanitário; artigo 7).

Esta prova tem 25 questões de múltipla escolha, distribuídas entre diferentes áreas do conhecimento (português, matemática, ciências humanas, ciências naturais), além de uma redação, nenhuma podendo ser zerada. Por ter um exame de criação própria, a Unifesp apresenta uma descrição mais detalhada sobre a estrutura e o conteúdo desta, estando presente uma tabela com tópicos cobrados em cada área do conhecimento. Em relação a este tipo de avaliação, o ENEM apresenta uma vantagem por ser possível utilizar a nota de até cinco edições anteriores.

Contudo, a exigência de quaisquer provas, como o ENEM e outros vestibulares, cria um calendário específico para o ingresso, em contraste com a Unicamp, por exemplo, que não exige qualquer prova e tem um sistema corrente, possibilitando o início do processo a qualquer momento. Para além de uma carta com o histórico e desejos para o futuro, a Unicamp não deixa claro que outros meios de avaliação utiliza, inclusive considerando que na ausência de documentações sobre a trajetória de ensino oferece comprovação desta por outros meios também não especificados.

Um outro tipo de prova que é geralmente requisitado a estudantes refugiados no exterior é a proficiência do idioma no qual são ministrados os cursos. Todavia, nos casos estudados não há qualquer menção sobre provas de português exigidas; porém, todo o processo de ingresso é feito inteiramente em português, as provas, se são exigidas, são na língua nativa. No caso da Unicamp, se a carta fosse em português já atestaria algum nível do idioma, mas não há orientações sobre isso no edital. Há outros meios de constatar um certo nível do idioma que seja suficiente para o mínimo acompanhamento das aulas, como entrevistas. O fato de os editais não elaborarem sobre estes procedimentos não significa que estes não possam ser feitos em algum momento, ainda que não com caráter eliminatório

e. O caso da Unicamp

Entre as universidades públicas do estado de São Paulo, a Unicamp se destaca como o foco desta pesquisa, já que as entrevistas foram realizadas com alunos desta. Para além disso, o programa de ingresso facilitado para estudantes refugiados apresenta modificações ao longo do período estudado, o que denota um esforço de reflexão e adaptação para melhor atender refugiados interessados em estudar na universidade campineira. A estrutura atual, regulamentada em 2022, oferece soluções para diversas questões percebidas no início desta pesquisa, em 2020 e 2021, mudanças que serão neste tópico elucidadas. Por fim, as diretrizes e estrutura do processo de seleção de estudantes refugiados da Unicamp se destaca com

significativas diferenças em comparação às outras universidades estudadas, em especial na forma em que as informações se apresentam e na forma em que a seleção dos estudantes se dá.

É necessário destacar que, ainda que o objeto desta pesquisa seja o acesso e a permanência de estudantes refugiados, algumas questões estão além do escopo de desenvolvimento que a metodologia aqui aplicada permite. O que quero dizer é que a análise dos editais atuais ao momento da pesquisa e as entrevistas realizadas não permitem de fato reconstruir por inteiro o desenvolvimento da política de ingresso para estudantes refugiados da Unicamp, por mais que ofereça vislumbres de diferentes momentos. Esse é um trabalho que ainda está para ser realizado em outras pesquisas, de modo a compreender o caráter processual de construção de políticas para refugiados no ensino superior. Ainda assim, a própria trajetória de refugiados entrevistados para esta pesquisa permite entender até certo ponto a trajetória também das políticas de ingresso.

Jamal³⁸, por exemplo, relata a sua chegada na Unicamp ainda em junho de 2014 para obter informações e entender como poderia fazer o seu ingresso na condição de refugiado, sem ter que fazer o exame vestibular, que já havia feito na Síria. Todavia, os procedimentos não eram claros, e apenas em fevereiro de 2015 Jamal teve uma resposta mais concreta sobre o que deveria fazer.

Aí pra eles era uma novidade, sabe? Em 2014 não existiam muitas pessoas que, refugiados da Síria, querendo fazer faculdade, continuar. Então o processo demorou, eu comecei lá em 2014 demorou... junho de 2014, demorou até o 2015, mais ou menos o primeiro semestre, fevereiro de 2015. (JAMAL, entrevista realizada 25/06/2021).

Na interpretação de Jamal, a situação era inusitada, algo novo, em que os funcionários da própria Unicamp tinham dificuldades para orientá-lo acerca dos procedimentos que ele deveria realizar. O seu relato é a única fonte analisada deste período, de modo que não é possível estabelecer conclusões robustas, mas infere-se que não havia uma política de acesso para refugiados estruturada, com diretrizes sobre o que deveria ser feito.

(...) é uma coisa novidade para eles, mas conseguiram resolver. Parece que eles tinham um pouco de medo de confirmar para mim, você vai fazer um exame, ou você não vai conseguir entrar, ou você vai entrar

³⁸ Nome fictício, para garantir o anonimato do entrevistado. Os nomes de todos os alunos aqui citados são fictícios.

sem exame, por isso ninguém respondia naquela época. Ai só em fevereiro de 2015, no ano seguinte, que recebi um email que precisava aparecer para fazer um exame de transferência de faculdade do exterior para cá, alguma coisa assim. (JAMAL, entrevista realizada 25/06/2021).

Então, dado que Jamal já havia cursado um semestre em uma universidade Síria, no final a orientação adotada foi que ele fizesse um exame de transferência entre universidades, possivelmente o mesmo que alunos brasileiros que queiram ingressar na Unicamp advindos de outra universidade fazem.³⁹ Quando o realizou pela primeira vez, Jamal conta que não conseguiu passar, mas continuou estudando, e conseguiu o seu ingresso no segundo semestre de 2015.

A questão da aplicação de uma prova parece ser um pouco controversa, pois Jamal é o único interlocutor que relata ter feito qualquer prova com fins de ingresso em um curso na Unicamp. A aplicação de provas não está prevista em nenhuma das orientações de ingresso para refugiados fornecidas pela Unicamp em seu site oficial, nem na versão estudada em 2020 ou na sua reformulação em 2022. De fato, Jamal relata que esta página da web não existia ainda na época em que ele tentou ingressar, que só foi elaborada posteriormente. Então, tudo indica que a prova de transferência feita por Jamal foi uma forma de enquadrá-lo em uma modalidade de acesso quando ainda não havia uma política de acesso específica para refugiados estabelecida.

No entanto, houve possivelmente mudanças entre 2016 e 2017, já que Shomari, ingressante no ano de 2017, relata não ter feito provas. Contudo, as diretrizes estabelecidas ainda não eram as mesmas estudadas no ano de 2020, pois nestas só era possível o ingresso com o reconhecimento do status de refúgio pelo CONARE já emitido, e Shomari ingressou na Unicamp apenas com o protocolo de solicitação. Assim, é possível inferir que havia um modelo da política de ingresso, o qual entre 2018 e 2019 foi reformulado para a primeira versão estudada nesta pesquisa.

É preciso ressaltar que a instituição da Cátedra Sérgio Vieira de Mello na Unicamp em 03 de abril de 2019 é um marco para as mudanças nas políticas de ingresso para estudantes refugiados. Nesta data é aprovada a Resolução do Gabinete do Reitor (GR-014/2019)⁴⁰ que possibilita o estabelecimento do convênio com o ACNUR e a criação da política de ingresso

³⁹ Mais informações em: <https://www.dac.unicamp.br/portal/estude-na-unicamp/transferencia> Acesso em 30/03.

⁴⁰ GR-014/2019 Disponível em: <https://www.pg.unicamp.br/norma/16487/0>. Acesso em: 18/06/2023

facilitado que veremos à frente. Então, este é um momento significativo para a instituição das duas políticas da Unicamp estudadas aqui.

Quando Yanara ingressa em 2019 já está vigente a versão da política de acesso que analisei. Tanto ela quanto Azekel não realizaram provas, mas houve tratativas com a secretaria e coordenadores dos institutos e faculdades que queriam frequentar, e eles apresentaram a documentação exigida pela universidade. Ainda, o seu ingresso só foi possível porque neste momento de suas trajetórias ambos já tinham o status do CONARE reconhecido.

Neste período até 2019, a Unicamp também se sobressai por ter como requisito no acesso facilitado para estudantes refugiados que estes não tenham cursado nem um grau de ensino (ensino básico, secundário, ou superior) no Brasil. Em alguma medida, há uma delimitação no perfil do refugiado que poderia ingressar, de acordo com o momento e condições em que este refugiado chegou ao Brasil. Se fosse jovem ou criança, provavelmente terminaria parte do ensino básico aqui, o que já não permitiria que se candidatasse à Unicamp. Isto entra em contraste com universidades como a Unifesp e a Ufac, por exemplo, que não só permitem o ingresso de estudantes que tenham cursado o Ensino Médio no Brasil, como em alguma medida “selecionam” este perfil, ao requisitar uma equivalência de diplomas estrangeiros, como foi visto no item 2.b deste capítulo.

De fato, Maciel (2020) destaca que houve a implementação de um Grupo de Trabalho (GT Cátedra, 2017-2019) para institucionalizar e reforçar o subsídio a políticas públicas para o devido acolhimento aos estudantes refugiados, o que coincide com a primeira formulação de uma política mais estruturada. Além disso, a autora destaca atividades que já aconteceram no ano de 2019: oferecimento da disciplina “Estágio Humanitário”, a qual articulou ações dos estudantes com outras instituições para dar apoio a migrantes e refugiados; a realização de eventos no “Dia Mundial do Refugiado”; a realização da conferência “Migrações, Refúgio e a Figura do Pária”; e a criação de um “Banco de Voluntários Intérpretes da Unicamp”, no qual docentes, estudantes e funcionário auxiliam migrantes e refugiados na Polícia Federal ou no aeroporto de Viracopos, em Campinas.

Conforme relata Maciel, a CSVM-Unicamp é de fato institucionalizada em 2019, e o Plano de Trabalho estabelecido incorpora reflexões sobre refúgio dentro e fora do campus. Entre uma das principais iniciativas, está o intuito de identificar o perfil e a trajetória dos estudantes refugiados da Unicamp, proposta para a qual este trabalho contribui. Para além disso, são relatados esforços de capacitação de professores e outros funcionários,

observando-se como principal propósito o desenvolvimento de discussões acerca de refúgio e direitos humanos dentro e fora da sala de aula.

Em maio de 2022 uma nova resolução foi publicada, alterando significativamente os requisitos antes estipulados pela política de acesso para estudantes refugiados, especialmente em termos da comprovação do status de refúgio e das limitações antes colocadas quanto à conclusão de algum nível no Brasil.

De acordo com a Resolução GR no. 19/2022, de 20/05/2022 que dispõe sobre procedimentos e documentos aceitos e exigidos para ingresso de refugiados, solicitantes de refúgio e migrantes beneficiários de políticas humanitárias do governo brasileiro, nos cursos de graduação e pós-graduação da Unicamp, resolve:

Art. 1o. A participação na seleção específica realizada pela Unicamp para o ingresso de refugiados, solicitantes de refúgio e migrantes beneficiários de políticas humanitárias do governo brasileiro nos cursos de graduação e pós-graduação será condicionada à comprovação de uma das seguintes condições:

I. Condição de refugiado, por meio de certidão emitida pelo Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE;

II. Condição de solicitante de refúgio, comprovada pelo DP-RNM – Documento Provisório de Registro Nacional Migratório ou documento equivalente emitido pelo Departamento de Polícia Federal, de acordo com os procedimentos regulamentados pela Lei 9.474/97;

III. Condição de regularidade migratória, comprovada pela Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM) ou protocolo de requerimento análogo emitido pelo Departamento de Polícia Federal, com autorização de residência por tempo determinado

Parágrafo único. Poderão ser aceitas solicitações de candidatos que tenham cursado Ensino Médio ou equivalente, Graduação ou Mestrado no Brasil ou no exterior. (Resolução GR no. 19/2022, de 20/05/2022)⁴¹

⁴¹ A versão na íntegra da resolução pode ser encontrada no Anexo IV, e disponível no site em oficial da Unicamp em: <https://www.dac.unicamp.br/portal/estude-na-unicamp/vaga-para-refugiados> Acesso em 28/03.

Deste modo, os fatores que influenciavam de maneira mais significativa o perfil do refugiado que conseguia ingressar na Unicamp foram modificados. A partir da documentação que foi analisada, é possível comparar estes dois momentos de constituição desta política. Observa-se, a partir da tabela 1.1, a maior flexibilidade dos documentos que podem ser utilizados para comprovar a condição de refúgio ou outra condição migratória. Se antes só o certificado de reconhecimento do CONARE era aceito, em 2022 há a inclusão do Documento Provisório de Registro Nacional Migratório (DP-RNM) e da Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM).

Do mesmo modo, há a descrição de mais possibilidades para atestar a experiência de ensino, apesar de se considerar que talvez existam refugiados que não conseguiram reunir tais documentos, e por isso esteja estipulado no documento que outros métodos de comprovação do conhecimento podem ser acionados. Há também uma ampliação dos possíveis candidatos, na medida em que refugiados que concluíram o ensino básico, graduação ou mestrado no Brasil podem também se inscrever.

Tabela 1.1 - Condições e Documentos Solicitados pela UNICAMP para o ingresso de refugiados até 2021 e em 2022.

	Condição p/ inscrição	Documentos aceitos para tais condições	Ensino	Documentação de Ensino	Outros documentos solicitados
até 2021	Refugiados	Certidão de reconhecimento de refúgio emitida pelo CONARE	Não tenham concluído algum nível de instrução no Brasil	Histórico do Ensino Médio	Formulário de solicitações diversas
				É possível comprovar por outros meios quando não for possível ofertar a documentação.	Carta com breve histórico de vida e expectativas futuras (não há especificação sobre o idioma em que esta deve ser redigida).
2022	Refugiados	Certidão de reconhecimento de refúgio emitida pelo CONARE	Podem ter concluído ensino básico, graduação e mestrado no Brasil ou no exterior.	Comprovação de Conclusão de estudos equivalentes ao Ensino Médio	Formulário de solicitações diversas
	Solicitantes de refúgio	Documento Provisório de Registro Nacional Migratório (DP-RNM), ou equivalente emitido pela Polícia Federal, atestando a condição de solicitante de refúgio.		Comprovante de Ensino Superior interrompido (p/ ingresso na graduação).	Carta com breve histórico de vida e expectativas futuras (não há especificação sobre o idioma em que esta deve ser redigida).
	Migrantes beneficiários de outras políticas migratórias			Permitida a comprovação por outros meios de prova em direito, quando não for possível fornecer a documentação.	

		Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM), ou protocolo de requerimento, atestando a condição migratória e autorização de residência		No caso de inscrição para a pós-graduação, é solicitado o diploma de graduação, preferencialmente acompanhado do Histórico da Graduação	
Fonte: Editais e resoluções analisados em 2020 e 2022.					

Há uma aproximação de tais mudanças estruturais na política da Unicamp com modificações feitas pela UFSCar, o que foi resultado de trocas e um desenvolvimento compartilhados por ambas as universidades e suas respectivas CSVM, como me foi relatado pela orientadora desta pesquisa, também participante da CSVM/Unicamp. É significativo que as mudanças em abrangência, passando a incluir mais refugiados e migrantes, tenham ocorrido justamente nas universidades que eram mais restritas neste aspecto, ambas exigindo até então o status já concedido, e fazendo a modificação em 2022. Isto sinaliza que foram percebidos problemas e dificuldades quanto a esta questão, muito provavelmente relacionados à demora da concessão de refúgio em alguns casos, impossibilitando o acesso dos estudantes por um longo período. Há algo importante na capacidade de uma política pública em se adaptar e responder aos desafios a ela colocados.

Por último, é importante destacar uma outra iniciativa estabelecida pela Unicamp em 2022, o Programa de Refúgio Acadêmico. O propósito deste é oferecer acolhida humanitária para pessoas em zonas de conflito, em diversos estágios da carreira acadêmica ou estudo. Não é um programa exclusivo da CSVM, mas envolve toda a universidade e instâncias do governo. Inclusive, o fomento principal para o projeto provém de instituições parceiras, como a FAPESP e o CNPQ. Desta forma, bolsas de iniciação científica, mestrado, doutorado ou para professores visitantes são essenciais para a inserção destes refugiados na universidade. É um escopo um pouco diferente do acesso facilitado para refugiados que já existia, pelo seu direcionamento, os refugiados ainda estão em processo de deslocamento deste contexto - atualmente voltado para crises humanitárias como as que ocorrem no Afeganistão e na Ucrânia, mas não limitado a estas.

Assim, parte importante do programa é a organização para trazer e acolher estes indivíduos, tendo em vista necessidades para além do ensino e pesquisa, um acolhimento que engloba o deslocamento para o Brasil, o apoio com a documentação, as aulas de português, assim como hospedagem, alimentação e assistência médica. Então, tal programa é pioneiro

por se constituir na articulação de diferentes esferas da própria Unicamp com outras organizações humanitárias e redes de apoio, assim como a FAPESP que fomenta a pesquisa.

“O Programa ampliará algo que já vem sendo desenvolvido pela Cátedra Sérgio Vieira de Mello, o processo de ingresso facilitado para alunos em condição de refúgio”, acrescenta. (Ana Carolina Maciel, presidente da CSVM/Unicamp).

O Programa Refúgio Acadêmico engloba a Cátedra Sérgio Vieira de Mello/ACNUR, a Diretoria Executiva de Direitos Humanos e o Gabinete da Reitoria. *“É uma construção conjunta, que envolve toda infraestrutura da universidade para acolher devidamente estudantes, pesquisadores e docentes em condição de refúgio”.*

O documento contou com a colaboração de representantes do Hospital das Clínicas, do Centro de Saúde da Comunidade (Cecom), SAPPE (Serviço de Apoio Psicológico e Psiquiátrico), SAE (Serviço de Apoio ao Estudante), Cátedra Sérgio Vieira de Mello ACNUR/Unicamp e Diretoria Executiva de Direitos Humanos. (NUNES, 28 de abril de 2022)⁴²

Nas entrevistas realizadas até a conclusão desta pesquisa não estão inclusos refugiados beneficiários desta política, mas destaca-se o seu caráter pioneiro e inovador, por propor a associação direta do trabalho acadêmico e o processo de refúgio, além de reunir diversas organizações. Destaca-se também por ser uma iniciativa voltada para um perfil mais específico de refugiados, se comparado com as outras políticas de acesso analisadas neste trabalho. São indivíduos que ainda estão em seu processo de deslocamento, mas já anteriormente inseridos de alguma forma no meio acadêmico, que tenham de alguma forma condições de propor uma pesquisa - seja esta uma iniciação científica, mestrado, doutorado ou pós-doc. Ou seja, estratégias mais amplas podem ter um papel importante, desde que se complementem em relação ao público que desejam atingir.

f. O acesso à informação: notícias e divulgação de políticas públicas de ensino para refugiados

Além dos editais e documentos referentes ao processo de ingresso nas universidades, também busquei por notícias, panfletos e materiais referentes à divulgação, em especial da Unicamp. Isto é necessário porque os editais têm como a sua principal função explicar e os requisitos e procedimentos necessários para alcançar um determinado objetivo, neste caso a vaga na universidade. No entanto, percebi que estes nem sempre são a forma mais efetiva de divulgação, de espalhar a informação sobre, justamente por serem em sua maioria longos e com um linguajar mais formal. Então tentei entender de que forma a divulgação destas

⁴² Disponível em:

<https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2022/04/28/unicamp-lanca-programa-de-refugio-academico> Acesso em 30/03

oportunidades estava ocorrendo, particularmente quanto à Unicamp, por ser a universidade da qual mais aparecia notícias na ferramenta de buscas *Google* sem usar o filtro de pesquisa “news”.

Quanto a esta, percebe-se um trabalho de divulgação desde de 2020 por meio de notícias, tanto no jornal da Unicamp quanto em outros. Há entrevistas com alunos refugiados que já estão na universidade, suas histórias inspiram e falam das possibilidades, ao mesmo tempo que informações sobre a CSVN e o processo da Unicamp são divulgados⁴³. No trecho a seguir, por exemplo, a história de Sameh é apresentada de forma a ilustrar a possibilidade de ingresso na Unicamp e os impactos desta, ao mesmo tempo que já coloca algumas questões com a documentação, em geral uma grande preocupação para refugiados.

Sameh chegou ao Brasil em março de 2015, e começou a trabalhar na região onde desembarcou. Tinha um emprego numa loja de móveis de donos libaneses, na Zona Leste de São Paulo, onde também conseguiu moradia e ajuda dos membros da família, que falavam árabe.

Depois de cinco meses trabalhando, veio o interesse por tentar de novo uma faculdade, mas as tentativas foram frustradas porque estava sem o Registro Nacional de Estrangeiros (RNE) em mãos, que na época as universidades exigiam na hora de pedir uma vaga (com a Lei de Migração de 2017, o CRNM substituiu o RNE). No entanto, uma amiga sugeriu que, mesmo assim, tentasse a Unicamp.

"Eu questionei se daria certo porque iam pedir o documento que eu não tinha ainda, mas eu fui à Unicamp e eles foram bastante receptivos. Deixei meus documentos, tiraram minha foto, fizeram meu cadastro e pediram para indicar os cursos que queria. Foi bastante fácil", comenta ele. Quando seu pedido foi aprovado, em 2016, Sameh foi o primeiro caso de aluno refugiado entrando na graduação em Odontologia da Unicamp.

"Para mim, a Unicamp significou uma oportunidade de um futuro melhor", diz ele. *"Eu sei como é trabalhar de forma informal e, não só no Brasil, é complicado. Você recebe salário-mínimo, às vezes menos, porque eu não tinha carteira assinada e não falava a língua. Essa oportunidade da Unicamp me deu uma chance de eu desenvolver um futuro melhor daqui para frente".* (HAFIZ, 12 de fevereiro de 2021, Jornal da Unicamp).

O relato de Sameh é interessante porque neste breve resumo de sua trajetória, o acesso à universidade é colocado como uma solução para condições precárias de trabalho - ganhando menos que um salário-mínimo, sem a Carteira de Trabalho assinada. Ele reconhece que esta não é uma situação única no Brasil e o trabalho informal não é uma exclusividade dos refugiados. Contudo, situações de trabalho precarizado como esta estão presentes nos relatos de outros interlocutores (como será abordado no capítulo II), o que é sintomático de

⁴³ Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/index.php/ju/noticias/2021/02/12/uma-nova-chance> Acesso em 20/10/2022

precariedades no refúgio, e que a educação é vista como um modo de melhorar tais condições. Seu relato então divulga a Unicamp neste lugar de possibilidades para um futuro de melhores condições socioeconômicas.

Um outro ponto importante na fala de Sameh é a questão da documentação solicitada para o ingresso. Ele conta que já havia tido experiências negativas, e por isso estava desanimado e incerto quanto à sua candidatura para a Unicamp. Porém, a sua experiência neste caso foi outra, como diz ter sido acolhido e que a falta do RNE não foi um problema. Isto vai no mesmo sentido da formulação da política mais abrangente, em termos da documentação aceita, estabelecida em 2022, como foi apresentado no item 2.e. Em uma outra notícia⁴⁴, este novo regimento é divulgado.

Para a professora Ana Carolina de Moura Delfim Maciel, presidente da Cátedra Sérgio Vieira de Mello, da Unicamp, *"o novo regimento para alunos em condição de refúgio é mais democrático e inclusivo"*.

Os estudantes interessados não prestam vestibular nem fazem prova, mas passam pelo processo de ingresso facilitado, uma seleção específica realizada por meio de uma banca. A concessão da vaga dependerá da análise da documentação entregue pela comissão instituída e do limite máximo de estudantes que cada curso permite. (DUNDER, 04 de julho de 2022, R7).

Há uma ênfase neste caráter mais inclusivo do novo modelo do processo, além de se destacar que a determinação é baseada nesta documentação, e não em provas como em outras universidades. De forma concomitante a esta resolução, a Unicamp também desenvolveu e divulgou o programa de Refúgio Acadêmico específico para pesquisadores refugiados de países em conflitos⁴⁵.

Em uma iniciativa inédita entre as universidades brasileiras, a Unicamp lançou nesta quarta-feira (27) o programa "Refúgio Acadêmico", voltado para o acolhimento humanitário de professores, pesquisadores e estudantes que vivem em regiões conflagradas do planeta. (NUNES; 28 de abril de 2022).

Todas estas notícias servem para veicular informações sobre a possibilidade de ingresso e sobre políticas de permanência e auxílios sociais oferecidos pela universidade a seus alunos. Por exemplo, o trecho selecionado abaixo divulga brevemente as bolsas e auxílios permanência da Unicamp, através da fala da presidente da CSVN e do cotidiano de

⁴⁴ Disponível em:

<https://noticias.r7.com/educacao/unicamp-amplia-o-acesso-e-o-acolhimento-de-estudantes-refugiados-04072022>
Acesso em 20/10/2022

⁴⁵ Disponível em:

<https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2022/04/28/unicamp-lanca-programa-de-refugio-academico> Acesso em: 20/10/2022

Sameh, estudante de Odontologia que atua em um laboratório como beneficiário desta política.

Alunos refugiados na Unicamp também têm direito a uma série de bolsas de permanência estudantil disponíveis para alunos em situação de vulnerabilidade. *"Na UNICAMP contamos com bolsas regulares de auxílio social, do Serviço de Apoio ao Estudante, que são fundamentais para a permanência de nossos alunos refugiados"*, afirma a presidenta da Cátedra Sérgio Vieira de Mello da Unicamp, professora Ana Carolina de Moura Delfim Maciel. *"Nos primeiros meses da pandemia, contamos com um auxílio adicional via Ministério Público do Trabalho que contribuiu muito para a subsistência de nossos alunos"*, diz.

Os alunos de fora da Região Metropolitana de Campinas (RMC) têm acesso a residência gratuita por meio do Programa de Moradia Estudantil (PME) da universidade. Qualquer aluno de graduação também pode requisitar uma bolsa de auxílio-social (BAS), no valor de R\$ 678,81⁴⁶, mediante participação em projetos de professores da universidade.

"Como eu não tenho renda e apoio familiar, eu solicitei essa bolsa e fui aprovado de primeira", conta Sameh, que hoje trabalha como bolsista no projeto de cariologia de uma professora da Faculdade de Odontologia. *"No laboratório a gente faz pesquisa sobre fluoreto, flúor. Os alunos pegam várias pastas de dente de vários lotes e avaliam a quantidade de flúor ativo, medindo qualidade e tudo mais. É bom porque me deu oportunidade de ver como é a área acadêmica, como os alunos de pós-graduação trabalham"*. (HAFIZ, 12 de fevereiro de 2021, Jornal da Unicamp).

As notícias representam um relevante mecanismo de divulgação destes processos de ingresso para estudantes refugiados, na medida que intrigam e inspiram ao colocarem relatos reais os quais tornam o processo mais palpável. Observa-se que a CSVM-Unicamp tem feito este esforço de levar estas informações para fora dos círculos imediatos da comunidade universitária. Tal movimento é crucial, pois deve-se supor que refugiados (e estrangeiros no geral) não estão familiarizados com o sistema de ensino brasileiro, e podem desconhecer meios e mecanismo para obter tais informações. Conseguir encontrar tais notícias por algumas palavras-chave no google é importante para tornar a informação mais acessível.

Todavia, gostaria de destacar alguns pontos que poderiam trazer mais acessibilidade. Em primeiro lugar, não há uma simplificação de informações gerais sobre a possibilidade de acesso, bolsas e auxílio, assim como a gratuidade da universidade, o que para muitos estrangeiros não é óbvio como para brasileiros. Não há um panfleto⁴⁷ (físico ou online) que sintetize de forma rápida e concisa estas informações, ao mesmo tempo que direciona para

⁴⁶ Atualmente, o valor da Bolsa Auxílio-Social é R\$747,00.

Disponível em: <https://www.sae.unicamp.br/portal/pt/valores-de-bolsas> Acesso em: 18/06/2023.

⁴⁷ Em 2023 foi iniciado um projeto para a confecção de um panfleto como este sugerido, em um trabalho conjunto de alunos do curso de Economia da Unicamp e estudantes integrantes da CSVM.

onde aprofundá-las. É uma função muito diferente da do edital, que visa detalhar todos os procedimentos, mas não é tão prático para divulgação. Um panfleto também é diferente de uma notícia, na medida que apresenta mais síntese na informação e é mais visual, facilitando que se compartilhe, inclusive em redes sociais.

Apesar das notícias, não é tão fácil encontrar informações sobre as políticas de permanência, especialmente em associação ao ingresso de estudantes refugiados, principalmente por não haver nada que indique nos editais. Não é necessariamente óbvio que as políticas aplicadas a estudantes brasileiros também são para refugiados, e encontrar a página com as informações certas pode ser um desafio para quem ainda desconhece as práticas do ensino superior público brasileiro. Ter conhecimento sobre as possibilidades de permanência pode ser essencial na decisão de alguém de ingressar na universidade, pois seria o que de fato fornece condições materiais para tal.

Também se ressalta que a maior parte das notícias, assim como os editais, estejam em português. No caso da Unicamp, há um site em inglês da Diretoria Executiva de Relações Internacionais - DERI⁴⁸, com algumas informações para estudantes estrangeiros, mas estas não são específicas para refugiados, ainda que tenham informações em inglês sobre o acesso facilitado. A Unicamp já fez uma parceria com a cidade de Campinas para traduzir a outros idiomas panfletos e materiais com informações sobre a pandemia e serviços da cidade⁴⁹, mas talvez fosse interessante a produção de um material com informações gerais da Unicamp específico para os estudantes refugiados, que fosse divulgado em inglês ao menos.

⁴⁸ Disponível em: <http://www.internationaloffice.unicamp.br/after-arrival-first-orientations/>
Acesso em 20/10/2022

⁴⁹ Disponível em: <https://portal.campinas.sp.gov.br/noticia/38862> Acesso em: 20/10/2022.

CAPÍTULO II: TRAJETÓRIAS DE REFÚGIO

O presente capítulo tem como seu principal foco a experiência de cinco alunos da Unicamp ingressantes pela política de acesso facilitado para estudantes refugiados. Dito isto, há grandes e significativas diferenças na experiência destes que passam por diversos aspectos de seu perfil, trajetória e vivências. Ou seja, as histórias contadas ao longo deste capítulo revelam a diversidade que está contida no termo "refugiado" e fazem refletir sobre as dificuldades de elaborar políticas públicas para uma categoria que, apesar de partilhar uma vulnerabilidade, compreende trajetórias tão desiguais.

Então, as histórias abaixo desenvolvidas ajudarão a refletir sobre os impactos dessas políticas de acesso adotadas pela Unicamp em específico. Para além disso, nos contam um pouco da história da formulação destas políticas públicas, já que os estudantes ingressaram em diferentes momentos, em processos que tinham requisitos diferentes. Isto demonstra um esforço da universidade em repensar e adequar os seus procedimentos de acordo com as necessidades e demandas apresentadas na interlocução com o público a quem são destinados. Ressalta-se que houve novos desdobramentos no ano de 2022 em relação aos requisitos e à formulação do processo, como explicitado no capítulo anterior, mas que estes não estão aqui contemplados, já que as entrevistas foram realizadas em 2021.

É interessante que esta variação em processos de acesso tenha aparecido ao acaso, pois a preocupação foi em enviar o convite da entrevista para perfis distintos de alunos. Isto é, baseando-se principalmente no continente de origem e no gênero. Esta última questão era um ponto delicado pela pouca quantidade de mulheres refugiadas que ingressaram pelo acesso facilitado. Há outras variações de acordo com as condições sócio-econômicas de cada um: se estão com a família, se tem filhos, se trabalham, se recebem alguma bolsa ou auxílio permanência, assim como a estruturação de sua rede de apoio.

A partir destas considerações, esta pesquisa busca compreender a experiência dos interlocutores para além de sua vivência na Unicamp, que tem sido o foco mais evidente da investigação. Existem nuances e variações em suas condições que interferem em como são afetados pelas políticas de acesso e permanência. Ainda que suas histórias sejam contadas na ordem em que se deu o ingresso na Unicamp, e a sua relação com esta tenha primazia, outros aspectos são contemplados e impactantes na vivência do ambiente universitário.

Então, as histórias contadas a seguir, para além dos inúmeros dilemas vivenciados, têm potencial para nos revelar detalhes significativos de cada percurso, então recomenda-se ao leitor atentar-se aos detalhes de cada percurso. Posteriormente, será feita uma reflexão a

partir destes percursos para pensar suas dimensões e como se articulam com as políticas de ingresso a estudantes refugiados. De fato, o termo "refugiado" abarca uma série de realidades e condições, as quais não necessariamente correspondem aos significados atribuídos à categoria no senso comum. Portanto, o uso do termo refugiado refere-se a uma multiplicidade de contextos e conjunturas, como reforçam as entrevistas, nas quais cada interlocutor compartilha sua trajetória com as suas próprias particularidades e obstáculos. É um desafio pensar uma política pública inclusiva, eficiente, que proporcione o acesso ao ensino terciário, para um grupo tão heterogêneo.

Nos próximos tópicos, explorarei em detalhe alguns temas relevantes durante as entrevistas, com o objetivo não apenas de descrever as diferentes trajetórias e os significados atribuídos a elas pelos interlocutores, mas também de proporcionar um contraste em termos das distintas posições de sujeito ocupadas pelas e pelos estudantes e de como essas distintas posições estão relacionados ao modo como experimentaram o cotidiano da universidade.

Neste capítulo abordarei as trajetórias de imigração e estabelecimento no Brasil, a partir do que os interlocutores escolheram compartilhar sobre si mesmos. Há diferenças no que consideram relevante: uns destacam os deslocamentos, outros focam na adaptação no Brasil, na inserção no mercado de trabalho, ou na documentação e na solicitação do status de refúgio. Por isso, também julguei necessário incluir neste capítulo uma seção destinada exclusivamente à documentação, destacada tanto pelos entrevistados quanto pela literatura como pontos sensíveis no refúgio. No capítulo III são consideradas as questões mais específicas à Unicamp, como o ingresso, permanência e a vivência do seu espaço. Contudo, as trajetórias colocadas neste capítulo são fundamentais para entender a diversidade de condições embarcadas em *refugiado*, as quais implicam em diferenças no acesso e permanência.

O contato com os entrevistados se deu em 2021, em meio à pandemia da Covid-19, sendo necessário o distanciamento social. Por isso foi necessária uma adaptação do que se tinha inicialmente planejado, e o contato se deu estritamente online. De sete estudantes contactados, cinco responderam ao e-mail explicando a pesquisa e convidando para uma entrevista, e a partir deste diálogo foram agendados encontros na plataforma *Google Meet*, com as nossas câmeras abertas. Além das mensagens para marcar as entrevistas, realizei apenas uma conversa com cada interlocutor, todas em português, sendo que para um deles este é o idioma nativo e os outros apresentam nível avançado. Percebi que houve variações na

estabilidade da internet dos entrevistados, sendo que em algumas entrevistas a imagem congelava e o som travava em alguns momentos.

De modo geral, as conversas fluíram, sem muitos silêncios ou necessidade de me prender às perguntas, apesar destas serem guias de tópicos sobre os quais gostaria de perguntar ou destacar. Percebi que alguns dos interlocutores colocavam determinados assuntos de forma mais natural, sem que eu instigasse; em certos momentos tive a sensação de que estavam acostumados a contar as suas histórias, e que estes eram tópicos sobre os quais falavam recorrentemente. Houve uma diferença na duração das entrevistas (entre uma hora e três horas), baseada no quanto cada um estava disposto a compartilhar sobre sua história e reflexões, eu procurei deixar espaço para que dissessem o quanto desejassem. Antes de passar à análise das entrevistas propriamente dita, porém, apresento brevemente os interlocutores.

Apresentação dos entrevistados

Uma mulher de fala rápida, empolgada e orgulhosa de partilhar a sua trajetória. **Yanara** é uma refugiada cubana, mãe, que está no Brasil desde meados do segundo governo Dilma, e que atualmente reside no interior de São Paulo. Imigrante latina, define que quando chegou ao Brasil, como estrangeira, achava que não tinha direitos. Recém-chegada ao Brasil, não podia ficar sem emprego, para além do filho pequeno e do companheiro, não tem família aqui - ou seja, não tem respaldo da rede de apoio familiar. As preocupações com a própria sobrevivência e o filho certamente se somam a isso. Ao longo da entrevista, Yanara coloca com clareza que existe um antes e um depois em relação à Unicamp, pois, em suas palavras, desde que entrou na universidade em 2019, "a Unicamp me empoderou tanto".

Um jovem vindo da Síria com o seu núcleo familiar, **Jamal** é o refugiado mais jovem entre todos os entrevistados, e um dos primeiros dos interlocutores a ingressar na Unicamp. Estudante de Engenharia Elétrica da Unicamp desde 2015, ele conta que a escolha de Campinas pela família foi motivada pelo desejo de entrar na universidade, para que ele continuasse no Brasil o curso interrompido pela guerra civil. Seus pais e suas irmãs também já tinham formação universitária lá na Síria, mas mudaram de carreira com a vinda ao Brasil. Entre dificuldades com o idioma e percalços pelo caminho, Jamal fez amigos e se integrou ao ambiente universitário.

Shomari é um rapaz originário da República Democrática do Congo, e está no Brasil desde 2014. Ao longo da entrevista, ele enfatiza os diversos desafios de sua trajetória no Brasil, e destaca recorrentemente sua postura pró-ativa em ir atrás, em buscar a informação, o que muitas vezes não era fácil de conseguir. Prestes a se formar, coloca em detalhes a sua

experiência como aluno do curso de Ciências Sociais da Unicamp desde 2017. Tornou-se pai no mesmo ano em que ingressou na Universidade. Um detalhe particular de sua experiência é a dificuldade em obter o status de refúgio, sem resposta⁵⁰, mesmo após todo o envio da documentação e todos os anos passados, o suficiente para que ele se forme em um curso universitário. Trabalhou em projeto com a professora Ana Cecília Cossi Bizon, do Instituto de Estudos da Linguagem no qual atuou como tradutor.

De origem angolana, **Azekel** traz como fato marcante em sua apresentação as duas datas de nascimento - a verdadeira e a oficial, modificada pelos seus pais, para impedir seu ingresso nas forças armadas do governo. E desde então, Azekel segue com duas datas de nascimento. Enfatiza a sua longa trajetória de estudo desde sua chegada no Brasil em 2015, menciona os diferentes cursos e formações técnicas que concluiu desde a chegada ao país, os quais lhe proporcionaram diferentes aprendizados e inserções no mercado. Ele mora atualmente com a esposa e o filho, mas tem outros parentes no Brasil, como primos no Rio de Janeiro e um irmão em São Paulo. É aluno do curso de Engenharia Civil da Unicamp desde 2020, mas a escolha do campo de atuação não é recente. Relata que na Angola, mesmo enquanto estudava, já gostava de “trabalhar em obra”, na construção civil, com os tios e primos, que são engenheiros e empreiteiros. Ao final da entrevista coloca que ainda tem o retorno a Angola como um sonho, e que, formado na universidade, gostaria de abrir alguma escola ou tipo de formação por lá.

Tabela 2.1 - Tabela comparativa das trajetórias de migração

	Quando veio?	País de nascimento?	Situação Jurídica	Lugares em que morou?	Com quem mora?	Estudo prévio
Jamal	2014	Síria	Status de Refúgio	Campinas	Pais e irmãs	1 semestre de Engenharia Elétrica na Síria
Azekel	2015	Angola	Status de Refúgio	Rio de Janeiro e São Paulo	Esposa e filho.	Curso técnico de empreiteiro (um em Angola e outro no Brasil); curso de eletricitista; curso de transações imobiliárias
Shomari	2015	República Democrática do Congo	Protocolo Solicitação de Refúgio	São Paulo	Namorada e filha.	-
Yanara	2016	Cuba	Status de Refúgio	Piracicaba, Limeira e	Marido e filho.	Curso de graduação parcial em Cuba

⁵⁰ Até o momento desta entrevista em 16 de julho de 2021.

				Jundiaí		
Fonte: entrevistas realizadas com os interlocutores						

1. O acesso à Unicamp e trajetórias de migração

Os interlocutores chegaram ao Brasil vindos de diferentes lugares e em diferentes contextos. Alguns vieram pensando em estudar, outros pensavam no espaço no mercado de trabalho; vieram com família ou vieram sozinhos; alguns estão acompanhados por pais; outros acompanhados por filhos pequenos. Esta pesquisa não é capaz de exaurir todas as distinções entre os estudantes refugiados da Unicamp; contudo, o que provem já é suficiente para vislumbrar tal diversidade de contextos. Assim, esta seção traz relatos e pontos importantes da trajetória anterior ao ingresso na Unicamp, destacados pelos próprios entrevistados.

a. Jamal: “Meus pais abriram um restaurante em Campinas”

É uma tarde quente de um feriado em meio à pandemia da COVID-19. Isolada em minha casa, eu estou pronta para ter a minha primeira conversa com um interlocutor - para além dos emails e mensagens que trocamos combinando tudo. Com o questionário, gravador e TCLE em mãos, eu estou preparada, mas de uma forma diferente do que eu havia imaginado.

Jamal ingressa na chamada poucos minutos após eu enviar o link e eu tento fazer as introduções neste meio de comunicação que busca aproximar, enquanto mantém a distância física. Eu vejo no vídeo um homem jovem, em um ambiente aparentemente tranquilo e com um português bem articulado, ainda que com sotaque. Para começar nossa conversa, eu peço para ele se apresentar, dando uma chance para que traga os elementos que para ele são mais importantes em sua identidade.

Eu vim da Síria em 2014 por causa da guerra civil que a gente vivia lá.⁵¹ Cheguei aqui no Brasil sem falar português. Cheguei aqui com os meus pais e mais duas irmãs e sem falar português. E só querendo viver de novo, sabe? Continuar vivendo, porque lá não existia mais vida, sabe? Aí chegamos aqui, começamos a conhecer o país, começamos a conhecer faculdades, assim por causa de mim, porque as minhas duas irmãs mais velhas são formadas. Era só pra mim mesmo, pra ver onde que eu vou fazer... continuar meus estudos. Aí começamos na verdade, antes da gente chegar aqui, pesquisando sobre cidades mais tranquilas, que não sejam muito grandes, muito trânsito, muito ... lotadas, como São Paulo por exemplo. Tem que ter uma

⁵¹ A guerra civil Síria é um desdobramento dos protestos da Primavera Árabe, que se iniciaram em janeiro de 2011 na Síria. O principal fator era o descontentamento com o governo ditatorial de Bashar al-Assad, e a resposta violenta deste aos protestos levou ao surgimento de uma oposição armada - o Exército Livre da Síria (ELS). Com o passar dos anos, outros atores se integraram ao conflito, incluindo o surgimento de outros grupos rebeldes e a interferência de atores internacionais - incluindo países da região, como a Turquia.

faculdade legal, assim que dá para eu continuar meus estudos.
(JAMAL, entrevista em 25/06/2021).

Em sua primeira fala, Jamal articula a sua apresentação em torno da sua trajetória de refúgio, tendo esta alguns pontos centrais para ele. Em primeiro lugar, destaca a dimensão conjunta deste processo, no sentido de que sua saída da Síria foi pensada com seu núcleo familiar. Neste caso, sua perspectiva é diferente do que vemos em geral no senso comum do que é a família migrante, em que sempre se fala do ponto de vista dos pais, que buscam prover para os seus filhos e dependentes, e têm diferentes desafios por isso. Isto não significa dizer que Jamal foi preservado de toda e qualquer dificuldade - ao contrário, ele ainda pontua algumas questões em seu processo de adaptação e ingresso na Unicamp - mas que tinha a presença dos pais como apoio, pensando na construção de seus projetos. Isto é claro quando coloca que a família veio direto para Campinas sabendo da existência da Unicamp, e com o objetivo de que Jamal ingressasse nesta.

*Aí começamos na verdade, antes da gente chegar aqui, pesquisando sobre cidades mais tranquilas, que não sejam muito grandes, muito trânsito, muito ... lotadas, como São Paulo por exemplo. **Tem que ter uma faculdade legal, assim que dá para eu continuar meus estudos.** Aí decidimos vir aqui em Campinas mesmo, e assim que a gente chegou, mesmo sem falar português, já foi pra Unicamp, olhar na DAC, saber se existe alguma possibilidade de eu fazer... continuar meus estudos, porque já tinha começado lá na Síria, um semestre.*
(JAMAL, entrevista em 25/06/2021).

Assim, destaco um segundo ponto que Jamal articula em sua apresentação: o objetivo de estudar. A escolha da cidade de Campinas se deu a partir da indicação de um amigo da família sírio-brasileiro e que mora há muito tempo na cidade. Assim, este contato foi fundamental para direcionar a família não só em seu desejo de uma cidade mais tranquila do que uma metrópole como São Paulo, mas de que Jamal desse continuidade aos estudos já iniciados na Síria.

Ele conta que havia cursado um semestre em 2013, antes de precisar sair do país por causa da guerra em 2014. Para ingressar na universidade, Jamal fez um exame nacional de admissão, como explica:

Todos os alunos fazem esse exame e dependendo da sua nota você entra no curso. Se você tinha por exemplo, 90%, 95% você entra na medicina, 90% Engenharia, 85% Economia. Aí (...) depende da nota. Claro que por exemplo, pra mim, que minha irmã é médica. Por exemplo, ela estudou muito mais do que eu, porque ela já queria ser médica. Eu estudei também muito porque eu queria entrar na

engenharia, porque não queria por exemplo medicina, sabe? (JAMAL, entrevista em 25/06/2021).

Mesmo com uma certa rede de apoio, com conhecidos na cidade, a mudança para Campinas não ocorreu sem desafios para a família. Se conseguiram considerar algumas coisas importantes para a família na escolha do lugar de refúgio, isto não significa que puderam descobrir muito sobre o lugar aonde iam, ou que tiveram facilidades ao chegar lá. Moreira (2014), ao falar de processos de integração local, afirma que esta deve ser entendida como um conjunto de processos em múltiplas esferas, cada qual com o seu próprio modo de operação e temporalidade. Isto significa dizer que um refugiado pode estar incluído em uma esfera, mas não necessariamente na outra.

É possível, assim, que os refugiados tenham acesso ao mercado de trabalho, mas, ao mesmo tempo, sejam excluídos ou tenham desvantagem na área de educação. Podem ser incluídos em ambas as áreas, mas serem excluídos em termos de participação política. Ou ainda, incluídos nessas diversas áreas, mas excluídos em termos culturais, identitários ou outras formas cotidianas de interação social. (MOREIRA, 2014, p. 90)

Ou seja, se por um lado Jamal e sua família conseguiram dentro do seu contexto “escolher”⁵² Campinas, por ter a universidade, e sob influência de conhecidos e uma rede de apoio, por outro lado tiveram suas dificuldades. Não foi com tanta rapidez e facilidade que Jamal deu continuidade a seus estudos; a inserção no mercado de trabalho também trouxe os seus desafios à família; assim como a adaptação à cultura brasileira. Inclusive, a língua portuguesa, muito diferente do árabe falado na Síria, se provou um grande obstáculo para a família que, ainda que tenha algum tempo de preparo, não teve tempo hábil de desenvolver seus conhecimentos do português antes de sair da Síria. Jamal relata um período de solidão que passou quando chegou ao Brasil, e que só o aprendizado do idioma nativo e o contato com novos amigos permitiu que se sentisse melhor.

*Então, a gente chegou aqui também sem conhecer nada, sem conhecer nada realmente sobre a cidade, nada mesmo. As coisas mais baratas pra gente, porque não tinha muito dinheiro. E já começamos procurar alguma coisa para fazer. **Meus pais decidiram abrir um restaurante aqui em Campinas** e a gente até agora está trabalhando com este restaurante. E foi isso. A gente chegou... pensamos, por exemplo, meu pai é engenheiro civil, só que até agora ele tem dificuldade com o português. Daí não consegue trabalhar fazendo as coisas que ele*

⁵² Se por um lado houve uma predileção pela cidade de Campinas baseada em preferências da família (ter uma universidade renomada, mas não ser uma cidade grande como São Paulo ou Rio de Janeiro), sabe-se que o refúgio é por definição uma migração forçada. Em outras condições, talvez a família não teria escolhido vir ao Brasil, ou até mesmo sair da Síria. Então, a palavra escolha deve ser entendida com cautela, em termos de uma decisão que foi tomada em um contexto que não se tinha todas as opções possíveis.

realmente sabe. Minha mãe mesmo, ela é economista, mas também não fala muito bem o português, aí também não consegue trabalhar no ramo dela, sabe? Aí decidimos o restaurante mesmo, que é a coisa mais fácil para quem não fala o português. Até agora estamos nessa. (...) aqui tem bastante gente que os pais deles são árabes, sabe. Ainda eles gostam muito da comida da gente. (JAMAL, entrevista em 25/06/2021).

Tal situação não é exclusiva à família de Jamal. Há outros refugiados sírios no Brasil que encontraram no mercado alimentício uma fonte de renda. Isto é, em geral não conseguem empregos em sua área de formação original e recorrem ao empreendedorismo como solução. Há famílias inteiras e indivíduos que vieram só ou acompanhados de primos, há médicos, engenheiros e donas de casa que hoje trabalham preparando comida Síria (Mantovani; Paulo, 2015) (Scagliusi et al., 2018). Halter (2007), em um estudo sobre o contexto estadunidense, coloca que a quantidade de imigrantes que empreende supera a de nativos, e que encontram nesta atividade um caminho viável para o êxito econômico quando existem barreiras linguísticas. Talvez haja outras barreiras, como a dificuldade para validação de diplomas, mas são necessários outros estudos. De qualquer modo, para a autora, empreender é uma plataforma para a integração na sociedade, tanto para a primeira quanto para a segunda geração de imigrantes.

Ao mesmo tempo, é importante ponderar que empreender não é uma opção viável para todos os refugiados, pois depende também de recursos iniciais e de formação, além do que também pode ser uma possibilidade bastante instável. Embora haja inúmeras iniciativas que estimulam o empreendedorismo entre refugiados no Brasil hoje, é preciso destacar que se essa pode ser uma saída para alguns, com a criação de redes de solidariedade, para outros não é uma opção viável – ou seja, o empreendedorismo se apresenta muitas vezes como uma saída individual que pode ser positiva em algumas situações, mas que dificilmente pode ser apresentada como uma solução adequada às precariedades laborais enfrentadas por refugiados no Brasil.

Ao cozinhar a comida Síria no Brasil, há uma série de adaptações a ingredientes e a preparos que não são encontrados nos mercados, mas prevalece a tentativa de recriar as comidas de lá, preparadas imprescindivelmente por mãos Sírias.⁵³ Por outro lado, há uma série de significativos em relações afetivas incorporadas no preparo da comida do país de

⁵³ Os autores (Scagliusi et al., 2018) abordam as dinâmicas em restaurantes de refugiados sírios nos quais há a valorização do preparo por nativos árabes, implicando na preferência por sua contratação. As poucas brasileiras que foram observadas nestas cozinhas ocupam funções auxiliares, como o corte de alimentos, e foram descritas como isoladas. Os autores descrevem uma dinâmica nestas cozinhas na qual os brasileiros são os estrangeiros.

origem, especialmente para um imigrante ou refugiado. Isto é, há memórias na comida ligadas ao país de origem, as quais são essenciais para o sentimento de pertencimento, a lidar com o processo de refúgio, permitindo que continuem a se identificar como Sírio. É uma espécie de ponte entre o antes, a Síria, e o depois, o Brasil (Scagliusi et al., 2018).

No nosso estudo, a comida Síria era uma significativa categoria nativa, valorizada pelos nossos participantes, a qual agia como uma ponte nesta ruptura traumática e recente, e trouxe o sentimento de estar “em casa”, já que uma das características do ‘antes’ - as práticas alimentares - foi mantida. Além do mais, o conhecimento incorporado de como cozinhar comida síria parecia separar os refugiados de outras pessoas, até mesmo daqueles que já tinham restaurantes árabes em São Paulo por muito tempo, em uma dinâmica “nós” vs. “eles” que conservava para os refugiados algo de suas vidas prévias interrompidas. Este conhecimento possivelmente providenciou a eles algum capital e agência que permitisse reconstruir suas vidas em uma cultura completamente diferente. (SCAGLIUSI ET AL., 2018, p.19).⁵⁴

A partir do entendimento das relações afetivas, da memória, do conhecimento e da saudade presentes na culinária, a CSVN organizou entre 2020 e 2022 a composição do livro “Sabores Sem Fronteiras: Receitas e Trajetórias Refugiadas”. A obra traz receitas compartilhadas por imigrantes e refugiados de diferentes países, assim como um pouco de sua história. O intuito é abordar a temática do refúgio a partir da culinária, o que demonstra como este é um universo de emoções, conhecimento e conexões ainda mais profundas, a partir da prática cotidiana de se alimentar.⁵⁵

Também é importante refletir sobre os sentidos gastropolíticos em servir determinado alimento. Ribeiro (2022) ao trabalhar em um abrigo para migrantes e refugiados no centro de São Paulo analisa os conflitos quanto às refeições que eram servidas no local. As normas alimentares, o servir arroz com feijão, também são práticas nacionalizantes que formam uma noção de coletividade, do “nós” brasileiros frente ao “outro”. A pesquisadora menciona o caso de uma Congolesa que achava inconcebível o consumo de alface e tomate crus, como tradicionalmente acontece nas refeições dos brasileiros. Para ela, isto era algo que a

⁵⁴ In our study, Syrian food was a native, meaningful and cherished category for our participants, which acted as this bridge in a recent and traumatic rupture and brought the feeling of being ‘at home’, since one characteristic of the ‘before’ – the eating practices – was maintained. Moreover, the embodied knowledge of how to cook Syrian food seemed to separate the refugees from the other persons, even from those who already have Arab restaurants in São Paulo for a long time, in a “us” vs. “them” dynamic that conserved for the refugees something from their previous and interrupted lives. This knowledge possibly provided them some capital and agency that allowed reconstructing their lives in a completely new culture. (SCAGLIUSI ET AL., 2018, p. 19).

⁵⁵ Disponível em:

<https://www.direitoshumanos.unicamp.br/destaques/livro-sabores-sem-fronteiras-reune-receitas-e-mini-biografias-de-imigrantes-e-refugiados-no-brasil/> Acesso em: 18/06/2023

aproximava do comportamento animal, e toda vez que consumia o alimento desta forma, tirava um pouco de sua humanidade.

O abrigo em questão apresentou como justificativa para o cardápio tradicional a impraticabilidade de variar o menu de acordo com os hábitos alimentares das diferentes nacionalidades dos refugiados na casa. Mas, a comida é uma substância que produz sujeitos em relação; para os moradores é um sustento físico, mas também simbólico e afetivo. Ou seja, deve-se pensar que relações e significados são construídos nestas práticas. Do mesmo modo, tal reflexão se aplica para a atuação em restaurantes de refugiados sírios. Retoma-se ainda a discussão sobre a diferença entre *refúgio negro* e *refúgio branco* feita a partir do trabalho de Branco Pereira (2021) no capítulo I.

b. Azekel: “Eu tenho duas datas de nascimento”

Em uma tarde quente de julho eu iniciei mais uma entrevista online, desta vez com Azekel. Nascido na província de Cabinda, norte de Angola, ele destaca logo entre os primeiros fatos de sua apresentação a existência de duas datas de nascimento - depois eu venho a entender que esta tem uma relação com os conflitos em seu país.⁵⁶

Tinha uma época em Angola que o governo queria todas as pessoas da minha idade para ingressar nas forças armadas. Eu já tava nas forças armadas. Meus pais eram as pessoas que se considerava rebeldes. Eu já trabalhei lá. Só que meus pais não queriam eu nas forças armadas do governo, então eles mudaram a minha data de nascimento. Desde aquela data nunca mais tive oportunidade de mandar voltar a minha data. (AZEKEL, entrevista em 14/07/2021).

Azekel, nascido em 1977, conta então que é mais novo do que a data registrada oficialmente em seus documentos, nos quais 1973 é o ano de seu nascimento. Diz que um dia, quando voltar para Angola, talvez tente mudar, e em seu relato constata várias vezes que existe este desejo de um dia voltar à terra natal.

Anos antes de precisar solicitar o refúgio, Azekel já havia tido a oportunidade de conhecer o Brasil, em 2003, entre outros países como Portugal e Bélgica. Mas quando a

⁵⁶ Em 1975 Angola conquistou a independência de Portugal, mas teve início uma guerra civil, na disputa por poder e hegemonia entre diferentes grupos, influenciados pelas potências da Guerra Fria. O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) é associado e aos interesses soviéticos; a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) é associada aos Estados Unidos; e a União Nacional pela Libertação Total de Angola (UNITA) é ligada à China. A guerra perdurou por quase 30 anos, tendo o seu fim em 2002 com a vitória do MPLA. Foi marcante o nível de violência, com a morte de civis em fogo-cruzado e o uso de crianças como soldados-mirins. Estima-se um total de 500 mil mortos, como divulgado em matéria da Folha de São Paulo [Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/01/geografo-brasileiro-auxilia-a-localizar-ossadas-da-guerra-civil-d-e-angola.shtml>]

situação ficou mais difícil em Angola, foi para o Brasil que decidiu vir, chegando no Rio de Janeiro em meados de 2015. Sua vinda para cá não foi sem dificuldades:

Eu tentei pegar, que não deram para mim a primeira vez que eu tentei pegar o visto, eu não consegui. Aí o meu primo foi pegar para mim, porque eu tinha que sair clandestino. O meu primo ele tirou, ele tinha conhecimento lá. Aí eu saí porque a gente também tinha um parente que trabalhava no aeroporto. E eu vim para o Brasil. Eu cheguei, me apresentei na Polícia Federal e eles me mandaram lá no Cáritas do Rio de Janeiro, lá começou o processo de pedido de refúgio. (...) Eles me ajudaram bastante, me organizar primeiro. (AZEKEL, entrevista em 14/07/2021).

Como demonstra ao longo da entrevista, trabalhar com imóveis, seja em sua projeção, construção ou venda é algo que permeia a trajetória de Azekel. Suas experiências em Cabinda já refletiam essa paixão por “obra”, como chama, tendo lá mesmo feito um curso técnico na área e constantemente trabalhado com tios e primos que têm um negócio no setor. Apesar de toda esta experiência, chegando no Brasil, Azekel conta que só conseguiu trabalho como pedreiro, que para sobreviver no Brasil esta era a solução, mesmo já tendo um curso técnico na área.

Lá em Angola eu fiz curso técnico. Eu sempre trabalhava em obra, porque meus tios são de obra. Meus primos que são mais velhos, são de obra. Mesmo estudando, eu sempre gostei de trabalhar em obra. Aí no Brasil, para sobreviver tem que trabalhar de obra. Comecei a trabalhar de pedreiro. (...) Depois eu vi que vou estudar, me qualificar, porque em Angola eu tinha uma vida melhor. Eu vi que aqui ser pedreiro só não sustentava a minha vida. Eu tentei me qualificar. (AZEKEL, entrevista em 14/07/2021).

Após um tempo, Azekel teve a percepção de que trabalhar em obra aqui no Brasil não provia as mesmas condições materiais e de qualidade de vida do que em Angola. Então, como solução decidiu qualificar-se mais. Primeiro, completou o curso de encarregado de obra, oferecido pela prefeitura do Rio de Janeiro, cidade onde morava na época. Contudo, este seria o início da sua trajetória de estudos no Brasil.

O curso primeiro foi o de encarregado de obra, da prefeitura do Rio de Janeiro. (...) Um dos professores que a gente ficou amigo, me disse:

- *Não Azekel, você não pode parar aqui não. Você tem cabeça para estudar. Você tem que continuar. Eu gostaria que você fizesse curso técnico de Edificações.*
- *Não, eu já tenho o curso.*

- *Aqui no Brasil não vão aceitar a sua qualificação em Edificações. Vai ser difícil para você, melhor você fazer aqui. É um curso de um ano ou mais. Ai eu fui lá e me inscrevi (...) Eu trabalhava e estudava.* (AZEKEL, entrevista em 14/07/2021).

Em toda esta conversa percebo que Azekel tem um gosto por estudar. É uma constante em sua trajetória, ele sempre traz na fala os cursos que fez enquanto trabalhava, as qualificações que obteve. Todavia, é preciso considerar outros fatores contextuais que implicam na sua escolha de continuar estudando. O curso técnico que já havia concluído em Angola só seria aceito em um longo, custoso e incerto processo de validação, e por isso ele cursou novamente uma formação que já tinha. A sua busca por mais instrução é reflexo também de um mercado de trabalho que emprega o refugiado abaixo da sua qualificação. É uma situação precária na qual o refugiado sempre está “*correndo atrás, porque não pode parar*”, combinando expressões usadas por Shomari e Azekel. Ao todo, Azekel me relata ter feito o curso de empreiteiro, duas vezes o técnico em edificações (um em Angola e outro no Brasil), curso de eletricitista e o curso de transações imobiliárias. Tudo isto anteriormente ao seu ingresso na Unicamp, demonstrando uma trajetória de formação que não se resume ao ensino superior e é diretamente relacionada à esfera do trabalho.

Quanto ao estudo, Azekel relata que aqui no Brasil há uma vantagem em relação a Angola, que é o acesso mais amplo à internet.

A gente tem problema de internet. É caro para caramba. E os dados não é em qualquer lugar, como aqui no Brasil que você acessa os dados. Tem lugar que não pega dentro da cidade mesmo, tem lugar que você fica sem conexão. (AZEKEL, entrevista em 14/07/2021).

Eu fui surpreendida por esta colocação. Comumente focamos na desigualdade do acesso à internet e meios eletrônicos que existia e ainda existe no Brasil, apesar de alguns avanços mais recentes. Se a pandemia da Covid-19 os promoveu, ela também escancarou as discrepâncias nos diferentes cantos do Brasil. Esta é a primeira coisa que me vem quando falamos de internet no Brasil; todavia, na conversa com Azekel sou obrigada a reconhecer que partia de uma perspectiva que tem como padrão referencial o grau de permeabilidade da internet em países com infraestrutura e que são considerados países mais ricos, como Estados Unidos e países da Europa Ocidental. O que Azekel estava me trazendo é que para ele, na comparação com Angola, o Brasil é muito mais avançado nesta questão, ainda que ambos tenham problemas de infraestrutura e sejam marcados por grande desigualdade no acesso a recursos.

Para Azekel, conseguir acesso a internet foi um diferencial em sua experiência com o estudo. Como ele mesmo diz, “*eu sou bom nas pesquisas. Aqui no Brasil se você é bom nas pesquisas você pega a matéria fácil.*” (AZEKEL, entrevista em 14/07/2021). Deste modo, Azekel entende que o uso de ferramentas de pesquisa, como o Google, entre outros canais, são um facilitador do aprendizado, e isto o ajudou a concluir com êxito os diversos cursos citados.

Assim, Azekel conseguiu as qualificações devidas, o que teve como consequência a maior amplitude de vagas que ele poderia ocupar no mercado. “*Eu tirei a CREA e me valorizei no mercado de trabalho. Eu falei: ‘agora vou fazer a minha empresa’.*” (AZEKEL, entrevista em 14/07/2021). Neste período parece ter considerado diversas possibilidades, visando aumentar a gama de atuações que poderia ter. Pensou em ser consultor, construir e vender também, e por isso iniciou o curso de transação imobiliária, a fim de obter o CRECI e poder atuar na esfera de vendas. Em meio a isso, foi a uma imobiliária visando comprar um apartamento e, por mais que isto não tenha dado certo, o contato lhe proporcionou diferentes oportunidades.

As coisas começaram a ficar complicadas lá no Rio, essas roubalheiras, o Rio quase caiu, não tinha mais dinheiro. A prefeitura não tinha nada, o governo do estado não se fala. Ficou complicado, a obra parada. Eu pensei em comprar um apartamento, na altura ainda não tinha saído o RNE. O cara falou que com o protocolo do refúgio não dá. (...)

- O que você tá fazendo agora? Você tá trabalhando com quê? (porque eu mostrei as minhas qualificações)

- Eu tô trabalhando de pegar obra. De empreiteiro mesmo.

- Mas você pode ser corretor.

- Eu tô fazendo o curso de transação imobiliária, mas ainda não terminei.

- Não precisa terminar não, vem trabalhar conosco.

Eu comecei a trabalhar e ele foi me ensinando. (...) Graças a Deus no primeiro mês eu vendi.” (AZEKEL, entrevista em 14/07/2021).

Azekel menciona a situação política e econômica do Rio de Janeiro, principalmente em relação ao governo do Estado. Esta crise afetou largamente sua área de atuação, em obras e construções ficaram paradas. Então, quando encontrou a oportunidade de atuar como corretor, pensou que poderia ser uma boa oportunidade, ainda mais que estavam se oferecendo para ensiná-lo. Azekel aprendeu e vendeu apartamento por um tempo, mas depois a coisa ficou ruim. Não vendia mais e ficou desempregado, porque não tinha mais obra para fazer.

Não gostava de ficar parado, se eu não estava pegando obra eu assinava a carteira. Não pode parar que tem as contas para pagar. Eu trabalhei de jardineiro, pintor, trabalhei de quase tudo, fiz bico de carregador. (AZEKEL, entrevista em 14/07/2021)

A sujeição a esses tipos de trabalhos mais precarizados parece ser muito marcada pela situação de refúgio, e não tanto pela falta de qualificação de Azekel. A ausência de uma rede de suporte (como amigos e familiares) também influi na necessidade de se manter sempre empregado, de não poder parar e se ver sem renda e sustento à família. Por volta desta época, surgiu uma oportunidade inusitada que levaria Azekel a mudar de Estado com a sua família, inclusive o filho recém-nascido.

Na época eu estava desempregado e meu irmão estava aqui em São Paulo. Na empresa que ele trabalhava, na RP Engenharia, estavam precisando. A RP Engenharia prestava serviço no governo, na PRODESP. Aí porque o cara que estava trabalhando lá como técnico em construção civil foi mandado embora. Não sei o que ele fez, mas a PRODESP disse que não quer mais esse cara aqui. A exigência era procurar um cara com o perfil dele, o mesmo perfil. E eles não acharam, você acredita? E estava rolando a multa, tinha um prazo de quatro dias para achar esse cara. Aí o meu irmão falou com o engenheiro:

- Meu irmão tem esse perfil.

- Sério?

- Sim, ele tem esse perfil.

- Me manda o contato. (AZEKEL, entrevista em 14/07/2021)

Azekel não hesitou em mandar os documentos, e sendo verificadas as suas qualificações, a empresa enviou uma passagem de avião para que fosse a São Paulo fazer uma entrevista final. Havia pressa do lado da empresa, por estarem pagando multa, e devido a isso queriam que Azekel iniciasse o trabalho no dia seguinte. No entanto, ele ressaltou que precisava buscar a família - a esposa e o filho recém-nascido, de apenas um mês. Foi assim que chegou em São Paulo. Ficou seis meses nesse emprego, o tempo do contrato com a PRODESP, uma instância do governo. Depois disso, foi aberta nova licitação, e Azekel resolveu explorar as outras opções no mercado de trabalho paulistano.

Eu, na altura, pensava que eu ganhava bem, saí do Rio. Eu falei, vou esperar, vou procurar emprego. Aí eu fui fazer uma entrevista, eu ganhei uma proposta maior do que eu ganhava da PRODESP. Aí eu fiquei naquela empresa, na Assistec Brasil. (AZEKEL, entrevista em 14/07/2021).

Assim, Azekel estabeleceu-se em São Paulo com a sua família, onde viria a descobrir os editais específicos para refugiados de universidades do estado. A Cáritas-SP foi fundamental por divulgar a ele esta informação quando entrou em contato. Mas é provável que o seu gosto pelo estudo e o interesse que seu currículo sinalizava influíram na divulgação dos processos de acesso à universidade, por ele ter “o perfil” - como relata em seu diálogo com o funcionário que o ajudou. Há uma espécie de primeiro funil feito no universo das organizações humanitárias, que seleciona e encaminha às universidades de acordo com este “perfil”.

Destaco que seu processo de refúgio é amplamente caracterizado pelo contato com diferentes pessoas que o ajudaram, que foram uma rede de apoio em diferentes momentos que Azekel precisou. Desde o primo que ajudou com o visto, ao parente no aeroporto, e a Cáritas no Brasil. De outra forma, Azekel também retribuiu como pode, relata ter ajudado outros membros da família, até mesmo a virem pro Brasil. Hoje em dia, tem uma prima que mora no Rio de Janeiro e seu irmão, eletricitista, que mora no Jaú, em São Paulo capital.

Eu, quando vim para o Brasil, na verdade eu vim com dinheiro. Eu mandei dinheiro para o meu irmão, mandei dinheiro para a minha prima, e tão aqui. Só meu sobrinho que foi para o Canadá mais recente. (AZEKEL, entrevista em 14/07/2021).

Ao estudar a comunidade Sudanesa em San Diego, nos Estados Unidos, Lim (2009) enfatiza os laços transnacionais que se mantêm e a recorrente prática de enviar dinheiro aos familiares que permaneceram na terra natal, seja para o aluguel, educação, alimentos, saúde, ou ajudar em alguma emergência. Tais recursos financeiros adquirem significados para além de uma obrigatoriedade do laço social, mas um sentimento de mudança, de estar melhorando a vida daqueles indivíduos (e até mesmo o país). Há ainda uma estabelecida reciprocidade, pois o contato com familiares de alguma maneira mantém os refugiados sudaneses vivos - o que passa por noções de pertencimento e remetem à cultura partilhada.

No caso de Azekel, ele não apenas ajudou financeiramente familiares em Angola, mas foi possível que alguns destes viessem ao Brasil, não apenas em um reencontro, mas como residentes. Em um estudo sobre o visto de reunião familiar solicitado por refugiados, Martuscelli (2019) demonstra a partir de uma análise qualitativa que a maior parte dos beneficiários são irmãos de refugiados que se encontram aqui no Brasil, o que demonstra neste contexto a importância dos irmãos para a concepção de família dos refugiados. Azekel não entrou em detalhes sobre o status de reconhecimento do seu irmão, nem quanto ao tipo de

visto que solicitou, mas é interessante que ele tem um papel importante na trajetória de Azekel, ao indicá-lo para uma vaga de emprego em São Paulo, o que demonstra uma certa proximidade.

c. Shomari: “ Eu sou assim, eu vou atrás”.

O dia em que combinei de fazer a entrevista com Shomari era um sábado ensolarado em São Paulo, mas eu ainda observava um dia tão bonito pela janela, procurando seguir o distanciamento social. Algumas horas antes eu enviei uma mensagem a Shomari confirmando o encontro virtual que tínhamos agendado uns dias antes. Depois, antes de iniciarmos a conversa propriamente, ele me contou que meu lembrete foi bom, pois na correria do dia a dia ele havia esquecido o combinado e já estava pensando em trabalhar. Por um lado, foi um aprendizado para mim perceber a importância desta comunicação reforçando a entrevista.

Além deste aprendizado, a entrevista com Shomari me fez refletir sobre a condução da mesma, em comparação com as outras que eu já havia realizado. Não obtive muitas informações sobre a trajetória de Shomari, e o conteúdo da entrevista se centrou mais nas suas vivências na Unicamp e na questão da documentação. Tal foi a ênfase dada por ele na construção do nosso diálogo, e eu optei por respeitá-la. Porém, ao analisar a entrevista, me pergunto se deveria ter explorado mais sua trajetória, mas considero também a variabilidade no conteúdo das entrevistas e que pode ser delicado para sujeitos refugiados recontar sua trajetória em detalhes. Nessa direção, houve cautela no modo como naveguei pelos temas, respeitando as sinalizações e ênfases dadas pelos próprios interlocutores

Em outro enfoque, a fala de Shomari já sinalizava uma intensidade de compromissos, entre a faculdade e o trabalho, uma intensidade que é colocada de outras formas ao longo da entrevista, como a necessidade de ir atrás, de perguntar para obter as respostas.

Meu estágio está acontecendo em São Paulo, então estou aproveitando que está no sistema EAD e fazendo aqui no escritório. É um estágio completamente fora da minha área, em vendas internacionais, em uma empresa que chama Volkswagen de caminhões e ônibus. Moro com a minha namorada aqui em São Paulo, eu tenho 27 anos e tô no último ano da faculdade, se Deus quiser. Estou correndo muito atrás para terminar esse ano. (SHOMARI, entrevista em 16/07/2021).

Além do mais, Shomari coloca que seu acesso à Unicamp se deu de uma forma facilitada por uma organização que integrava, a Educafro.⁵⁷ O trabalho desta não é necessariamente focado em estudantes refugiados, mas no ingresso de minorias nas universidades, muitas vezes por processos facilitados. O próprio Shomari descreve o público como estudantes de baixa renda de escolas públicas, negros ou brancos. Desta forma, há o cruzamento das pautas de refúgio com aquelas de estudantes cotistas.

Eu tive facilidade de entrar porque eu vim com o Educafro. É uma comunidade negra que ajuda tanto pessoas negras quanto branca, de classe baixa a ingressar na faculdade. Eu vim com essa comunidade, eu já corria atrás destas coisas, sempre. Eu queria dar também oportunidade, deixar um legado meu. (SHOMARI, entrevista em 16/07/2021)

Shomari pontua que tal experiência lhe conferiu engajamento e uma oportunidade única de se politizar. De fato, observo que apesar de se descrever como tímido, ele possui bastante desenvoltura para se colocar e defender os seus pontos, muitas vezes com um olhar socialmente centrado - a exemplo quando critica a atual burocracia da Polícia Federal, a respeito dos documentos necessários.

Ele se descreve como uma pessoa tímida e tranquila, mas isto não significa que fique calado, ao contrário, diversas vezes na entrevista se demonstra uma pessoa ativa, sem medo de perguntar e ir atrás do que quer e precisa. A necessidade de ir atrás da informação, do documento, da vaga na faculdade são alguns dos exemplos que se articulam nesta dinâmica.

Eu sou assim, eu vou atrás. Comecei a perguntar para outros colegas, o que precisava fazer para fazer aqui (sobre se integrar na Unicamp). Eu comecei a ficar muito mais atento, porque dependia de mim. (SHOMARI, entrevista em 16/07/2021)

Há algo desta fala que também ressoa em relatos de outros entrevistados. O “correr atrás”, “não poder ficar parado” são algumas das colocações que demonstram uma característica partilhada por alguns dos interlocutores. Talvez seja possível tecer uma relação com o fato de que estão fora de sua zona de conforto, em um país e sistema que desconhecem, provavelmente com uma pequena ou inexistente rede de apoio. Há algo neste contexto que tensiona os limites, que faz com que o sujeito refugiado não possa ficar sem planos e desconhecer soluções, mas deve fazer perguntas, ser proativo e oferecer alternativas a si

⁵⁷ Mais informações em: <https://educafro.org.br/site/>

mesmo e sua família. É possível que interpretações do seu sucesso no novo país estejam condicionadas a estas características.

Do mesmo modo, Shomari coloca que tem buscado se capacitar para o mercado de trabalho, o mundo corporativo. Ele quer desenvolver outras habilidades, estar preparado para atuar em áreas que não sejam a de sua formação, pois coloca não saber muito sobre o futuro, se realmente vai seguir o que tinha planejado. Isto está em consonância com esta dinâmica proativa de “ir atrás”, de se planejar para ter opções no futuro. Neste caso específico, ainda, se aproxima da trajetória de Azekel por se referir à inserção no mercado de trabalho, em ambos os casos destacando a imprescindibilidade de se estar nele e a busca de qualificações para melhorar as suas chances de inserção.

d. Yanara: “Eu falo muito, mas antes não falava muito.”

Enquanto sento para escrever sobre Yanara, volto em minhas anotações, transcrições e tabelas sobre a entrevista, e mais uma vez me emociono com as palavras dela. Eu lembro que esta foi a última entrevista realizada e que, por percalços da vida cotidiana, levamos um tempo até sincronizar as agendas e fazer o encontro online. Quando Yanara expressou a sua disponibilidade eu não hesitei em confirmar a data, ainda que fosse um dia de férias em que eu estava com a minha família. Eu sabia o quão importante era conversar com Yanara, uma das poucas mulheres refugiadas alunas da Unicamp, então não podia arriscar perder esta oportunidade, ainda mais considerando sua rotina corrida e, como os demais entrevistados, a gentileza que fazia em disponibilizar o seu tempo.

Entre todas as entrevistas realizadas esta foi a única em que derramamos lágrimas - eu e ela. Em uma entrevista de quase duas horas, Yanara me toca ao compartilhar sua história, da mesma forma como fizeram todos os outros interlocutores. Mas existe algo na maneira como se abre para falar dos seus sentimentos, de alguém que fala por quase duas horas sobre suas dores e superações, mas que deixa claro que antes não falava nada, que sofria calada e deixava que “a humilhassem”. Há um antagonismo entre a mulher que “fala muito”, que se apresenta de maneira forte e corajosa, e a mulher que chegou ao Brasil, que lutava por seu espaço, mas muitas vezes calada, até encontrar a sua voz.

É interessante considerar o que está implícito quando Yanara aciona a categoria “humilhação” para se referir às suas emoções, apesar de não ser claro o contexto em que as sentiu. Contudo, ainda é válido fazer algumas ponderações, já que as emoções, interpretadas a partir de seu contexto de enunciação, se articulam com as relações de poder e são capazes de

denotar marcadores sociais da diferença (DÍAZ-BENÍTEZ; GADELHA; RANGEL, 2021). Ou seja, a humilhação é um ato relacional e uma forma de comunicação que permite interpretar exercícios hierárquicos da diferença. Pode estar associada a outros sentimentos - amor, culpa, arrependimento, vergonha, nojo, entre outros - os quais de alguma forma a canalizam, no que Díaz-Benítez (2019) chama de gramática das emoções, onde ocorre trabalho micropolítico das relações.

Se há a “humilhação com H” - atos tortuosos e diversas perversões - ocorre também o que a autora nomeia de “humilhação com h”, a qual se realiza nas esferas familiar e pública, em atos cotidianos que afrontam a autoestima e o respeito próprio. Estas relações assimétricas produzem a racialização de corpos e territórios, e constroem diferenças de gênero. Nestes rituais, está presente a encenação das hierarquias; há prazer em colocar “para baixo” por meio da humilhação o outro que, de algum modo, cruza o limite de seu lugar na dita hierarquia. “Humilhação é uma emoção/ato costumeiramente evocada em situações que implicam processos de inferiorização, estigmatização, agressão e produção de desigualdade.” (DÍAZ-BENÍTEZ, 2019, p.24). Porém, a uma certa ambivalência, pois humilhação pode não ter como função expelir completamente o sujeito do terreno social, mas conservá-lo à margem, nos limites do interno e externo.⁵⁸

No caso de Yanara não está claro a partir de que contexto ela enuncia o sentimento de humilhação, mas é possível inferir que passe pela sua interseccionalidade como mulher, cubana, refugiada. É importante destacar que ao longo da entrevista ela se coloca como branca, e no caso, aqui, os sujeitos seriam racializados a partir de seu lugar de origem, não necessariamente tanto de sua cor. Em alguns momentos ela pontua que achava que não tinha direitos, como estrangeira no Brasil, em outros pontua a precariedade do trabalho dos seus trabalhos iniciais no interior de São Paulo, como zeladora e empregada doméstica, por exemplo. É provável que estas humilhações passem por processos de racialização e demarcação de desigualdades de gênero.

Yanara pontua diversas vezes na entrevista que a Unicamp teve um papel importante nesta sua mudança, em não aceitar calada (como ela mesma coloca) e enxergar que também tem direitos. Isto é bem exemplificado por uma frase de seu próprio cunho, como ela mesma diz:

⁵⁸ Díaz-Benítez (2019) traz esta discussão a partir do trabalho de Taniele Rui com moradores de rua e o recorrente tratamento destes indivíduos e seus corpos como lixo, ao ponto que assumem esta designação e se envergonham de sê-lo. Díaz-Benítez questiona se a própria vergonha não vela uma certa esperança de que há algo humano em si, de que no futuro possa se apresentar em termos mais próximos às normas de reconhecimento.

Teve uma reunião na Unicamp com o Conare, o reitor e os refugiados, e eu mandei uma carta porque eu não podia ir. Eu estava começando na Unicamp e eu tinha aulas. Eu fiquei conhecida porque eu mandei uma carta. Eu falei: "A Unicamp me fez uma pessoa dentro do Brasil. Eu não era uma pessoa". (YANARA, entrevista em 23/07/2021)

Vinda de Cuba, Yanara relata que, quando chegou ao Brasil, como estrangeira, era o último degrau. No seu país de origem, cursava Engenharia de Automação, mas em seu segundo ano teve um problema com um professor e teve que deixar a universidade, pois, como menciona, era o mais saudável para ela e a sua família. Yanara não detalha o que a levou pedir refúgio, nem eu perguntei sobre, nem mesmo para entender se havia alguma conexão com a interrupção dos seus estudos. Era importante que se sentisse à vontade para compartilhar o que estivesse confortável, respeitando sua privacidade. De fato, ela diz que não fala sobre a sua saída de Cuba para se preservar.

Quando chegou ao Brasil, Yanara conta que ela e sua família tiveram dificuldades para obter o status de refúgio, devido ao que ela interpreta como uma postura do governo de Dilma (PT) mais próxima a Cuba. Todavia, ressalta-se que ao longo dos últimos mandatos os governos do Brasil tiveram distintas posturas em relação ao governo cubano, mas sendo possível o reconhecimento de refugiados da ilha caribenha, ainda que em pequeno número nos governos mais próximos a Cuba. O reconhecimento do refúgio individual pelo Conare não tem necessariamente uma relação direta com o governo federal, com diferentes níveis de articulação possível entre o governo federal e os processos do Conare, a depender também das relações geopolíticas e interesses em tela.⁵⁹ No item dois deste capítulo, destinado à discussão sobre documentos, este tópico será aprofundado.

Inicialmente, quem veio ao Brasil primeiro foi o marido de Yanara, também cubano, quando o filho deles tinha apenas um mês. Ele veio se encontrar com um tio em Piracicaba, e depois Yanara e o menino conseguiram se juntar a ele - todavia, mais de um ano já havia se passado. Apesar de dificuldades e um certo sofrimento na separação de uma família, ainda mais quando envolve a perda de uma fase tão singular no desenvolvimento do filho, a própria entrevistada reconhece um privilégio em suas condições, pois “muitas famílias vêm e ficam na rua”, e sua família já tinha condições mais estabelecidas.

⁵⁹ Em algumas situações essa relação é mais explícita, como foi o caso do reconhecimento em massa de venezuelanos como refugiados durante o governo de Bolsonaro, o qual concedeu status de refúgio a inúmeras quantidades de indivíduos, a partir do reconhecimento da grave e generalizada violação de direitos humanos na Venezuela. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019-12-06/brasil-da-refugio-a-21000-venezuelanos-em-um-dia-o-dobro-dos-asilados-em-duas-decadas.html> Acesso em 09/03/2023.

Isto não significa que não houve dificuldades na chegada ao Brasil. Depois de migrar para o Brasil, Yanara relata ter conseguido inicialmente trabalhos como empregada doméstica. Havia grande precariedade nos serviços que encontrava, porque eram mal pagos, porque não proviam registro CLT, e porque era maltratada, passava por humilhações, sofria com preconceitos: “(...) *eu deixava para lá. Sou briguenta, mas não podia. Não podia ficar sem emprego, não tem família aqui. A gente vai guardando mágoa...*” (YANARA, entrevista em 23/07/2021). Mesmo tendo no currículo parte do curso de engenharia de automação de uma universidade cubana, só conseguiu acesso a empregos precários.

Existe algo comum à condição de refúgio que Azekel também apresenta quando fala do seu acesso ao mercado de trabalho, da necessidade de aceitar o trabalho que apareça, de se virar para sobreviver. Em ambos os casos, Yanara e Azekel tinham alguma formação, mas as oportunidades que conseguiam eram abaixo de sua qualificação. Isto muda para Yanara quando ela conta que com três semestres na Unicamp conseguiu empregos em melhores condições, onde se sente valorizada; portas estas as quais o seu tempo em uma universidade cubana não abriu. Entretanto, Yanara ainda traz o elemento da “humilhação”, como mencionado anteriormente, que não pode ser ignorado como um fator que se entrelaça à estas precariedades na condição de trabalho, emaranhado em diferenciações de gênero, raça e classe.

Para além das precariedades a que estava sujeita nestas condições de trabalho, a fala de Yanara revela um agravamento da situação para aqueles que não contam com algum tipo de rede de apoio, como a família geralmente se configura, a qual pode oferecer apoio em momentos de dificuldades financeiras. Refugiados migram em diferentes composições familiares, de modo que podem ter diferentes redes de apoio; contudo, é comum que não estejam se deslocando com um amplo núcleo familiar, ou que não tenham membros já mais estabelecidos e inseridos no país de destino.

De todo modo, Yanara coloca que em sua experiência a não existência de uma rede de apoio familiar foi fundamental para que ela aceitasse calada estas situações degradantes, em nome de manter o emprego e garantir a sua sobrevivência - incluindo o filho pequeno, seu dependente. Além disso, sua fala menciona a “*mágoa acumulada*”, o desgaste por “engolir sapos”, calar-se perante situações de humilhação, de certo modo uma força que estas circunstâncias lhe foram roubando, apagando.

Ao chegarem no Brasil, a família tinha feito a escolha de ficar em Piracicaba por ser no interior, não ser São Paulo - apesar de Yanara pontuar que “*possivelmente tenha mais*

direitos, tudo que tem a ver com estrangeiro é possivelmente é mais bem resolvido lá. É a Havana do Brasil.” (YANARA, entrevista em 23/07/2021). Conta ter medo de cidade grande, não gostar do ambiente e da poluição que não faria bem ao filho. Porém, a experiência no interior paulista foi decepcionante, por caracterizar Piracicaba como cidade muito preconceituosa - e Limeira, onde depois estudou na Unicamp, parecida.

*Refugiado é visto como terrorista. O que fez no país dela que teve que sair fugindo? A palavra (refugiado) é mal interpretada. (...) Tem pessoas que não dão a oportunidade para a gente (refugiados) não porque acham que a gente não possa, é porque simplesmente a gente não merece, no olhar deles. “Ah ela até escreve bem, mas quando fala muito rápido a gente não entende muito, ela não pode trabalhar na minha empresa. Se ela se destacar, o que fica para gente?” (...) Ser mulher já é um preconceito, refugiada é outro, e ser mãe é outro. **Eu não falava que era mãe nos primeiros empregos.*** (YANARA, entrevista em 23/07/2021)

Nesta fala Yanara se articula intencionalmente como mulher, mãe e refugiada, ao mesmo passo que, ao refletir sobre a sua posição nestes múltiplos pertencimentos, os considera alvo de preconceito e discriminação. De fato, as vivências e contextos têm implicações no processo de construção e reconstrução das identificações, tendo em vista um processo relacional em que o lugar do sujeito importa (BRAH, 2006).

Questões de identidade estão intimamente ligadas a questões de experiência, subjetividade e relações sociais. Identidades são inscritas através de experiências culturalmente construídas em relações sociais. A subjetividade – o lugar do processo de dar sentido a nossas relações com o mundo – é a modalidade em que a natureza precária e contraditória do sujeito-em-processo ganha significado ou é experimentada como identidade. As identidades são marcadas pela multiplicidade de posições de sujeito que constituem o sujeito. Portanto, a identidade não é fixa nem singular; ela é uma multiplicidade relacional em constante mudança (BRAH, 2006, p.371).

As identidades individuais se articulam com a experiência coletiva, ainda que a identidade coletiva nunca seja igual à soma das partes individuais. Em verdade, as experiências comuns em torno de eixos de diferenciação (raça, classe, gênero) são o epicentro para diferentes identidades coletivas, as quais coexistem no indivíduo, ainda que apaguem ou tomem emprestado determinado traço. No entanto, esta articulação do indivíduo com o coletivo não produz um elo inerte, mas é uma reconstrução a partir de contextos específicos nos quais a subjetividade é reescrita em relação à experiência coletiva. Por meio de processos discursivos, a identidade é fluida e não estática (BRAH, 2006).

Ao deslocar-se, Yanara tensiona as premissas de uma correspondência entre cultura e território (contextos específicos), e no limite de sua própria identidade, já que as fronteiras entre o aqui e o lá borram-se (GUPTA; FERGUSON, 2000). Quando fala de situações nas quais se percebeu discriminada, Yanara tece também comparações entre a sua experiência em Cuba e no Brasil, de tal modo que percebe-se reflexões e reformulações produzidas a partir de seu deslocamento. Ou seja, do mesmo modo que pontua Brah (2006), Yanara re-posiciona a sua identidade, como um sujeito localizado, em diálogo com os contextos que vivencia e vivenciou, considerando ainda as dimensões culturais que se entrelaçam.

Portanto, sua experiência no Brasil é lida em contraste com a experiência que ela tinha em Cuba, chamando a atenção particularmente a alguns temas relacionados a gênero e a raça. Dentro disso, ela percebe que nos dois países há "machismo", mas eles atuam de forma distinta. E ela elabora a partir de alguns temas que marcam sua trajetória, por ter circulado em diferentes ambientes profissionais e de formação, mas de forma geral a maternidade aparece como fator crucial dos desafios que enfrentou. Três temas principais se dividem em: as relações de trabalho, nas quais ela inclusive percebe que as relações de gênero são distintas dependendo da função e ambiente de trabalho; a maternidade, a qual cerceia o acesso a determinados trabalhos em Cuba, mas é "romantizada" no Brasil, com pouco suporte de fato; e, por fim, as posições dos companheiros no trabalho doméstico. Ela lê, portanto, as diferenças entre Brasil e Cuba muito a partir da sua própria posição de sujeito.

*(...) Cuba é um país altamente racista. Lá não morre por ser preto é outro tipo de violência. **Eu não sabia o quão racista e machista a gente era, até chegar no Brasil.** Lá o preto escuta todo dia "ah, dá para ver que você é preto". É uma coisa normal, e o preto não tá nem aí. Mas eu acho que não é por ele não sentir, mas por que é institucional. (...)E eu cheguei aqui sem saber que eu era racista, até com minha família preta. E eu cheguei aqui machista, só que um outro machismo.*

*(...) **Ser mulher no Brasil é um desafio**, ainda mais para alguém que está acostumada a ganhar o pão, como falam aqui. Em Cuba tem muito machismo institucional, você não pode ser reitora de uma faculdade se você é mãe. (...) Você é mãe, você vai ter que correr para o filho, não vai ter tempo para a faculdade. Porque lá a mulher mora sozinha, a mulher não depende de homem para status. Então é diferente, quando eu cheguei aqui, esse negócio de ah, você não pode ser zeladora de prédio por ser mulher. **São machismos diferentes**, lá você não pode ser diretora de universidade. No meu país fazia tudo, eletricidade, já foi zeladora. É cultural, lá as mulheres fazem de tudo. (YANARA, entrevista em 23/07/2021)*

Então, Yanara percebe, entre os dois lugares, diferenças nos papéis esperados das mulheres, nos lugares e espaços que podem ocupar, especialmente no âmbito do trabalho. Este é um ponto que enfatiza conforme descreve suas experiências, pois estava acostumada a “serviços pesados”, como ser zeladora, puxar equipamentos e carregar coisas pesadas, os quais tipicamente são associados à masculinidade no senso comum brasileiro. Em termos do papel da mulher, para Yanara há a

romantização da maternidade no Brasil, mas a sociedade não está pronta para estender a mão, para ajudar. (...) Porque você é mãe, tem que ficar em casa cuidando do filho e do marido. Cheguei a escutar que o meu marido era viado, por fazer comida e tarefas de casa quando eu chegava tarde do trabalho. (YANARA, entrevista em 23/07/2021).

Relata que para ela e o seu companheiro não é estranho o homem assumir as tarefas domésticas, mas percebia o estranhamento das colegas de trabalho. Por isso, acha que se fosse solteira jamais se casaria com brasileiro, pois na sua opinião a criação dos homens é muito diferente. Por outro lado, a partir das vivências no contexto brasileiro, Yanara também enxerga as limitações dos preconceitos no seu país.

Pensando em como lidou e de certa forma superou tais situações de preconceito, Yanara sempre volta ao espaço universitário como o local onde conseguiu forças, recuperou sua autoestima, se sentiu acolhida. Ao longo da entrevista, reafirma diversas vezes e com diferentes palavras que frequentar a Unicamp foi essencial para que lutasse por ela e sua família, por seus direitos.

A Unicamp me empoderou tanto. (...) A Unicamp ensina muito a lutar. (...) Consideração pelas dificuldades da gente, permite que possa seguir os sonhos. Nem toda universidade faz isso. Foi a melhor experiência que eu tive no Brasil. (YANARA, entrevista em 23/07/2021)

Pelo relato de Yanara é perceptível que a universidade tem uma função importante que vai além do oferecimento de uma educação de qualidade. É claro que isto também influi em aspectos sócio-econômicos, levando à ocupação de diferentes espaços, à mobilidade social, entre outros aspectos que a capacitação causa. Contudo, o que estamos falando aqui diz mais a respeito a uma acolhida e inserção que transcende os aspectos materiais - apesar da essencialidade destes ser também inegável. Ao pensar a universidade como um todo, seja o SAE, a DDH, ou a CSVN, Yanara coloca a Unicamp como o “epicentro do bem”, de luta pelos Direitos Humanos, por empatia, e que ensina e incentiva os seus a lutar também.

Não foi por acaso, foi a Unicamp. Tem pessoas boas. Eu imagino que nem toda universidade tenha uma Diretoria de Direitos Humanos, mas eu imagino que toda faculdade deveria ter, pelo menos no Brasil. (...) No Brasil é muito necessário, e a Unicamp tem.
(...) A gente no final é privilegiado. Eu posso trabalhar na minha casa, tenho uma internet boa, um bairro bom de viver, consigo pagar o aluguel, apertado, mas consigo. (...) Eu não sei se é por a gente ser branca, ou simplesmente porque a gente luta muito, que a gente, de certa maneira, dentro do Brasil, tem muito mais direito que muito brasileiro. Então não é uma questão de você quer ter os direitos que não tem o brasileiro. Não! A gente tem que ter direitos. Então é o que falta em muita faculdade. (YANARA, entrevista em 23/07/2021)

Deste modo, Yanara incorpora o discurso dos direitos humanos, inclusive com a percepção da essencialidade de políticas direcionadas a outras minorias, como a política de cotas raciais, o ProFIS⁶⁰ e o vestibular indígena. Assim, ela coloca o seu entendimento de que os direitos são para todos, ao mesmo tempo que se questiona o papel de seus pertencimentos em seu acesso a uma vida minimamente digna no Brasil, a qual reconhece como um privilégio, frente às dificuldades sócio-econômicas de muitos. Neste sentido, há uma conexão com o trabalho de França (2022), que analisa a produção de subcategorias dentro da denominação “refúgio” e tece uma articulação destas com a produção de precariedades. No caso de Yanara, a nacionalidade cubana tem um peso, mas há momentos em que o lugar de mulher e mãe também são acionados em sua narrativa.

2. Documentos: o reconhecimento jurídico e as trajetórias de refúgio

Documentos são um dos pontos mais sensíveis e cruciais para a maioria dos refugiados. Se por um lado são “apenas papéis”, estes carregam um peso capaz de determinar as esferas de circulação e o acesso do indivíduo no país de destino. O status de refugiado pode conferir o direito a benefícios sociais, participação no mercado de trabalho com CLT, ingresso em universidades. Por um lado, a Unicamp tem buscado aprimorar os requisitos de seu edital, incluindo refugiados em diferentes condições jurídicas (status de refúgio, protocolo, e visto humanitário), como vimos no capítulo 1 desta monografia. No entanto, o mesmo não pode ser dito de outros espaços e direitos, para os quais alguns interlocutores relatam ter dificuldades em ver seus documentos reconhecidos. Se a bibliografia analisada já sinaliza estas questões, as entrevistas trouxeram diferentes experiências.

⁶⁰ Programa de inserção no Ensino Superior da Unicamp voltado a estudantes do Ensino Médio de escolas públicas. Mais informações em: <https://www.prg.unicamp.br/profis/>

É importante sinalizar aqui que a relação com documentos e a facilidade de obter o status de refúgio depende de uma série de fatores a respeito do seu país de origem, das condições em que saíram deste, e do país receptor. As entrevistas também demonstram que enquanto para alguns a questão da documentação tem caráter central, sendo trazida entre as principais preocupações, este não é o caso para todos. **Jamal**, por exemplo, apenas a menciona quando perguntei especificamente, não sendo este um ponto de inflexão na sua trajetória - o que não significa que esta não tenha tido seus percalços.

Jamal e sua família sabiam que quando saíssem da Síria não iriam conseguir voltar ou obter tais documentos de outra forma. Eles tiveram condições de reunir todos estes antes de virem para o Brasil, foi um deslocamento em condição de emergência, mas minimamente planejado. Este não costuma ser o caso da maioria dos refugiados, nem é o que se imagina na estereotipada figura destes.

*Não muito, porque a gente saia... **quando saímos da Síria a gente sabia que não seria possível voltar.** Meu pai foi lá, porque ele tem 65 anos, mas mesmo assim ele foi lá para a universidade, ele já formou tipo 40 anos atrás eu acho, mas mesmo assim ele foi e pegou os documentos dele que ele é engenheiro civil. **Porque sabemos que ia ser muito difícil pedir qualquer documento da Síria naquele momento. Então todo mundo fez todos os documentos possíveis.** Da escola, de formação da escola, de começar a faculdade, de formação da faculdade, trabalho anterior mesmo. As notas tudo também traduziram em inglês, porque lá ninguém sabe falar português eu acho. **Aí todo mundo fez tudo mesmo. Até o CNH que a gente tinha a gente pesquisou se era válida aqui no Brasil, não era válida, aí a gente fez uma internacional que é válida. Então, mesmo que a gente não tinha planejado comprar carro, mas mesmo assim a gente fez todos os documentos possíveis, que a gente lembrou naquele momento.** (JAMAL, entrevista em 25/06/2021).*

Jamal também não entra em detalhes sobre a obtenção do status de refugiado, o que pela conversa sinaliza que não é algo que considera proeminente na sua trajetória. Uma série de fatores podem ter levado a isto, mas é palpável dizer que haja uma influência do seu deslocamento da Síria - um país em guerra civil, amplamente noticiada pelos veículos de mídia, assim como a crise de refúgio que se seguiu - na emissão do status de refúgio. O que quero dizer é que talvez a sua condição de refúgio seja menos questionada do que a de indivíduos originários de outros países e condições.

A guerra na Síria tomou os noticiários, a violência virou notícia; a destruição de casas, museus, obras de arte; o deslocamento de milhares, desencadeando uma imprescindível

crise em terras europeias. Em contrapartida, o conflito da República Democrática do Congo (RDC) chega às manchetes de forma mais tímida, não há uma proliferação de informações sobre os mais de 20 anos de crise, sobre a chamada “Guerra Mundial Africana”, com mais de 3,8 milhões de mortes, sendo o conflito armado que mais matou desde a Segunda Guerra Mundial (SILVA; 2011)⁶¹. Tais distinções na apresentação midiática de tais contextos permeiam sua constituição no imaginário popular; isto é, no entendimento que a população tem acerca destas circunstâncias e na sua produção da figura do refugiado. Então, as articulações necessárias para construir a narrativa de refúgio, se colocar como “um verdadeiro refugiado”, se diferem entre as várias nacionalidades dos refugiados, por exemplo aqui a República Democrática do Congo ou da Síria.

Shomari, nacional da República Democrática do Congo, coloca tanta ênfase no reconhecimento de refúgio, na documentação que este demanda e produz, que estava pensando em transformar o tópico como objeto de trabalho na universidade.

Eu estava pensando em fazer (a iniciação científica) sobre papel, a questão do documento, como é difícil para estrangeiro, refugiado, que ainda não tinha recebido resposta do Cáritas, CONARE. Eu estava pensando em trabalhar sobre isso, porque isso impactava também a vida estudantil dos alunos. Porque estágio, para você conseguir estágio na universidade você tem que ter esse documento, se você não tiver esse documento não tem como você conseguir. Uma coisa que eu tava pensando em trabalhar é como que a burocracia tinha essa barreira para a gente, o que fazer para superar isso. Eu estava pensando em escrever literalmente sobre isso para ajudar aqueles que entram depois de mim. (SHOMARI, entrevista em 16/07/2021).

Entre todos os entrevistados, Shomari foi o que trouxe a maior quantidade de questões e falou por mais tempo sobre documentos, tendo este sido um dos grandes destaques em sua trajetória de refúgio. Isto se opõe a Jamal, por exemplo, que não demonstra ter tido muitos problemas para obter o reconhecimento como refugiado. Shomari, por outro lado, está desde sua chegada ao Brasil em 2015 até o momento da entrevista, em 2021, prestes a se formar na Unicamp, aguardando uma resposta. Se há diversos fatores que podem ter influenciado este prolongado processo, há sem dúvida uma discrepância entre o refugiado Sírio, vindo de um

⁶¹ Ressalta-se que o conflito teve o seu fim formal em 2003, mas o país permanece em um “estado de violência”, com a permanência de grupos armados, e disputa por recursos naturais (SILVA, 2011). A ONU tem uma missão de paz no local e considera setores do país em estado máximo de emergência. Fonte: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/02/02/guerra-e-miseria-entenda-por-que-milhares-abandonam-a-republ-ica-democratica-do-congo-terra-do-jovem-moise-kabagambe-assassinado-no-rio.ghtml> Acesso em: 26/04.

contexto de guerra amplamente noticiado, e o refugiado da República Democrática do Congo. Esta observação sustenta e retoma as discussões acerca do humanitarismo feitas nesta seção.

Por conseguinte, Shomari expressa as suas frustrações especialmente com a falta de clareza do processo. As etapas não lhe eram evidentes, nem a documentação que deveria submeter, inclusive com informações conflitantes quanto a estas.

*Até hoje, ainda não tenho o status de refúgio. Eu ligava, pediam para enviar passaporte, eu enviava, eu enviava tudo o que tinha que enviar. (...) **Essa questão da documentação Larissa, e eu tô sendo muito sincero com você, deixa todo estrangeiro estressado, principalmente na Polícia Federal.** Quando você vai para a Polícia Federal eles tratam a gente como nada. Você chega, eles atendem você quando eles quiserem. E o tipo de resposta que você vai receber, você não merece ter essas respostas. Por exemplo, você vai lá para perguntar, para ter informações. **E as informações que eles mesmos vão falar para você, depois quando você voltar com essa documentação, vão falar que não é aquele documento.** (...) Quando eu cheguei, eles pediram um monte de papel que não precisava. Aí eu cheguei lá e a moça falou “mas não precisa de tudo isso!” Mas tá escrito aqui! Tem que tirar, tem que atualizar! **Quando a gente liga para vocês, vocês falam para a gente olhar no site. Aí a gente chega aqui e não precisa.** Quanto que eu gastei? Quanto que eu ganho? E transporte, a pessoa tem outra atividade para fazer, tem que respeitar esse momento, a gente está respeitando o trabalho de vocês. (...) Eu tirei foto do passaporte que eles pediram, e quando eu cheguei lá falaram que não precisava, que tiravam lá. (SHOMARI, entrevista em 16/07/2021).*

Tal processo lento e burocrático é ainda custoso. Se um documento não é necessário, isto significa que Shomari provavelmente perdeu tempo e dinheiro para consegui-lo; se foi até a Polícia Federal e não resolveu-se o necessário, a viagem foi perdida junto ao tempo e gastos empregados. Tempo e dinheiro são recursos que em geral refugiados não têm ao seu dispor para gastar da forma que queiram e precisarem. Se o reconhecimento do refúgio é vital, há também outras questões que são imprescindíveis, como a sua sobrevivência (e a da família) além da manutenção de um trabalho.

Ele questiona, inclusive, o preparo dos próprios funcionários da Polícia Federal, pois supõe que devem desconhecer os meandros da realidade de um estrangeiro no Brasil. Ainda, os julga despreparados para a recepção e acolhimento, já que nem todos que chegam ao Brasil falam inglês ou português.

Como pode fazer para colocar alguém que seja estrangeiro na Polícia Federal? (...) Será que estão recrutando realmente as pessoas que

deveriam ter recrutado? E outra coisa, questão de língua. Nem todo mundo que chega sabe falar inglês ou português. (SHOMARI, entrevista em 16/07/2021).

Shomari ainda coloca que houve tentativas da Unicamp de intervir de alguma forma no processo, mas ele se coloca frustrado com o resultado. Não fica claro ao longo da entrevista qual era o intuito e o objetivo específico de tal reunião convocada pelo reitor, muito menos se estes foram atingidos na perspectiva da Unicamp. Contudo, aos olhos de Shomari não houve impacto e ele não experienciou consequências diretas em sua realidade.

O reitor convidou o pessoal jurídico e da prefeitura para poder ajudar. Eu, como estava sentindo isso na pele, eu fui e conversei com essas pessoas. Mas depois daquela reunião não tinha mais esse impacto e influência que a gente esperava, por terem vindo aqui como autoridade. Só que não, eles não fazem, eles não vêem talvez o que a pessoa tá precisando naquele momento. (SHOMARI, entrevista em 16/07/2021).

A caribenha **Yanara** relata ter chegado ao Brasil com incertezas em relação a se obteria o status de refúgio ou não.

*Eu ligava para a Cáritas e falava:
- Quando vai ser minha entrevista?
- Não é conosco, é com o CONARE.
Eles colocavam advogados para ajudar nisso, mas falavam:
- Não tenha muita esperança. O governo da Dilma não dá refúgio para Cubanos. Porque Cuba, para eles, não têm uma ditadura.
Ai, como eu odiava esse governo.! Eu ligava toda semana, mandava email para o CONARE e eles nem respondiam. Quando entrou Temer (que foi outra porcaria) eu consegui fazer a entrevista. (YANARA, entrevista em 23/07/2021).*

Então, Yanara atribui a dificuldade e demora para a obtenção do status de refúgio ao posicionamento político e às relações diplomáticas entre Brasil e Cuba. Está para além do escopo desta pesquisa avaliar se efetivamente as políticas do governo Dilma tiveram impacto decisivo nos processos de reconhecimento de solicitantes de refúgio cubanos. De todo modo, foi possível verificar que entre 2011 e 2020 foram feitas 11.550 solicitações de refúgio por cubanos⁶², das quais apenas 208⁶³ foram reconhecidas até o final da década em específico. Por outro lado, é possível que outros status jurídicos tenham sido negociados. Há ainda de se

⁶² Refúgio em números 6ª edição (JUNGER, 2021, p.40).

⁶³ Refúgio em números 6ª edição (JUNGER, 2021, p.44).

considerar os fluxos migratórios⁶⁴, em termos do volume de solicitantes de refúgio, das estruturas que os recebem e sustentam a sua chegada. É possível que haja algum outro tipo de acordo de permanência, um visto de residência que autorize a estadia no Brasil, ainda que não apareça nos números oficiais de refúgio. O fato é que Yanara aguardou longo tempo pelo reconhecimento do seu status, em uma espera que lhe era penosa.

Enquanto aguardava o seu processo ocorrer, Yanara revela que recebeu um documento que era um protocolo da solicitação de refúgio, e que se tratava de uma folha de papel, a qual era vista com desconfiança quando precisava apresentar documentos:

Quando cheguei no Brasil estava a Dilma. Foi uma situação muito ruim porque a gente não podia nem ter cartão de crédito. Porque o que davam para a gente na Polícia Federal era um papel branco com uma foto sua, o que podia ser falsificado. Quando chegava nos lugares para fazer carteira de trabalho, para tudo, esse papel não tinha validade. (YANARA, entrevista em 23/07/2021).

Ou seja, por mais que o protocolo seja um documento de emissão oficial, as condições em que este era colocado atrapalham o seu reconhecimento para pequenas ações do cotidiano, como obter um cartão de crédito. Quando tentou se matricular no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA)⁶⁵, Yanara teve que conseguir papel em São Paulo dizendo que a lei permitia que o refugiado ou solicitante de refúgio se matricule sem apresentar os seus documentos oficiais do seu país "porque eu não posso ir ao meu a pedir os documentos. Essa coisa as pessoas não entendiam, eu acho que agora melhorou." (YANARA, entrevista em 23/07/2021). Então, mesmo em instâncias vinculadas a serviços do governo há o desconhecimento sobre os possíveis documentos apresentados pelo refugiado.

Shomari conta uma experiência com o protocolo de solicitação de refúgio que se aproxima desta vivência de Yanara. Ele também passou por uma situação em que o

⁶⁴ Os fluxos migratórios para o Brasil aumentaram muito nos últimos anos da década 2011 - 2020, Entre estas, é possível observar a variação nas solicitações de refúgio por cubanos, especialmente se considerarmos os números absolutos. Há um aumento por volta de 2016 e 2017, com uma queda entre 2020 e 2021. Porém, 2022 volta a registrar números recordes de solicitações de refúgio por cubanos. É importante considerar fatores como o fim do programa "Mais Médicos" e a crise econômica em Cuba. Ressalta-se que esta última justificativa não é reconhecida como motivo para a concessão do status de refúgio, o que deve ser considerado junto aos números de reconhecimento.

No gráfico disponível no Anexo I é possível observar a curva formada por tal flutuação; e o Apêndice I fornece um resumo em números absolutos das solicitações por cubanos e o deferimento destas. O Anexo II fornece dados mais atualizados, considerando parcialmente as solicitações de refúgio parciais de 2022.

⁶⁵ Prova oferecida pelo INEP para certificação de conclusão do Ensino Fundamental e Ensino Médio para aqueles que não cursam regularmente. Mais informações em: <http://portal.mec.gov.br/encceja>

documento não foi reconhecido e validado como demonstração de sua identidade, e por isso sentiu-se discriminado.

Eu lembro quando eu tinha protocolo e eu fui em um lugar que era para mostrar a identidade e eu mostrei o protocolo e fui barrado. Eu mostrei o RA (Registro Acadêmico)⁶⁶ e aceitaram. Esse tipo de coisa outras pessoas passam por isso. É o tipo de coisa que super mexe com a gente. (SHOMARI, entrevista em 16/07/2021)

Talvez mais do que preconceito a situação sinaliza a precariedade do documento, ao passo que se torna difícil reconhecê-lo como oficial, como é evidenciado por Yanara:

É triste passar tantos anos com um papel que não é reconhecido, porque nenhum jornal faz uma matéria falando que aquele papel existe, o que é verdade. Todo ano precisa de uma assinatura, o papel vai se desgastando, há situações em que não aceitam, porque tem um rasguinho. (YANARA, entrevista em 23/07/2021).

Contudo, Yanara comenta que houve modificações, desde que chegou ao Brasil, e que hoje o documento se assemelha ao RNE, documento entregue quando o status de refúgio é concedido. “O Brasil evoluiu muito. Agora recebe tipo um RNE, só que provisório, que fala que é um protocolo. Mas o meu era um protocolo mesmo.” (YANARA, entrevista em 23/07/2021).

Ainda, houve um erro em seu processo final na Polícia Federal de Piracicaba, pois tinha apenas o número do RNE, e não o documento físico. Neste ponto, já estava no processo para ingresso na Unicamp, o qual na época requisitava o status de refúgio já concedido. Teve que lutar pelo documento, ameaçou entrar com processo por danos morais se perdesse a vaga por não ter sido emitido. Mandou carta para a Polícia Federal de São Paulo, foi quando diz que: “entendi o que eram meus direitos. Eu entendia que por ser estrangeira eu não tinha direitos.” (YANARA, entrevista em 23/07/2021).

Já estava resolvido, a tempo de entrar na Unicamp, mas não indicaram o refúgio no RNE, como deveria ter sido feito. Era para ser permanente, mas com sigla de refugiado, e por isso, Yanara pode entrar e sair do país. Quando entrou na Unicamp, houve um problema pela falta desta sigla de refugiada no RNE. Assim, ela entrou em contato com a Cáritas, teve que pedir carta ao Conare constatando que era refugiada. Então, no processo para entrar na Unicamp, de 2018 a 2019, Yanara já era refugiada de acordo com o status concedido, mas toda esta burocracia demorou meses.

⁶⁶ Uma carteirinha da Unicamp que, além do nome da universidade, contém a foto e o número de matrícula do estudante.

Há algo sobre os tempos da burocracia, da documentação extensa que não se resolve de forma concomitante. O status de refúgio, ainda que abra portas, pode não ser o suficiente para o resumo de todo e qualquer ato cotidiano. Por exemplo, **Azekel** conta que tentou comprar um apartamento no Rio de Janeiro, quando já era reconhecido juridicamente como refugiado, mas não tinha ainda o RNE, sem o qual foi informado pelo corretor que não conseguiria efetivar a compra.

Há ainda um elemento de destaque na atuação da Cáritas como uma das principais organizações que recepciona, acolhe e ajuda na integração dos refugiados no Brasil. O próprio Azekel relata que ao chegar foi encaminhado à Cáritas pela própria Polícia Federal, para orientá-lo no processo de solicitação de refúgio, o que sinaliza uma aproximação entre o poder público e o terceiro setor. A Cáritas Arquidiocesana, uma sociedade civil de direito privado, é a mais proeminente das organizações não-governamentais responsáveis pelo acolhimento de refugiados, e conta com parcerias com o ACNUR e o Ministério da Justiça para realização de seus programas (MIALHE; MALHEIRO, 2016).

Assim, estabelece-se um processo de institucionalização da Cáritas, enquanto também profissionaliza seu corpo de atuação. Para Pucci (2020), isso aproxima a Cáritas mais do humanitarismo do que de uma organização pastoral, como era originalmente. Uma “moral humanitária” impera sobre a religiosidade, já que os próprios funcionários não são necessariamente católicos e o atendimento se destina a refugiados independente da religião, atendendo em grande quantidade, por exemplo, sírios mulçulmanos⁶⁷.

⁶⁷ Entre os diversos serviços oferecidos pela Cáritas, especificamente pela sede de São Paulo, destacam-se três projetos: o projeto de proteção (inclui proteção jurídica e social, informações sobre as etapas da solicitação de refúgio, os direitos de família, do consumidor, racismo e trabalho); o projeto de assistência (inclui moradia, alimentação e saúde); e o projeto de integração (inclui aprendizado de idioma, inserção profissional, educação e capacitação profissional). (PUCCI, 2020).

CAPÍTULO III: VIVÊNCIAS DE REFÚGIO NO ENSINO SUPERIOR

Tendo em vista as trajetórias abordadas até este ponto, o presente capítulo visa compreender os desdobramentos dessa que levaram, em primeiro lugar, à matrícula como alunos de graduação da Unicamp, e posteriormente como impactou a vivência deste ambiente universitário. A partir do capítulo II, fica claro que ainda que todos os interlocutores se identificam na categoria refugiado, suas trajetórias partem de lugares muito diferentes (e possivelmente também vão para lugares diversos), mas que têm na Unicamp o seu ponto de encontro.

No ano de 2020 todos os interlocutores frequentavam a Unicamp, como alunos recém-chegados, ou que já estudavam lá há algum tempo e, ainda, outros de saída. Portanto, este capítulo abarca diversos aspectos do processo de formulação das políticas de acesso para estudantes refugiados da Unicamp, de modo que os procedimentos e requisitos variam na experiência de cada interlocutor (a tabela 3.1 faz um resumo para cada interlocutor). Contudo, a CSVM-Unicamp, em parceria com uma ampla rede Cátedras, tem aprimorado a sua forma de atuação e o continuará a fazer. Deste modo, já há uma resolução com um novo modelo de acesso facilitado para refugiados, de 2022, o qual infelizmente não é abrangido por estas entrevistas, mas é mencionado no capítulo I, que analisa a documentação.

Tabela 3.1 - Informações sobre o acesso e permanência na Unicamp

	Ano de ingresso	Status jurídico no momento do ingresso	Fez prova?	Fez entrevista?	Auxílio para permanência?
Jamal	2015 (2º semestre)	Status de refúgio reconhecido	Sim	Sim	Não.
Shomari	2017	Protocolo de solicitação de refúgio	Não.	Não menciona	Moradia; BAT; BAS; Bolsa de Auxílio para estudantes em Condição de Refúgio
Yanara	2019	Status de refúgio reconhecido	Enem (mas não por exigência da Unicamp).	Sim	Bolsas (não especifica quais)
Azekel	2020	Status de refúgio reconhecido	Não	Sim	Moradia, Bolsa de Auxílio para estudantes em Condição de Refúgio, e BAS.

Fonte: informações mencionadas nas entrevistas.

Assim, esta seção se centrará primeiramente na forma em que o acesso à Unicamp se deu, buscando entender quais os atores centrais, as questões mais importantes e as dificuldades do processo, articulando com o contexto de cada indivíduo. Posteriormente, serão considerados os principais pontos em termos de adaptação, integração e vivências universitárias e inclusive a permanência na Unicamp. Neste tópico são abordadas as políticas de permanência das quais usufruem (ou não) os estudantes refugiados.

Destaca-se que muitas destas políticas da universidade não foram elaboradas exclusivamente para os estudantes refugiados, mas têm o intuito de garantir a permanência de estudantes que não tenham como se manter na universidade,⁶⁸ o que costumeiramente está associado à renda familiar, mas tal não é o único fator. Então, alunos refugiados são um dos possíveis grupos atendidos por estas políticas, mas o seu pertencimento a esta categoria não é fator condicionante à sua inclusão nestas - exemplo, um dos interlocutores que nunca acessou quaisquer destas políticas de permanência - o que demonstra que outros fatores em seu perfil são mais essenciais para a inclusão nestas do que o fato de serem refugiados.

Vale-se mencionar que existem sim políticas e práticas direcionadas especificamente aos estudantes refugiados, como a Bolsa Auxílio Permanência ao Estudante em Condição de Refúgio da Unicamp⁶⁹, a qual foi criada durante a pandemia, com o intuito de pontualmente auxiliar nesta situação de emergência. Além do mais, existiram atividades, como uma roda de conversa mencionada por alguns dos entrevistados, que parecem ter sido cruciais para o acolhimento e recepção na universidade, para além dos aspectos materiais, como renda e moradia. Infelizmente, não tive conhecimento de tais atividades antes das entrevistas, não tendo sido possível acompanhá-las.

1. Como se deu o acesso à universidade?

Como previamente mencionado, houve uma evolução no processo de ingresso para estudantes refugiados, não só na Unicamp mas em outras das universidades estaduais de São Paulo que tiveram sua documentação analisada. Na seleção dos interlocutores, buscou-se

⁶⁸ Algumas das principais bolsas e auxílios oferecidos pela Unicamp são: vaga na moradia estudantil; Bolsa Auxílio Moradia; Bolsa Auxílio Social (BAS); Bolsa Auxílio Estudo e Formação (BAEF); e Bolsa Alimentação e Transporte (BAT). Todas estas apresentam como critério o índice socioeconômico, variando este para cada uma destas. Ressalta-se que em algumas (BAS e BAEF) é previsto algumas horas de trabalho por mês (60 e 80 horas, respectivamente), em algum instituto, núcleo ou biblioteca da Unicamp, ou ainda no projeto de algum professor. Estas são as oportunidades pelos discentes como um todo. Mais informações em: https://www.sae.unicamp.br/saewiki/index.php/Resumo_das_Bolsas_Dispon%C3%ADveis

⁶⁹ Mais informações em: <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2020/04/06/unicamp-oferecera-bolsa-auxilio-permanencia-estudante-refugiado>

abrançar a variabilidade no perfil do estudante refugiado da Unicamp, especificamente, ainda que não se busque exaurir as possibilidades. O período e forma de ingresso é um recorte que não foi inicialmente planejado, mas que é refletido nas entrevistas pelos diferentes momentos em que estes passaram pela candidatura. Então, suas histórias também contam do processo de adaptação da própria Unicamp, com o desenvolvimento das estruturas da universidade e capacitação dos funcionários. Como relata **Jamal**:

Assim que chegamos a Campinas já fomos à Unicamp, entender como funcionava o processo de ingresso, mesmo sem falar português. Aí pra eles era uma novidade, sabe? Em 2014 não existiam muitas pessoas que, refugiados da Síria, querendo fazer faculdade, continuar. Então o processo demorou, eu comecei lá em 2014 demorou... junho de 2014, demorou até o 2015, mais ou menos o primeiro semestre, fevereiro de 2015. (JAMAL, entrevista realizada 25/06/2021).

De fato, Jamal está entre os primeiros alunos refugiados a se candidatarem por este processo facilitado, o que torna visível a incipiência do processo, sem um protocolo ou procedimentos exatamente estabelecidos. Durante a conversa, lembra que não havia divulgado no site da DAC um edital específico para refugiados em sua época. O processo, então, era mais difícil, como coloca, porque não havia informações, ou qualquer estruturação que permitia aos próprios funcionários passar uma informação com certeza.

A gente só queria saber de inscrições, sem fazer aquele processo de vestibular, porque eu já tinha feito. E fomos atrás. Mais um amigo também que era advogado foi junto assim, porque era... acredito que agora tá bem mais fácil para as pessoas porque já tem pessoas. Mas para mim era bem difícil porque eu acho que eu fui o primeiro que entrou nesse ano, sabe? (...) Eu ia pro dac, pegava uma senha, conversava com alguém lá no dac, e me davam um número de protocolo. Diferente do número anterior. Aí eu ficava esperando. Procurava esse número lá no dac, não encontrava nada. Aí depois recebia mais um número de protocolo. Mas no final tudo deu certo, eles com certeza estavam... como eu falei, é uma coisa novidade para eles, mas conseguiram resolver. Parece que eles tinham um pouco de medo de confirmar para mim, você vai fazer um exame, ou você não vai conseguir entrar, ou você vai entrar sem exame, por isso ninguém respondia naquela época.

(...) Aí depois, eu fui lá, falei com o coordenador de curso. Eu não lembro muito bem o que aconteceu naquela época, mas estava bem difícil. E eu morava no centro de Campinas naquela época e a gente ia e voltava sem muitas informações novas, sabe? Aí só em fevereiro de 2015, no ano seguinte, que recebi um email que precisava aparecer para fazer um exame de transferência de faculdade do exterior para

cá, alguma coisa assim. Eu fui fazer esse curso, sobre algumas matérias que não são de vestibular. (JAMAL, entrevista realizada 25/06/2021).

No entanto, coloca que a DAC tentava ajudar, e ressalta a conexão feita com o coordenador de curso da engenharia, com quem foi conversar em meio a este processo. Em particular, Jamal destaca questionamentos quanto à necessidade de realizar provas, especialmente o vestibular. Ele deixava claro que já tinha feito o vestibular na Síria e iniciado o curso lá, mas não terminado - *“Aí precisou mandar todos os documentos, de que eu concluí, de que eu tinha feito o exame de... como chama? Vestibular.”* Como coloca na entrevista, gostaria de saber como poderia ingressar na Unicamp sem ter que fazer o nosso exame de ingresso. Por isso, decidiram que ele faria o exame de transferência, como se estivesse vindo de outra universidade brasileira.

Aí depois tenho que fazer o exame de transferência que tem física, matemática, exame de português, sabe? Que mostra que eu realmente sou aluno, sabe? Só que era difícil tipo... o que prova que era difícil que em fevereiro não consegui entrar, não consegui passar nesse exame. Aí teve que fazer esse exame no segundo semestre de 2015. Aí consegui. (JAMAL, entrevista realizada 25/06/2021).

As dificuldades com a prova, ainda que um exame de transferência, e não um vestibular, evidenciam uma outra questão levantada pela bibliografia que são os desafios colocados por provas como estas para os estudantes refugiados. Em primeiro lugar, destaca-se que o exame é realizado na qual o estudante não é necessariamente fluente, o que aumenta a complexidade para compreensão. Em segundo lugar, o conteúdo cobrado por cada disciplina costuma variar, podendo ser apresentado de forma diferente àquela ensinada em um outro sistema educacional. O próprio Jamal traz a questão dos diferentes modos de ensino em um outro momento da entrevista que será desenvolvido mais a frente.

Nem todos os refugiados que ingressaram por este processo fizeram este exame de transferência, relata o próprio entrevistado, por saber que algumas pessoas entraram em outros cursos da Unicamp e não tiveram que fazê-lo; por exemplo um amigo da engenharia elétrica que apenas mostrou as notas do primeiro semestre para demonstrar que já havia ingresso e iniciado um curso universitário. Realmente, a Unicamp estabeleceu posteriormente um protocolo oficial que não exige quaisquer provas dos estudantes candidatos, nem determina que aguardem uma data específica, o que demonstra uma compreensão de que tais métodos avaliativos não eram os mais adequados.

Shomari ingressou na Unicamp no ano de 2017, muito por influência da Educafro - uma organização que luta pela inclusão de negros nas universidades brasileiras.⁷⁰ Foi através desta que ficou sabendo e encontrou apoio e orientação para fazer o processo de candidatura na Unicamp. Aqui o refúgio se encontrou com a demanda por democratização e cotas étnico-raciais para pessoas negras na universidade, o que demonstra como pertencimento racial também se articula, neste caso de forma positiva. Isto evidencia mais uma vez as limitações de se retratar os refugiados como uma entidade única; ou seja, os pertencimentos nacionais, de raça, de gênero importam e refletem nas experiências vividas.

Eu estava com todos os meus documentos escolares, desde o Ensino Médio, em papéis. Eu tava com protocolo, eu tava com o passaporte. Eu trouxe tudo isso para a Unicamp. (...) Você tem que escolher três cursos que você vai querer. Eu coloquei Relações Internacionais, coloquei Economia, Ciências Sociais e Política. Para mim foi isso. Acho que o destaque da parte de documentação era documento escolar mesmo, passaporte, porque tem que conferir, e protocolo. (SHOMARI, entrevista realizada em 16/07/2021).

Ingressou apenas com o protocolo de solicitação de refúgio, e até a data da entrevista não tinha obtido resposta sobre sua solicitação de refúgio. Conta que depois tentou ajudar os outros, mas não tinha como porque naquele período na Unicamp não aceitava apenas o protocolo, mas exigia o status concedido - prática que em 2022 foi desmantelada com a flexibilização das condições jurídicas enquadradas pela política de acesso, como vimos no capítulo I.

Por outro lado, se Shomari não teve problema com a documentação solicitada pela Unicamp, isto não garantiu que o processo fosse necessariamente rápido. Ele me conta com certa angústia que cotidianamente insistia em saber como estava o seu processo de candidatura, e indica que foi algo demorado, apesar de não precisar quanto tempo tudo levou.

Acho que naquele momento eu não tinha mais esperanças. Não tinha mais. Eu ia para a Unicamp, ligava perguntava quase todo dia, quase toda semana, enchia o saco da Unicamp. Eu acho que é por isso que eles também viram que esta pessoa está querendo realmente. Vamos dar uma oportunidade para ela. (SHOMARI, entrevista realizada em 16/07/2021).

⁷⁰ Fonte: <https://educafro.org.br/site/quem-somos/>. Acesso em 22/01/2023

Diversas vezes ao longo da entrevista Shomari trouxe este padrão em sua história, de precisar ir atrás, correr atrás da informação, fazer as perguntas. Quando pontuei esta característica, ele a colocou como algo comum ao refugiado. Diferentemente da experiência de outros alunos, Shomari conta que não teve muitas informações da DAC ou da própria Unicamp antes de ingressar. Somente depois, com ajuda de colegas e de um conhecido que já estudava na Unicamp descobriu que existia o SAE, e conseguiu apoio para permanência, como será explorado em outra seção do texto.

Yanara, que iniciou os seus estudos na Unicamp em 2019, também conta que ficou sabendo da universidade pela Cáritas. Quando chegou ao Brasil, não imaginava que poderia entrar novamente na universidade *“porque em Cuba é outro sistema de ensino, se você é mais velho, 20 anos, você não entra na universidade.”* (YANARA, entrevista em 23/07/2021). Então, quando a Cáritas divulgou o processo seletivo que é sempre aberto, ela conta que leu o edital, mas não sabia até aquele momento do que era um edital.

Uma das condições (naquele momento) era não ter terminado o Ensino Médio no Brasil, condição que foi revogada em 2022. Yanara descreve, como quem fala de um desses percalços no caminho que depois a gente agradece (uma espécie de porta que se fecha enquanto outra se abre), que ainda bem não havia terminado o ENCCEJA, caso contrário não poderia se inscrever. Havia começado para aprender mais o português, mas parou ainda no primeiro ano. Ao invés disso, fez o Enem em 2016, mas não recebeu o certificado de conclusão do Ensino Médio porque não tinha pedido no ato da inscrição. Mesmo assim, conta que a nota na casa dos 700 lhe dava esperanças, e já ficou achando que talvez conseguisse utilizá-lo para ingressar em alguma universidade. Tinha uma amiga que fazia doutorado na UFSC, então ir para uma federal era um plano que a agradava.

Todavia, quando ficou sabendo do processo de ingresso da Unicamp decidiu tentar. Chamou a atenção o fato de não exigirem provas, apesar de ter uma nota boa no ENEM, pois sabe das dificuldades que é fazer uma prova em um idioma que não se é fluente, em geral sem tempo ou oportunidade suficiente para estudar. *“Mas que as pessoas saibam que um vestibular da Unicamp é uma utopia para a gente (refugiados). (...) Nem todo mundo tem o tempo, tem a possibilidade.”* (YANARA, entrevista em 23/07/2021). Destaca especialmente a segunda fase do vestibular da Unicamp, por exemplo, que tem questões abertas, o que proporciona aos candidatos descontos de nota por erros gramaticais.

Mas no geral faz a avaliação de que estudar para e fazer o ENEM lhe foi importante para desenvolver o português. Além do mais, durante o processo de candidatura à Unicamp

fez uma conversa com professor da área que gostaria de estudar, e, ainda que o ENEM não fosse um critério para a aprovação de sua candidatura, ela utilizou sua nota na entrevista para demonstrar ao professor seus conhecimentos em matemática - e ele concordou que ela até que estava bem na área.

Relativo às experiências de outros interlocutores, o seu processo até que ocorreu rapidamente, pois era outubro e lhe deram o parecer até dezembro. Yanara fala que o seu ingresso na Unicamp foi um divisor de águas na sua trajetória, mesmo porque *“em Cuba era aquela pessoa que não estuda mas ia bem na escola”* (YANARA, entrevista em 23/07/2021); e além disso, já no Brasil estava acostumada a trabalhar, e o emprego era diurno. Fora a mudança na rotina em relação ao trabalho, Yanara também já tinha o filho, o que implica em outras considerações para a sua adaptação e inserção no ambiente universitário, a ser explorado mais a frente. Ressalta que Vera Lúcia Rodrigues da Silva, uma funcionária da DAC, a ajudou muito neste processo, pois é *“aquela pessoa que sem nada em troca, mesmo não sendo parte do seu serviço ela vai e ajuda você. Ela indicou tudo que eu tinha que fazer”*. (YANARA, entrevista em 23/07/2021).

Ainda, Yanara se dá conta, depois de se tornar aluna e frequentar o ambiente da universidade, que a Unicamp tem um histórico na recepção de imigrantes e refugiados. *“Depois que entrei na Unicamp fiquei sabendo que este processo [de ingresso para refugiados] não é novo, é dos anos 1990, só que não é divulgado.”* (YANARA, entrevista em 23/07/2021). Ressalta, inclusive, que o Reitor no período da entrevista, Marcelo Knobel, tem também origens estrangeiras.

Quando **Azekel** veio para São Paulo, o acesso para estudantes refugiados em algumas das principais universidades públicas do estado já estava mais robusto e desenvolvido. Azekel já estava há um tempo no Brasil, no Rio de Janeiro, e havia tido sua trajetória marcada por cursos e ensinamentos técnicos. Quando chegou em São Paulo, trouxe uma carta da Cáritas-RJ para que se apresentasse na Cáritas-SP. O advogado que a recebeu perguntou se não queria continuar estudando, constatando o gosto pelo estudo no perfil de Azekel. Deste modo, Azekel ficou sabendo de três possibilidades para cursar a sonhada Engenharia Civil aqui no estado de São Paulo.

O advogado que estava pegando meus dados, ele viu o meu perfil. Ai ele falou:

- *Você não quer estudar? Continuar estudando?*
- *Isso que é meu sonho!*
- *A gente tem vaga. O que você quer fazer?*
- *Eu quero fazer Engenharia Civil.*

- *A gente tem vaga de Engenharia Civil, mas a gente tem três universidades. Eu vou te mandar o link deles aí você escolhe. Aí você retorna aqui, que eu vou te pôr em contato com eles, com o que você escolheu.*

Aí eu fui em casa, ele mandou o link, aí eu vi. Eu escolhi a Unicamp.
(AZEKEL, entrevista em 14/07/2021).

Azekel não lembra muito quais eram as outras opções, mas tinha uma em São Carlos (provavelmente a UFSCAR) e a outra acha que estava fora de São Paulo. Quando perguntado sobre a razão de sua escolha, conta que pesquisou e o prestígio da universidade teve um peso impactante.

Como não tinha USP, só tinha Unicamp, é o sonho. O melhor. (...) Eu pesquisei, pesquisei, fui no ranking da América Latina, vi que estava entre os primeiros, segundo lugar das melhores universidades. Aí eu escolhi.” (AZEKEL, entrevista em 14/07/2021).

Além de um papel fundamental na divulgação da oportunidade, a Cáritas foi importante em colocar Azekel em contato com a DAC, a qual seria fundamental para assessorá-lo na candidatura. Por mais que haja esforços para que o processo seja o mais fácil e menos burocrático possível, existem alguns poucos procedimentos, em geral relacionados à documentação, que podem ser desafiadores se não se tem a informação devida. Azekel e este começou a conversar especificamente com a funcionária Vera Lúcia da DAC, a qual é descrita de maneira muito carinhosa como uma pessoa importante que o orientou em várias etapas do processo. Nesse momento inicial, Vera foi fundamental para orientá-lo sobre a documentação a ser mandada para a candidatura.

Ele (o advogado da Cáritas) me colocou em contato com a DAC. Aí eu comecei a conversar com a Vera da DAC. Ela me orientou em termos da documentação que eu podia mandar na Unicamp. Um deles era para fazer equivalência de diploma de Ensino Médio, de Angola para cá. Eu não sabia onde era para fazer, aí me orientou. Fui à Secretaria de Educação e eu mandei. (AZEKEL, entrevista em 14/07/2021).

Ainda relata que precisou pegar um outro documento na Secretaria de Justiça, mas que obteve o telefone e o e-mail e por fim conseguiu encaminhar o documento à Unicamp. Todo este processo levou quase um ano e meio, até de fato ter uma resposta à sua candidatura, e conseguir iniciar suas aulas em março de 2020. “*Até o dia em que recebi notícia que eu fui aprovado para entrar na Unicamp. Eu estava feliz da vida!*”

2. Questões de vivência e permanência na universidade

Para além do ingresso na universidade, da conquista de um sonho, interessa a esta pesquisa os desafios e destaques desta vivência. Deste modo, os interlocutores compartilharam um pouco das suas histórias a respeito da Unicamp. Descrevem a chegada a este novo espaço, muitas vezes envolvendo uma mudança de cidade, a adaptação ao ambiente acadêmico, a relação com os colegas. Pensar permanência neste sentido vai muito além das condições materiais para se manter no espaço universitário, e compreende outras dinâmicas das relações entre alunos, professores e com o futuro a ser traçado.

As trajetórias refletem diferentes momentos de entrada na Unicamp; contudo, todos os entrevistados eram alunos da Unicamp em 2020, um ano marcado fortemente pela pandemia da Covid-19 e o consequente distanciamento social. Porém, isto não impediu que se encontrassem de alguma forma. Neste cenário, as políticas de permanência da Unicamp se tornam ainda mais imprescindíveis, e algumas medidas são adotadas, como a já mencionada Bolsa Auxílio Permanência ao Estudante em Condição de Refúgio da Unicamp, mas não se limitam a auxílios materiais. A roda de conversa entre os estudantes refugiados se torna um ponto de contato em meio ao distanciamento social, colocada por mais de um aluno entrevistado, e inclusive por um estudante que participou de evento da cátedra em 2020 e relatou estar sozinho em isolamento.

Portanto as histórias aqui contadas (dispostas de acordo com o ano de ingresso de cada um) exploram um pouco das vivências desta comunidade universitária. Isto é, incluem, para além da interação com as políticas de permanência, a relação com os colegas e professores; a participação em festas, eventos acadêmicos, esportes e atléticas; a adaptação ao modo de ensino e ao ambiente.

Jamal ingressou de fato na Unicamp no segundo semestre de 2015, quando começou algumas disciplinas, mas sem de fato poder cursar todas que são recomendadas naquele semestre, dado que não havia feito as obrigatórias do primeiro termo e que ainda tinha dificuldades com o português.

*Até as matérias que eu fiz em 2015, o semestre da engenharia elétrica tem mais ou menos seis ou sete matérias, eu fiz só duas. Uma é obrigatória, outra não é, que é **Português II para estrangeiro**. Eu fiz **desenho técnico, por causa do português**. Aí, em 2016, eu fiz as primeiras matérias de quem entra, ou seja eu fiz com a turma de 2016 mesmo, por isso ajudou mais. As pessoas são bem legais. (JAMAL, entrevista realizada 25/06/2021).*

Jamal ingressou na Engenharia Elétrica da Unicamp na metade do ano letivo, o que na prática significa que não participou de processos importantes de integração com quem ingressou no início do ano. Para além da falta das disciplinas iniciais, ele teve dificuldades em formar vínculos com a turma de 2015, o que parece estar relacionado ao fato que não participou dos eventos em que os calouros conhecem a universidade e formam laços entre si. Por outro lado, Jamal relata que o início do período letivo em 2016 permitiu que ele participasse de tais rituais e fizesse amigos entre os ingressantes de 2016.

Foi um amigo em específico quem identificou o desânimo de Jamal, e por isso o levou para uma das festas realizadas na recepção dos ingressantes, evento o qual se mostrou um ponto de inflexão na vivência de Jamal na Unicamp, já que foi quando ele constituiu os seus vínculos de amizade mais significativos.

*Foi na verdade um amigo que me levou para este lugar, um amigo que me deu aulas na física quando eu estava me preparando para fazer o exame (de transferência, para se matricular na Unicamp). **Ele viu que eu não estava gostando mesmo porque eu não tinha muitos amigos, não conhecia pessoas da minha sala. Aí ele me levou nesse de 2016, na recepção. Foi bem legal. (...) Fui lá na festa dessas pessoas, na primeira festa dos anos dos bixos da elétrica. Meus amigos todos são 016, eu sou 015, só que meus amigos todos são 016. Minha sala, eu chamo todos de 016. Eu converso muito com eles, muito amigos. A gente vai às vezes na academia juntos, vamos jogar... jogamos bola juntos, sabe?** (JAMAL, entrevista realizada 25/06/2021).*

Assim, o amigo mencionado foi essencial, pois teve sensibilidade e uma percepção sagaz sobre a experiência de Jamal na faculdade. As redes de apoio ao longo das trajetórias de deslocamento e inserção se configuram como facilitadores e alavancas importantes para determinados processos. Isto é, se o amigo não tivesse convencido Jamal a ir à festa, talvez ele não tivesse se enturmado e feito amigos do seu curso com tanta facilidade, ou tivesse demorado mais. Então, o amigo que dava aulas de física foi um suporte, um conhecido que sabia meios para ajudar Jamal a se enturmar mais e aproveitar o ambiente universitário.

Tal amigo foi um contato que sabia “as regras do jogo”, para retomar Morrice (2009; 2013), a qual diz que muitas das dificuldades dos refugiados ao navegar um novo país são porque desconhecem “as regras do jogo”, as práticas e o funcionamento daquele sistema de ensino. Logo, é essencial que haja algum meio de introdução tanto às instâncias e instituições que formam aquele espaço, quanto aos hábitos e convenções sociais dos indivíduos que lá circulam. Quando ingressou na Engenharia Elétrica, alguns alunos veteranos mostraram para

Jamal o espaço da faculdade em si, mas permaneceram aspectos quanto a estruturas de suporte e possibilidades de vivência na Unicamp sobre os quais ele só foi se inteirar ao longo dos anos.

*Eu acho que eu... uma dificuldade muito enorme que aconteceu comigo foi que eu entrei no segundo semestre de 2015. Porque na época de 2016 tinha um grupo de alunos que são mais velhos, 2014, 2013, que levavam os alunos para mostrar toda a faculdade, explicavam toda a coisa. Para mim, quando eu entrei eu conhecia só uma menina e um menino, aí eles me levaram para todos os lugares da elétrica, explicando: aqui tem laboratório de ondas, outro tem laboratório de... sabe? **Aí eu não sabia o que que o SAE fazia, onde tava o CB, eu não sabia onde é as outras faculdades, sabe?** Mas acho que isso foi bem problema para mim, entrar em 2015 no segundo semestre. (JAMAL, entrevista realizada 25/06/2021).*

As atividades de recepção de calouros são importantes para apresentar aos novos alunos a Unicamp, sejam estes estudantes nativos do Brasil ou de outras nacionalidades. Além disso, há o incentivo a uma integração entre os diferentes alunos, pela sequência de eventos, entre palestras, brincadeiras, apresentações culturais e práticas esportivas. Tais ações são significativas na medida em que moldam a experiência universitária, influem no sentimento de pertencimento a este espaço.

*Também ninguém chegou a falar isso para mim, eu descobri só dois, três anos atrás que **existe um time de futebol, LEU, é LEU que chama? L-E-U, acho que Liga das Engenharias, ou Liga das Engenharias da Unicamp.** Eu também sempre gostei de jogar futebol, basquete, desde criança, mas ninguém falava para mim que existe. **Ou na verdade, talvez as pessoas falavam, mas eu não entendia. Também pode ser isso, sabe em 2015. Mas eu me arrependi de não entrar desde que eu cheguei na Unicamp.** Agora dá para entrar, mas também quando eu quis entrar, um ano atrás, começou a pandemia, ficamos em casa. Aí ficava difícil. (JAMAL, entrevista realizada 25/06/2021).*

Evidencia-se, assim, a prática esportiva como fator de integração. Jamal não foi o único a mencionar o futebol como uma das suas principais atividades extra-acadêmicas na Unicamp (quando questionei se já havia frequentado assembleias estudantis, centros acadêmicos ou atléticas). Shomari também menciona em sua entrevista a participação na LHU, uma outra liga esportiva da Unicamp, o que reforça a importância do esporte na vivência universitária.

Quando eu cheguei a gente tava fazendo quase tudo, trabalho da faculdade, trabalho em grupo. E as pessoas estavam ali. Aí eu falei um dia no grupo, a gente criou um grupo para falar só de futebol, no facebook, falar sobre futebol feminino, para falar sobre questão racial no futebol. Aí que surgiu a ideia de perguntar se tinha um time de futebol para a gente se envolver, entrar. Antes disso tinha o pequeno campeonato, lá atrás no IFCH. Aí me chamaram para jogar, gostaram de mim “por que você não joga em algum time?” Aí eu fui perguntar da LHU. Aí depois eu entrei, fui perguntar pro pessoal do time que indicaram, comecei a jogar, acho que uns três campeonatos. E até hoje a gente é muito parceiro. A gente conversa, a gente tem grupo. Só por causa da pandemia que paramos um pouco. (SHOMARI, entrevista em 16/07/2021).

A intersecção entre o refúgio e a prática esportiva tem a sua importância como um lugar em que a saúde é pensada, tanto em termos físicos quanto mentais, para lidar com traumas que possam ter sido vivenciados na trajetória de refúgio (DOIDGE; KEECH; SANDRI, 2020). Em sua dissertação, Souza (2022) traz trechos de entrevistas nas quais um dos interlocutores relata ter se sentido mais depressivo, quando impossibilitado de jogar futebol; e outro que coloca este esporte como a sua terapia.

Porém, o futebol também pode ser pensado como um espaço de socialização, de integração e negociação de Capital Cultural, entre o contexto em que se vive e o qual (quais) o refugiado estava previamente inserido. Isto é, há noções da cultura dominante que estruturam a prática esportiva, tal qual como o lugar que se atribui também varia de acordo com cada contexto (DOIDGE; KEECH; SANDRI, 2020). Então, há uma relação dialógica na qual o refugiado produz novas formas de capital cultural que são valorizadas em seu novo contexto, ao mesmo tempo em que fortalece e reafirma a sua própria identidade, o capital cultural que desenvolveu ao longo de seu deslocamento, mantendo aspectos de sua herança cultural. (SMITH; SPAAIJ; MCDONALD, 2019).

Portanto, o futebol (e o esporte, por conseguinte) pode ser pensado como um instrumento de integração, no qual se estabelecem vínculos e as chamadas “pontes sociais” (SOUZA, 2022). O futebol é uma linguagem universal concepção adotada na organização pela CSVM-Unicamp, em parceria com a Faculdade de Educação Física (FEF), de um campeonato, o “Diversidade em Campo e no Campus”⁷¹, em 2019. Além do Clube dos Haitianos participou também os Acadêmicos Indígenas, visando a integração pelo esporte.

⁷¹ “Indígenas e Haitianos celebram a diversidade em campo na Unicamp”. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2019/09/03/indigenas-e-haitianos-celebram-diversidade-em-campo-na-unicamp> Acesso em: 18/06/2023.

São oportunidades de extensão do conhecimento cultural, em uma via de mão-dupla, tanto para refugiados aprenderem sobre o Brasil, quanto para brasileiros descobrirem outras práticas culturais. O fomento destas relações faz um intercâmbio cultural, semeia amizades e vínculos e leva ao aprendizado do português.⁷² Isto deve ser pensado no contexto brasileiro⁷³, em que a cultura do futebol perpassa práticas cotidianas da maior parte da população - o churrasco para ver o jogo, a “pelada” com os amigos, ir ao estádio.

*Quando eu entrei também comecei a integrar muito mais na comunidade universitária, a gente saía com os amigos e a gente conversava. Aí eu comecei a ficar muito mais atento no que eu precisava fazer, porque dependia de mim. **Esse engajamento justamente veio desse jeito. Aí eu comecei a entender as atividades na faculdade, como funcionava.** (SHOMARI, entrevista em 16/07/2021).*

Percebe-se pela fala de Shomari que o futebol foi para ele muito mais do que uma simples atividade física, mas um meio pelo qual entendeu melhor a universidade e seu funcionamento. Além do mais, Jamal menciona que frequentemente joga futebol com os amigos, em especial da turma 2016, com quem mais se enturmou, apesar de ter ingressado no segundo semestre de 2015. Ele lembra que nesta fase não falava muito português, o que talvez tenha impactado na sua compreensão das informações; no entanto, apesar de nem sempre ser compreendido, laços de amizade se estabeleceram, o que ressalta ainda mais o papel do esporte e a quebra de barreiras que este estabelece.

*Aí todos falam que quando me conheceram em 2016, **ninguém me entendia naquele momento, mas todo mundo falava “ohhh tá certo.” Mas ninguém me entendia....** (JAMAL, entrevista realizada 25/06/2021).*

Apesar de não entenderem completamente o português de Jamal, os seus colegas conversavam com ele e o acolheram, de tal modo que uma relação de amizade se estabeleceu. Isto demonstra que as barreiras linguísticas são transponíveis, ainda que sejam empecilhos, e que é possível o acolhimento e a inclusão do refugiado nas práticas cotidianas, embora não se compreendam todas as palavras ditas.

⁷² Ainda que não se relacionem diretamente às falas dos interlocutores, é importante mencionar que Souza (2022) coloca em sua dissertação algumas dificuldades que refugiados enfrentam na prática esportiva. Primeiramente, as logísticas em muitos casos não facilitam a sua participação, devido à falta de estruturas ou horário das práticas. Em segundo lugar, o racismo no futebol é uma questão que aparece em diversos relatos, referindo-se inclusive à forma de jogo, a variadas técnicas, e aptidões físicas, como a rapidez.

⁷³ Outra dimensão que deve ser considerada é a divisão de gênero nas práticas futebolísticas no Brasil, ainda que tenha havido avanços nos últimos anos. A maioria dos espaços de prática do esporte, como clubes, quadras locais e grupos de amigos que se encontram para jogar, são marcados pelo sexo masculino como praticante do esporte.

Não obstante, as dificuldades com o português ainda impactaram a vivência de Jamal na sala de aula. Ele afirma que ainda tem algumas dificuldades com o português, apesar da melhora e da perceptível desenvoltura com que fala durante a entrevista, feita totalmente em português.

Agora tá mais tranquilo o português, mas mesmo assim continua tendo dificuldade. Uma dificuldade assim, é isso que eu falei para você, mesmo depois de 5 anos na universidade, ainda não adaptei muito o jeito como estuda, como estudar para essa matéria. Acho que é isso que tem mais dificuldade, diferenças entre o que eu estudei 18 anos no meu país e o que eu estou estudando aqui. Igual eu falei dos exercícios, professor mostrava, aqui não mostra muito. Tem que resolver sozinho, assistir vídeo para resolver. Isso tem um pouco de dificuldade. (JAMAL, entrevista realizada 25/06/2021).

Se o entendimento do idioma melhorou, facilitando o acompanhamento das aulas, Jamal menciona a adaptação ao estilo de ensino na engenharia da Unicamp, diferente do que estava acostumado na Síria, onde completou todo o ensino básico e fez um semestre de faculdade. Então, se tratando da compreensão das disciplinas, a dificuldade com o português aparece associada ao estranhamento de diferentes sistemas de ensino.

Até agora é a dificuldade que eu tenho nas aulas. Lá é um pouco diferente, eu lembro que na Síria o professor passava a matéria (inaudível) de uma parte de circuito, ele dava bastante exemplos e embaixo resolvia exercícios que são difíceis. Aqui não, o professor por exemplo dá uma matéria eletrônica e resolvia um exercício que é bem fácil, a gente tem que ir lá em casa e resolver o difícil. Se não conseguirmos, voltar e conversar com ele. Mas ninguém conversa com o professor, tipo normalmente ninguém vai falar; “ah professor não consegui...” Pelo menos eu não vou falar, tenho vergonha, sou tímido de ir falar; “ah professor não consegui fazer esse exercício.” (...) Mas a diferença é que lá o professor dá exercícios difíceis para a gente aprender na aula e fica bem fácil, sabe? Eu perguntei na hora que é bem mais fácil do que perguntar depois, na sala do professor. (JAMAL, entrevista realizada 25/06/2021).

Neste ponto, questionei Jamal quanto ao oferecimento de monitorias - isto é, o oferecimento de horários específicos em que o professor ou um aluno da pós-graduação fica disponível para tirar dúvidas e auxiliar em quaisquer outras questões da aula. Esta é uma prática comum na Unicamp, se não em outras universidades, e poderia atender a demandas quanto à lista de exercícios mencionada por Jamal. Contudo, ele relata que não comparecia a estas, justamente porque o horário em que aconteciam não era necessariamente condizente com momentos em que estaria pela Unicamp.

No presencial, não era muito legal, não gostava muito, porque ... monitoria tem que ir em um horário que não era o que eu estava lá na faculdade, então tem que ir para a faculdade para assistir, então eu não ia muito para as aulas de monitoria. Então era coisa minha, erro meu. (JAMAL, entrevista realizada 25/06/2021).

Até este momento a conversa com Jamal centrou-se nas suas vivências na Unicamp e práticas que o ajudaram a continuar frequentando a universidade, ou tornaram o seu cotidiano nesta mais fácil e prazeroso. Porém, eu também pergunto sobre as condições materiais de permanência, o que costuma ser um ponto de destaque para a maioria dos refugiados, que devem conciliar o estudo ao trabalho, ou abrir mão deste último e buscar outras estratégias de sobrevivência. Entretanto, para Jamal este não parece ser o caso.

*Então isto eu nunca pesquisei, nunca fui atrás, não sei porque. Mas nunca tive (bolsa ou auxílio). Eu acredito que existem algumas bolsas auxiliares, bolsas de coisas assim, mas não fui atrás. **Porque como, graças a Deus, meus pais estão trabalhando, eu também tô trabalhando, ajudando eles, nunca precisei, sabe?** (JAMAL, entrevista realizada 25/06/2021).*

Isto remete à condição socioeconômica familiar de Jamal. Ele chegou ao Brasil com os pais e irmãs, que tinham a proposta de abrir um restaurante de comida árabe - o qual mantém aberto até hoje em um bairro nobre de Campinas. Ainda que não tenham dado continuidade às carreiras de formação, os pais eram formados no ensino terciário, a mãe em economia e o pai em engenharia, assim como as irmãs médicas. Na Síria, tinham uma empresa de elevadores, e por morarem e conseguirem estabelecer um negócio no Cambuí, bairro de classe alta, supõe-se que tenham uma condição financeira diferenciada do que se imagina no estereótipo de um refugiado. Então, Jamal nunca procurou saber sobre as bolsas e a política de permanência da Unicamp porque podia contar com a estrutura de recursos da família. Se ele trabalhava, era no restaurante, ajudando seus pais.

Ainda, ele reconhece que a sua experiência como refugiado Sírio não é a padrão, que ter vindo com a família é um diferencial que facilita a ele pensar no estudo e frequentar a Unicamp de modo geral.

*Agora, a maioria dos árabe que eu conheço que querem vir para o Brasil eles não querem nenhum estudo, eles só pensam em como viver, como achar um trabalho, desde que eles cheguem. Aprender a língua, o português. É isso que eles pensam, a maioria dos refugiados que eu conheço. Eu vim pensando em estudar e o que mais me ajudou também foi que eu vim com a minha família. **Minha família sempre me apoiou, nunca precisei de alguma coisa que não pegava, sabe?** Agora os*

outros, eu penso, se eu vir sozinho, vai ser bem difícil eu fazer faculdade. Muito difícil, porque sozinho não dá. (JAMAL, entrevista realizada 25/06/2021).

Todavia, mesmo entre os interlocutores entrevistados, a experiência de Jamal é a exceção. De uma forma ou de outra, todos os demais acionaram em algum momento as políticas de permanência da Unicamp. Especula-se aqui que isto passe pelas estruturas familiares que tinham aqui no Brasil. Isto é, Jamal é filho, veio ao Brasil com os pais que tinham como um projeto a educação dele. Shomari, Yanara e Azekel não têm aqui no Brasil a estrutura de apoio dos pais, mas já são eles mesmos responsáveis por seus filhos. A maternidade e a paternidade parecem ser um fator marcante em suas experiências de ensino e vivências na Unicamp, inclusive quanto a acessar as políticas de permanência oferecidas por esta.

A trajetória de **Shomari** na Unicamp apresenta muitas distinções em relação ao que Jamal compartilhou. Logo que ingressou, Shomari precisou da ajuda de um amigo para encontrar um lugar para ficar, enquanto esperava o resultado das solicitações de bolsas, auxílios e outras políticas de permanência. Em geral, a resposta quanto estes não é recebida antes do início do semestre, ainda que no início deste, de modo que é uma prática recorrente a organização da própria comunidade estudantil para ajudar os calouros. Então, o amigo de Shomari o recebeu em uma vaga temporária de moradia estudantil, enquanto esperava uma resposta definitiva.

*Quando eu cheguei eu tinha um amigo só que me recebeu. **Ele me ajudou a ficar na moradia até esperar o processo seletivo da moradia.** Depois disso eu comecei a me envolver. Eu tinha umas colegas que se eu precisava de ajuda eu pedia. Eu estava muito perdido no começo, e tanto é que aquele amigo meu fazia em Limeira, Engenharia Ambiental. A minha área, o meu curso não tinha nada a ver, ele só me ajudou a entrar e **eu mesmo comecei a correr atrás, porque eu sou assim, eu vou atrás.** Comecei a perguntar pros outros colegas, perguntar o que precisava para fazer aquilo.* (SHOMARI, entrevista realizada em 16/07/2021).

Assim, a partir da inserção na comunidade universitária, Shomari começou “a correr atrás”, a se informar e tentar entender “as regras daquele jogo” (MORRICE, 2009; 2013); isto é, as estruturas e práticas nas quais poderia se integrar ou usufruir.

Aí depois (de ter entrado na Unicamp) comecei a descobrir que tinha SAE, aí fui conversar com o SAE. A moça responsável me chamou para conversar, ver o que eu precisava. Sim, claro, tive suporte. A Unicamp tem sido uma mãe para mim, tem me ajudado muito, muito mesmo. (SHOMARI, entrevista realizada em 16/07/2021).

Se eventualmente Shomari conseguiu se integrar a este corpo de políticas de apoio à permanência, não foi de prontidão que teve acesso a todas. Ele não parece ter tido problemas para solicitar o acesso à moradia estudantil ou à Bolsa de Alimentação e Transporte (BAT), mas teve empecilhos para acessar a BAS, quando percebeu que os outros auxílios não seriam suficientes.

Tanto é que eu chorei muito, muito para poder receber isso. Falaram que era só para estudante brasileiro. Eu só estava recebendo auxílio transporte naquele momento, que acho que era 110 reais. Ai depois, como eu tinha filha, eu fui conversar com eles, porque não ia dar. (SHOMARI, entrevista realizada em 16/07/2021).

O principal motivador para a solicitação da BAS foi o nascimento da filha, em 2017, mesmo ano em que Shomari ingressou na Unicamp. No entanto, o acesso à BAS não se deu com tanta prontidão e sem empecilhos. A principal justificativa era que a bolsa se destinava somente a estudantes brasileiros, e questionavam sobre outros trabalhos. “*Então, trabalho que é problema. Eu tô mandando currículo.*” (SHOMARI, entrevista realizada em 16/07/2021). Vale lembrar que este era um período em que o ingresso de estudantes refugiados na Unicamp não era ainda uma prática tão regulamentada e estabelecida, como se tornou a partir de 2018. Pouco tempo depois, toda forma de auxílio à permanência oferecida pela Unicamp passa a abranger também os estudantes refugiados. Eventualmente, Shomari conseguiu receber a bolsa.

Até hoje, eu tô fazendo estágio, eu tô recebendo a bolsa. Quando chegar o contrato eu não sei se vai cortar ou não vai, mas sempre que eu pude fazer meu trabalho lá na faculdade para receber essa bolsa (bolsa BAS). (SHOMARI, entrevista realizada em 16/07/2021).

Todavia, tal situação fez com que Shomari ficasse cada vez mais preocupado com as suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho, de modo que fizesse ainda mais esforços reflexivos sobre o que poderia fazer. Isto levou a um movimento de capacitação, de desenvolvimento de habilidades que poderiam ajudá-lo se tratando de conseguir um emprego.

*Eu comecei a me capacitar, com outros skills, habilidades. Eu não sabia, não tinha ninguém para me falar “você tem que pensar no seu futuro, você tem que começar aqui e aqui”. “Talvez você não vai ter mais essa visão daqui dois anos, você tem que estar preparado”. “O mundo corporativo pede isso, pede essa habilidade.” **Ninguém chegou para me dar isso de bandeja. Eu mesmo comecei a correr atrás.** (SHOMARI, entrevista realizada em 16/07/2021).*

Tal preocupação remete a uma discussão feita no capítulo II, a partir da trajetória de Azekel, sobre as precariedades que cerceiam a inserção no mercado de trabalho. Azekel contava que, anteriormente ao seu ingresso na Unicamp, buscava sempre fazer diferentes cursos e formações, e trabalhava com o que conseguisse. Apesar de Shomari estar fazendo esta fala quando já está na universidade, há semelhanças nesta preocupação em se capacitar, porque o refugiado tende a conseguir emprego abaixo de suas qualificações.

Após dois anos se capacitando para o mundo corporativo, como Shomari coloca, em 2021 ele conseguiu um estágio, ainda que completamente fora de sua área de formação.

Eu agora estou em São Paulo, meu estágio está acontecendo aqui. Como está nesse sistema EAD, eu estou aproveitando e fazendo aqui no escritório. Eu estou fazendo estágio totalmente fora da minha área, em Vendas Internacionais, em uma empresa que se chama “Volkswagen Caminhões e Ônibus.” (SHOMARI, entrevista realizada em 16/07/2021).

Isto suscita mudanças na vida de Shomari. Ele entende que por ter um emprego, a sua relação com as políticas de permanência agora é outra, ainda que não saiba exatamente como vai ficar a questão da bolsa BAS.

*Eu vi que tinha bastante gente, pessoas que queriam ficar, mas se você já terminou, deixa espaço para o outro. Tanto é que é isso que eu estou fazendo. **Estou saindo de lá (da moradia) e estou procurando alguém que vai ficar lá, porque eu sei como é difícil pessoas veteranas deixarem os calouros**, eu vi isso. É uma das coisas que a gente acaba desenvolvendo, esse tipo de empatia. (SHOMARI, entrevista realizada em 16/07/2021).*

Em relação a outras vivências e aspectos do cotidiano da Unicamp, ele me conta sobre um projeto que estava desenvolvendo em conjunto com a professora de linguística Ana Cecília Cossi Bizon. Tal projeto parece ser muito importante para Shomari, principalmente porque ele o descreveu como parte de sua apresentação, sobre quem era e o que fazia. Por tal projeto ser voltado para migrantes e refugiados, há um diálogo com as experiências de Shomari; além do mais se considerarmos a valorização do seu conhecimento linguístico, que é aplicado nas traduções que ele faz.

Estou trabalhando também em um projeto, uma bolsa, com a professora Ana Cecília Cossi Bizon de linguística. De inserção de refugiados, migrantes, dentro da comunidade universitária. Eu trabalho como tradutor em três idiomas – ngala, francês e suaíli. A gente a ajuda também, a gente acaba de publicar um livro ano passado (2020), com toda essa loucura de pandemia. (SHOMARI, entrevista realizada em 16/07/2021).

Também perguntei a Shomari sobre a sua participação em assembleias estudantis na Unicamp, sejam estas vinculadas ao DCE (Diretório Central dos Estudantes) ou outros Centros Acadêmicos.

Já participei várias vezes em assembleia, quando tinha debate para discutir algum debate de cota racial, de votação de discente, mas eu não fui membro destes centros. (SHOMARI, entrevista realizada em 16/07/2021).

Era importante entender se ele se sente representado por estas instâncias do movimento estudantil; se sente que este é um espaço em que pode livremente dar a sua opinião, colocações para as quais ele diz que sim.

*Porque muitas questões são abordadas, **questão de inserção de estudante negro, pobre, principalmente que a gente precisa.** Porque a gente precisa a questão de ocupar espaços, esse espaço que estava em debate assim, para ver como esses estudantes que se sentem excluídos podem ocupar esses espaços públicos. Eu diria que eu me sinto representado sim.*

Talvez este ponto traga uma relação com a sua vivência no EDUCAFRO, uma organização que o ajudou a ingressar na Unicamp, e como ele mesmo diz, lhe conferiu um engajamento, de tal forma que já chegou na Unicamp com estas percepções. Há aqui uma intersecção de pertencimentos - Shomari é refugiado, mas é também negro, e o seu desejo de ingressar em uma universidade encontrou-se com a luta de estudantes negros para acessar este espaço. Deste modo, infere-se como a experiência (incluindo o ambiente da universidade) é marcada pela intersecção de diferentes fatores, diferentes instâncias em que a identidade é articulada (refugiado, negro, pai).

Quando ingressou na Unicamp de Limeira, **Yanara** e sua família precisaram fazer algumas escolhas. Enquanto ela considerava se mudar de Piracicaba para Limeira, por volta deste período, o marido dela, engenheiro mecânico, conseguiu um emprego melhor em Jundiaí. Em determinado momento, ele foi também aprovado em um programa de mestrado, mas não pôde se matricular porque o emprego era a prioridade, e mesmo que o chefe fosse “bom”, como diz Yanara, não é tão simples assim liberá-lo dois dias por semana para estudar. Então, para conciliar os seus afazeres e projetos, a família se viu frente a uma decisão que separaria seus locais de moradia. Yanara e o filho acabam por se mudar para Limeira, onde moravam nos dias úteis, dividindo um apartamento com uma amiga, e aos fins de semana se deslocavam para Jundiaí.

Em termos de vivência, Yanara considera que Limeira é muito similar a Piracicaba, uma cidade que define como preconceituosa, na qual se sentia muito mal. Em relação à Unicamp em si, diz se sentir acolhida, que os professores sempre trataram com respeito, mas não fez muitos amigos. Foram apenas uns três, mais velhos, com vinte e poucos anos, da escola técnica, entre eles um estudante refugiado que havia ingressado dois anos antes, e que por trabalhar no SAE a ajudou a passar por todos os processos burocráticos. Nem Yanara nem este colega também refugiado falavam abertamente que tinham entrado na Unicamp por um processo específico para refugiados, preferiam se preservar. Shomari também diz algo neste sentido, quando coloca que

Nunca deixei isso claro, nunca deixei as pessoas saberem disso (que é refugiado), porque eu sei que isso.... já existem questões raciais, que as pessoas se sentem discriminadas, e eu para proteger minha identidade nunca falei para ninguém. Para eu comentar mesmo, eu vou ter que confiar muito na pessoa. (SHOMARI, entrevista em 16/07/2021).

Há uma certa aproximação destas colocações com as experiências dos alunos ingressantes por cotas étnico-raciais na Unicamp. Assim como “refugiado”, a categoria “cotista” é carregada de estereótipos e suposições, as quais os próprios indivíduos que se identificam com estas categorias temem. Em um estudo com alunos da medicina negros, Rosa e Facchini (2022) evidenciam uma certa oposição entre cotas e o mérito acadêmico, por exemplo na fala de um de seus interlocutores aparece um receio em perguntar algo que fosse simplório, e logo ser entendido como costista, já que não sabia aquela informação. Em ambos os casos, o ingresso diferenciado pode ter relação com um sentimento de não pertencimento, ligado ao mérito acadêmico, mas também a estar em uma sala de aula em que a maioria dos outros estudantes são brancos, não remetem às mesmas condições socioeconômicas ou raízes culturais.

Quando perguntei sobre a convivência e interação com os demais colegas Yanara conta que alguns “*olhavam torto porque na casa deles eles eram, não sei se bolsominions. Para eles o estrangeiro não tem direitos, não pode falar. Muito nacionalistas, mas um nacionalismo torto.*” (YANARA, entrevista em 23/07/2021)

Todavia, ela diz que não é algo pessoal, e inclusive faz uma associação com a situação política do país no momento. Yanara ingressou na Unicamp em 2019, primeiro ano do governo presidencial de Jair Bolsonaro, representante de extrema direita e de ideias xenofóbicas, principalmente contra países como Cuba e Venezuela, para os quais o governo de Bolsonaro facilita o reconhecimento do refúgio, mas este se dá na base da estigmatização

deste contexto e da sua população. Então, Yanara, cubana, diz entender de onde os olhares tortos vinham. Ela relata que até professores tentaram avisá-la: *"você tem que se preparar porque as pessoas não conhecem a realidade de Cuba. Uns te julgam por uma coisa, e outros têm um preconceito."* (YANARA, entrevista em 23/07/2021)

É interessante como Yanara equiva o nacionalismo a um tipo de reacionarismo e percebe isso em colegas jovens. Também ressalta-se que entre os entrevistados ela é a que mais se posiciona politicamente, em relação ao cenário eleitoral e institucional brasileira. Além disso, o faz com relativa autonomia em relação aos governos brasileiros, tecendo críticas a diferentes presidentes que ocuparam o cargo desde que ela chegou ao Brasil.

Apesar disso, Yanara não considera que sofreu preconceitos, até porque o preconceito não costuma ser bem-visto numa universidade como a Unicamp, a qual adere a um discurso de diversidade e direitos humanos - o que não quer dizer que o preconceito não exista no ambiente universitário. De toda forma, a Unicamp é lida por Yanara como um ambiente de apoio e acolhida, que lhe deu força para exigir que seus direitos fossem respeitados, para ir contra a xenofobia. Assim, verifica-se a importância dos processos de acolhimento e políticas de permanência, os quais foram essenciais para que ela se reconhecesse em seu direito de estar ali, se fortalece-se para afirmar seu espaço e de fato ocupá-lo.

Em janeiro de 2020 o filho de Yanara começou a ter problemas de saúde. Em outro difícil trecho da entrevista, Yanara conta como em uma viagem de fim de ano para Santa Catarina, onde visitavam uma amiga estudante da UFSC, o pequeno começou a urinar na cama. Ao levá-lo ao pronto socorro, verificou-se que sua glicemia estava tão alta ao ponto de não ser possível lê-la no aparelho que estava disponível. A viagem era para reencontrar uma amiga cubana que conhecia desde a creche, e que veio ao Brasil fazer mestrado. No entanto, o momento de lazer foi interrompido e desde então iniciou-se uma maratona que a família ainda enfrenta para equilibrar a saúde do menino. O diabetes é um distúrbio metabólico que demanda uma série de medidas para que se tenha o controle da glicemia, e assim garanta a qualidade de vida. Minha própria mãe é diabética desde a infância, então eu entendi quando Yanara precisou cancelar de última hora a nossa entrevista em uma data anterior porque estava no hospital.

Logo em seguida, em março do mesmo ano, foi declarada a pandemia da Covid-19 e então Yanara decidiu não ir para a Limeira porque lá *"é um caos a saúde pública"* e Jundiaí, onde morava com o marido quando não estava na Unicamp, ofereceria melhores condições,

pensando tanto na situação do filho quanto na pandemia. Yanara entendeu que não podia voltar.

A amiga de Santa Catarina, com quem estava quando o diabetes do filho começou, queria que Yanara estudasse na UFSC, onde também estudava. Algumas vagas da universidade são disponibilizadas pelo SISU, processo que abriria naquele início de ano e no qual o ingresso se dá pela nota do ENEM, que Yanara já tinha. Todavia, a bolsa ofertada seria só metade da que tinha na Unicamp, e Florianópolis também é uma cidade cara. Inclusive, Yanara pontua que é difícil para os jovens brasileiros que são de baixa renda, que estes também têm dificuldades para sobreviver com a bolsa ofertada.

Eles se juntam, mas uma mãe com um filho não pode se juntar para morar com qualquer um. Então são coisas que a Unicamp tem que faltam nas outras universidades do Brasil, falta capital. (YANARA, entrevista em 23/07/2021).

Na Unicamp, Yanara diz que o processo do SAE considera se você tem dependentes, calculam os gastos necessários, e que conheceu um grupo de mães que lutam muito por seus direitos. Ela se beneficia das políticas de permanência da universidade campineira, mas diz que a vida assim foi difícil, pois não gostava de depender de bolsas e auxílios. Apesar de ser um direito seu, de acordo com as próprias políticas e diretrizes da Unicamp, Yanara sentia que por ser adulta, por ter trabalhado a vida toda, não deveria ter a bolsa para estudar e morria de vergonha em recebê-la. Se sentia muito humilhada quando tinha que escrever para a professora supervisora de sua bolsa, apesar desta dizer que não se importava. Ela chegou a considerar que se estivesse no campus de Campinas teria a moradia da Unicamp, como não existe nos outros campi, diminuindo a sua necessidade da bolsa, mas teve medo de fazer a mudança. Durante a pandemia, o trabalho foi inicialmente paralisado por um período, mas a bolsa continuava, mesmo antes das adaptações para um trabalho online.

Yanara diz enxergar um esforço para a manutenção das bolsas, mesmo durante a pandemia e em um cenário de cortes de verbas e financiamento para a educação no Brasil, o que, como coloca, é importante inclusive para os próprios brasileiros. Ela admite enxergar que a abrangência de instâncias da universidade como a CSVN e a DeDH vai além dos estudantes refugiados, e destaca por exemplo os indígenas. *“Em Limeira também é cruel para os indígenas, também são excluídos e não tem muito lugar de fala. Mas é um processo que é necessário e eles (DeDH) têm um cuidado específico, com as mães solo.”* (YANARA, entrevista em 23/07/2021). Deste modo, reconhece o esforço de uma estrutura criada para

atuar em questões socioeconômicas específicas dos alunos, e diz que a instituição facilitou tudo o que podia a ela.

*Se existisse uma Diretoria de Direitos Humanos em toda faculdade, seria diferente. (...) Essa cultura (de empatia, direitos humanos) tem que ser formada. Eu acho que a Unicamp tem um papel nisso e acho que está fazendo não só na Unicamp. Eu acho que **a Unicamp muda todo o entorno**. O Profis, para escolas públicas... eu acho que a Unicamp está sendo o epicentro do bem. (...) Estou falando ensinar para os outros empatia. A gente escolhe onde viver, mas não escolhe onde nasce. E na hora você não tem direito para escolher onde viver porque você não tem mais opção. (YANARA, entrevista em 23/07/2021).*

Porém, para Yanara, mesmo que existam pessoas assim fechadas, você é visto como humano. Em especial, percebe um esforço quanto ao ingresso e posteriormente recepção de quem entra por vestibulares e processos específicos, como refugiados ou estudantes indígenas. Ela enxerga um esforço de divulgação que a nova gestão está fazendo, entre a divulgação por notícias, um livro de receitas e até mesmo um canal no youtube. Yanara revela que foi convidada para falar no Dia Mundial do Refugiado (20 de junho) com outros estudantes, mas para ela não é fácil ou tranquilo falar publicamente de sua experiência de refúgio. *“Eu não podia, eu não posso, tenho medo pela família. Evito falar em público da minha experiência em Cuba - não participo. **O jeito de se expor deve ser diferente.**” (YANARA, entrevista em 23/07/2021).*

Ainda, a questioneei sobre como foi estar na Unicamp como mãe e uma das únicas mulheres refugiadas a ter ingressado por este processo específico. Yanara lembra que havia uma outra refugiada que estava fazendo o processo de ingresso ao mesmo tempo que ela, mas que por algum motivo não deu de fato início ao curso. Ela especula que talvez existam questões culturais que dificultem para que as mulheres refugiadas possam de fato ocupar este espaço da universidade, e compara com o caso dela. Como revelou ao longo da entrevista, em Cuba o machismo atua limitando a inserção de mulheres em cargos altos e posições de prestígio, mas que estas são mais independentes para circular e nas atividades que realizam. Para Yanara, essa distinção cultural é uma explicação plausível para o fato de que até a data da entrevista ela era a única estudante refugiada da Unicamp. *“Eu acho que eu fui a única mulher que ficou por isso, eu tinha uma outra cultura.”*

É com muita perspicácia que Yanara enxerga outros grupos de estudantes da Unicamp os quais também têm lutado por seus direitos, “lugar de fala”, e como ela, conquistado espaço. É significativo que ela teça aproximações com estes outros estudantes, observando

confluências em suas experiências no espaço universitário. Isto se relaciona ao já mencionado trabalho de Brah (2006), a qual considera a identidade como mutável, fluída, a partir dos contextos em que o sujeito está inserido e de sua multiplicidade de pertencimentos. Isto é, os posicionamentos de Yanara sobre a sua identidade estão conectados às suas vivências prévias, mas também ao que se constrói no ambiente da Unicamp, às pessoas, debates, políticas e identidades coletivas que se articulam.

Por vezes ela se enquadra como refugiada, em outros momentos aciona a categoria de mãe solo⁷⁴, mas de todo modo os seus múltiplos pertencimentos se interseccionam na elaboração que Yanara faz sobre sua experiência e na forma com a qual se relaciona com as próprias políticas da universidade. Yanara demonstra conhecimento sobre as diferentes políticas de acesso oferecidas pela Unicamp, como o Profis e o vestibular indígena, além de ações mais direcionadas à permanência, como projetos que destinam-se a mães solo, e o trabalho da CSVM e do DeDH. Há uma similaridade com algo que Shomari diz, sobre ser necessário que o refugiado vá atrás, que se ele não perguntar ninguém irá dizer.

Então, para alguns dos estudantes "ter de ir atrás, buscar direitos, falar" pode ser entendido como algo que está relacionado à sua própria situação de refúgio, na qual passa a fazer parte do cotidiano a circulação por diferentes instâncias administrativas e burocráticas e a busca constante por melhores condições de vida. Eles têm muitas vezes desafios extras na universidade, os quais envolvem energia investida, espera, circulação por diferentes setores, da mesma forma que estudantes indígenas, negros, trans também têm de fazer (e eles sabem disso). Ao mesmo tempo eles são refugiada e mãe solo, refugiado e negro; ou seja, estão muitas vezes na intersecção dos públicos a quem são direcionados às políticas de democratização do acesso e permanência.

Entre todos os interlocutores, **Azekel** é quem tem uma experiência mais limitada, já que ele ingressou na Unicamp em março de 2020. Ao todo, ele vivenciou o campus de Barão Geraldo por apenas duas semanas, antes da suspensão das aulas presenciais pela Unicamp, em 12 de março de 2020, a primeira universidade no país a adotar tal medida.⁷⁵ No momento da entrevista, em julho de 2021, o ensino presencial ainda não havia sido retomado, de modo que

⁷⁴ Tal colocação por si só é interessante, dado que ela vive com o companheiro e pai do filho. Ainda, em outro momento relata que ele é participativo nas tarefas domésticas, o que diz ser comum a homens cubanos. Contudo, ressalta-se que durante o tempo que morou em Limeira para estudar na Unicamp, seu marido estava em Jundiá por causa do trabalho, de modo que ela era “mãe solo” durante a semana e somente o via aos fins de semana.

⁷⁵ Mais informações disponíveis em:

<https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2020/03/12/unicamp-anuncia-suspensao-das-atividades-por-conta-do-coronavirus.ghtml>

a vivência de Azekel remete às suas duas semanas iniciais. No entanto, alguns aspectos da permanência, como auxílios e recursos materiais, além do desenvolvimento dos estudos, são também pertinentes neste contexto. O contato com os colegas, atividades culturais, entre outras que ocorriam no campus, é o que é mais impactado.

Azekel compartilha que o seu ingresso na comunidade universitária, para além dos procedimentos de matrícula, teve muita ajuda de Vera Lúcia. Esta funcionária da DAC foi responsável por manter um canal de comunicação aberto, de forma que lhe passava as informações, mas Azekel também se sentia confortável para tirar dúvidas e pedir ajuda.

A senhora Vera me deu as datas do cronograma. Ela me ajudou bastante, qualquer coisa eu falava com ela. Quase todo dia eu falava com ela. Ela me falou

- Azekel, você lembra que amanhã você tem que estar na Unicamp?
- Sim, eu sei.

Baixei um aplicativo de carona, de estudante da Unicamp, aí eu fui. Eu só não sabia onde eu ia dormir. (AZEKEL, entrevista em 14/07/2021)

Há coragem nesta vinda à Unicamp para o primeiro dia, não só porque as aulas e a vivência do campus seriam algo novo, desconhecido, mas porque Azekel não tinha ainda claro quais seriam as suas condições de moradia, nem ao menos para aquela noite. Em outro momento da entrevista eu perguntei se ele tinha planos de trazer a esposa e o filho pequeno, ao que ele respondeu: “*eu ainda não tinha lugar para dormir, como ia levar eles?*” É “sacrifício” a palavra que Azekel usa para definir tal distanciamento da família em prol do seu sonho de estudar.

De todo modo, Vera Lúcia foi uma pessoa essencial para que Azekel conseguisse entender as estruturas da Unicamp às quais o calouro poderia recorrer para se manter na universidade. Foi ela quem apresentou as possibilidades de bolsas e auxílios (eventualmente Azekel conseguiu a BAS) e ofereceu uma solução para a primeira noite de Azekel em Campinas.

A primeira coisa que ela me levou foi no SAE, para eu entrar com pedido de bolsa. Aí eu falei para ela:

- Senhora Vera, eu não tenho lugar para dormir
- Então você vai na moradia.
- Como que eu vou ficar lá?
- **Vai lá na moradia, que fora você não vai dormir não. Você tem amigos?** (AZEKEL, entrevista em 14/07/2021)

Azekel conta que havia de fato feito um amigo quando veio à Unicamp para a sua entrevista e tinha ido almoçar no restaurante universitário. Contudo, em seu primeiro dia de aula, não conseguiu encontrá-lo, mas mesmo assim encontrou apoio na moradia.

*Lá no bandeirão eu conheci um Angolano. Aí eu falei a minha situação. Só que eu não encontrei com ele. **Mas eu achei lugar na moradia. Até esperar a minha aprovação para entrar na moradia.** (AZEKEL, entrevista em 14/07/2021).*

A moradia estudantil é uma estrutura da Universidade de Campinas que está presente também na trajetória de Shomari, o que reforça a sua importância como um local de acolhimento. No entanto, esta não se limita apenas aos refugiados, mas é sistematicamente um espaço que recebe e acolhe estudantes de baixa renda que não têm um lugar para morar ou dormir antes de receberem os auxílios da Unicamp, entre eles uma própria vaga na moradia estudantil. Então, é uma prática recorrente que no início do ano letivo, os próprios veteranos que já moram lá se organizem para receber os calouros.

No entanto, ressalta-se que esta preocupação com a sua situação de moradia e os seus recursos financeiros, ainda levou Azekel a não conseguir aproveitar totalmente um dos ritos mais tradicionais da recepção de ingressantes nas universidades - a pintura corporal. Contudo, depois que conseguiu se estabelecer razoavelmente na moradia estudantil, ele relata ter aproveitado as demais atividades, de uma forma que é possível perceber o seu sentimento de pertencimento a aquele espaço.

*Quando eu cheguei eles acolheram bem. **Eu não fui pintado, porque eu estava preocupado com as coisas do SAE.** Eu cheguei na faculdade naquele dia, preocupado com outras coisas. Aí no segundo dia conheci os bichos. Mas foi bom, foi tudo para se divertir; para conhecer também o campus, a gente andou, na fila indiana os bichos, cantando, e foi bom. **Faz parte da vida universitária.** (AZEKEL, entrevista em 14/07/2021).*

Ou seja, as atividades da calourada (eventos de recepção dos ingressantes) se configuram como uma importante etapa no estabelecimento de vínculos e relações sociais entre alunos da mesma sala e seus veteranos. Azekel menciona inclusive que entre os colegas que conheceu encontrou ajuda com as caronas para São Paulo.

Eu tinha pessoas, estudantes e colegas que moram em São Paulo. Nos finais de semana a gente veio para São Paulo, a gente veio junto. Na segunda semana foi a pandemia que começou, mas viemos juntos também. (AZEKEL, entrevista em 14/07/2021)

Claro, é possível que existam outros momentos de sociabilidade que tenham efeitos similares (como menciona Shomari em relação ao futebol); todavia, as atividades de recepção são um espaço pensado para alunos “perdidos”, que não se conhecem e não estão acostumados ao espaço da Unicamp. Logo, é uma ótima oportunidade para que os estudantes refugiados conheçam mais a sua turma e aprendam um pouco sobre as práticas, estruturas e funcionamentos da Unicamp; é um guia rápido das “regras do jogo” que desconhecem. (MORRICE. 2009, 2013). A experiência de Azekel e Jamal sustenta tais colocações, na medida em que os eventos no início do período estudantil foram importantes para ambos.

3. Português para estrangeiros: impactos da língua estrangeira no refúgio

Uma outra questão amplamente pertinente para estudantes refugiados é o aprendizado da língua nativa do país de destino. No caso brasileiro, as universidades não têm por hábito oferecer cursos em inglês, como acontece em alguns países europeus. Além disso, a maior parte da população não fala um inglês para além do básico, então se inserir no mercado de trabalho, como na universidade, frequentemente significa ter algum domínio do português. A forma como este processo foi vivenciado pelos interlocutores desta pesquisa varia, e depende largamente dos recursos que tinham à sua disposição.

Azekel, por exemplo, veio de Angola, país que tem o português como idioma oficial. No entanto, ele conta que existem mais de 300 línguas lá, e que ele fala algumas destas. Se a fluência no português não foi empecilho, ele conta que agora está aprendendo o português brasileiro, porque o português de Angola é mais próximo do de Portugal. De forma descontráida, Azekel coloca que em muitas situações os brasileiros não compreendem o seu sotaque. Neste sentido, ele aponta uma certa pressão para que a sua fala se assemelhe à dos brasileiros - o que é, contudo, uma noção errônea, pois dentro do próprio território brasileiro há uma imensa variabilidade linguística.

Yanara é um outro exemplo no qual a barreira linguística não era um obstáculo tão grande assim. *Hispanohablante*, o seu idioma nativo apresenta raízes comuns ao português, e, portanto, diversas similaridades que facilitam na comunicação cotidiana, ainda que por vezes Yanara se preocupe em não ser entendida por falar muito rápido. Mesmo assim, ela se esforçou em estudar o português, tentou se matricular no ENCCEJA com o intuito de ter o conteúdo na língua em que estudaria. Sua principal preocupação era quando achava que faria o mesmo vestibular que os estudantes brasileiros, respondendo a questões abertas, nas quais

perde-se pontos por erros gramaticais. Mesmo com o estudo, a comparação com quem é nativo do idioma se faz desigual.

Por outro lado, há refugiados falantes de idiomas sem muita proximidade com o português, e o aprendizado deste pode-se tornar um grande desafio. **Jamal** e sua família se enquadram neste caso, já que vieram para o Brasil sem muito conhecimento do português. Isto inclusive foi determinante para a escolha profissional dos pais que, ao invés de continuarem na carreira que tinham lá, abriram um restaurante de comida árabe. Jamal conta que havia uma certa solidão nestes primeiros meses no Brasil em que não conhecia ninguém e não conseguia se comunicar com a maioria das pessoas que encontrava. Em contrapartida, ele conta que mesmo com a guerra na Síria ele tinha uma ampla vida social, se aproximando do trabalho de Veena Das (2004; 2020), ao colocar em pauta a reconstrução da vida cotidiana, a qual se faz mesmo com o trauma social e a ruptura da normalidade:

Lá na Síria eu saía muito, tinha muitos amigos, tinha muita coisa para fazer mesmo com a guerra. Mas aqui quando eu cheguei fiquei meio com depressão nos primeiros meses, sabe? Não tinha amigos, não conhecia ninguém. Mesmo se eu quiser conhecer alguém, não consigo falar com ele. Aí depois comecei a trabalhar num hotel que é de um amigo daquela pessoa que é amigo do meu pai, uma terceira pessoa que é conhecido também. Aí trabalhei lá como garçom para tentar conhecer o Brasil, conhecer as pessoas, os brasileiros, conhecer... aprender português. Aí as pessoas também... e sou estrangeiro, gostam, nossa que legal! Meus amigos dela, eles sempre chamavam para churrasco e coisas que faziam. Aí comecei a gostar, comecei a ficar mais tranquilo, conheci mais um amigo lá que tinha uma lanchonete do lado do meu apartamento em Campinas mesmo. E comecei a jogar bola com ele, ir com ele para restaurante, conhecer mais a cidade ainda. E tudo essas pessoas ninguém falava inglês, aí teve a obrigação de aprender o português mesmo, sabe? (JAMAL, entrevista em 25/06/2021).

Na entrevista, conversei com um jovem desenvolto, que fala de forma clara e com frases articuladas. Torna-se evidente na fala de Jamal o quão importante o âmbito social foi para o incentivo e consolidação do seu aprendizado do português. Todavia, Jamal não se coloca como um autodidata, mas confere importância ao curso de português para estrangeiro que fez.

Um curso na Unicamp, no CEL, Centro de Ensino de Língua. Foi muito bom também, mas tem uma professora, eu esqueci o nome dela, mas ela é muito legal, ajudou muito muito aprender. Sem ela eu falava

horrível o português, ela me ensinou muito essas coisas de gramática. Tenho facilidade em escrever, ler, sabe sem nenhum problema. Ela ajudou muito mesmo. (JAMAL, entrevista em 25/06/2021).

Foi a combinação do curso e do uso do idioma socialmente no cotidiano que fez com que Jamal fosse bem-sucedido no seu processo de aprendizagem. Ele compara o seu caso com o da irmã, que fez o curso junto dele mas, enquanto ele fez amigos brasileiros, ela ficou mais amiga de outros estrangeiros.

Minha irmã fez o mesmo curso que eu fiz, só que ela conheceu pessoas que são estrangeiras aqui, sabe dos Estados Unidos, de Índia, desses países. Ela também... as pessoas falam que eu falo português melhor que ela agora, por causa disso. (JAMAL, entrevista em 25/06/2021).

Apesar de todo o avanço e capacidade comunicativa que demonstrou ao longo da entrevista, ele ainda coloca o português como a principal dificuldade nas aulas, associado ao sistema de ensino que julga bem diferente do que tinha na Síria, então tem dificuldades de se adaptar. Além disso, é um aluno tímido, muitas vezes tem vergonha de perguntar, então nas grandes turmas que fazem aula no Ciclo Básico, muitos de seus colegas, e até mesmo professores, não sabem que é estrangeiro.

Mesmo o professor não sabia assim, que eu sou estrangeiro. Porque eu não falava, não perguntava, mesmo se eu não entendia coisa, eu não perguntava. Mas agora, não, na verdade, uns três, quatro semestres atrás comecei a ter mais coragem, sabe? Perguntar, não ter problema as pessoas olharem para mim, nossa que sotaque? (JAMAL, entrevista em 25/06/2021).

Shomari é um outro exemplo de aluno refugiado que coloca as dificuldades com o português como o maior desafio na Unicamp, até perto do fim de sua graduação, quando realizamos a entrevista. Ele conta que quando chegou ao Brasil fez um curso de 6 meses, e é “desenrolado”, como diz, então ia atrás e conseguiu aprender; todavia demorou para ter a desenvoltura que tem hoje.

Aluno de Ciências Sociais, suas dificuldades com o idioma passam muito por exigências do curso que, apesar de reiteradas por ele, já me fazem sentido por ser aluna do mesmo curso, diferentemente do caso de Jamal, em que não estou familiarizada com o estilo e dinâmica das aulas. Shomari conta que entendia pouca coisa da linguagem acadêmica presente nos textos, nas aulas expositivas e nos debates realizados por professores. Precisou

estudar, ficou dois anos estudando o português, e mesmo assim quando entrou, lia e não entendia nada.

Ligado a isso, as resenhas, trabalhos finais e provas também eram um desafio pela necessidade de dissertar, às vezes extensamente, sobre temáticas acadêmicas. Com o tempo, conseguiu ler mais e entender mais sobre os temas que estudava, assim como escrever em português, mas ainda pensava em francês. Os professores sinalizaram alguns pontos confusos em seus textos, e isso abalava a autoconfiança de Shomari. Ele se questionava se estava dando conta ou não do curso. Entre as suas vivências, relata ter tido professores que entenderam que havia esforço dele, e demonstraram empatia pelo desafio. Por outro lado, relata uma experiência em específico, na qual um professor disse que se ainda não aprendeu, deveria ser agora. Neste caso, mais pessoas expressaram a mesma dificuldade que ele, e os próprios alunos argumentaram que nem todos têm as mesmas oportunidades, e talvez alguns estejam aprendendo agora.

De certa forma, o relato de Shomari se assemelha ao que contam os estudantes cotistas da Faculdade de Ciências Medicina da Unicamp (FCM), os quais não sentiam que “dariam conta” de acompanhar o curso (ROSA; FACCHINI, 2022). Em ambos os casos, parece haver uma oposição entre o mérito acadêmico por estar na universidade e o fato de terem ingressado por um processo diferenciado - o que dialoga com noções de pertencimento e merecimento. Por outro lado, o ingresso em maior volume de minorias na universidade tende a tensionar o currículo e práticas de ensino, buscando que se tome com referência uma outra perspectiva.

4. Pandemia, trabalho e ensino online.

O início da pandemia da Covid-19 em março de 2020 é um momento marcante para as experiências de estudo, trabalho e vida doméstica. A necessidade do distanciamento social para evitar o contágio pelo vírus provocou alterações significativas, as quais foram sentidas de diferentes formas pelos interlocutores. Entre as elaborações dos interlocutores, destacam-se principalmente elementos quanto ao estudo e trabalho.

Por um lado, as dinâmicas sociais no âmbito universitário, como encontros, reuniões, jogos e atividades, tiveram que ser suspensas ou adaptadas. O estudo também passou a ser em plataformas virtuais, exigindo uma adaptação tanto ao modo quanto ao espaço de estudo, o que traz novos empecilhos, como o acesso a uma conexão de internet de qualidade, um bom aparelho eletrônico (*notebook, tablet, celular*), e um ambiente que permita o acompanhamento

das aulas sem distrações. Além disso, os modos em que se constitui o trabalho também foram alterados.

Para **Jamal**, a vivência da pandemia em relação ao estudo proporcionou mudanças, em especial quanto à sua participação em sala de aula. Ele conta que antes tinha vergonha de fazer perguntas, ao ponto que muitos de seus professores e colegas não sabiam que ele é estrangeiro. O anonimato das aulas em formato virtual, devido principalmente a possibilidade de manter a câmera desligada, proporcionaram a ele um espaço no qual aos poucos foi vencendo essa timidez.

Agora está sendo mais fácil ainda. Eu entro e ninguém está me vendo. Pergunto pro professor e já era, desligo. É bem mais tranquilo, eu acredito que mesmo se a gente voltar para aula presencial vai ser fácil perguntar mais. (JAMAL, entrevista realizada 25/06/2021).

Por outro lado, o fato de assistir às aulas de casa também é um ponto facilitador para Jamal, na medida em que, como ele diz, facilitou o acompanhamento das aulas, por poder assisti-las a qualquer horário (provavelmente havia a gravação de algumas disciplinas ao menos). Isto possibilitou a ele que cursasse mais disciplinas por semestre e se recuperasse de um certo atraso em relação à turma de 2016.

Agora tá difícil mesmo, porque estou bem mais atrasado que meus amigos, da sala de 2016. Ou seja, sou... eu tô agora em torno de 50% eles estão em 70% mais ou menos, sabe? Por isso estou querendo fazer mais matérias, aproveitar que é em casa, que é mais fácil, que dá para assistir às aulas em qualquer horário. (JAMAL, entrevista realizada 25/06/2021).

Todavia, a permanência mais em casa, sem poder sair muito, trouxe o interesse em fazer algo além do estudo, como ele mesmo conta. Então, expandiu o restaurante da família para o *Ifood*, um serviço de pedidos e entregas, ao qual ele se dedicava no preparo. Tal escolha vai no mesmo sentido de adaptações de consumo, já que grande parte da população passou a utilizar este tipo de serviço e o *Ifood* foi uma das companhias que registrou crescimento neste período.⁷⁶

*Desde que começou a pandemia, eu ajudei sempre meus pais no restaurante, então eu sei fazer algumas coisas de comida, assim. **Ai desde que começou a pandemia eu decidi fazer alguma coisa além do estudo, sabe. Ai abri um restaurante no Ifood. Fazendo a comida em casa e vendendo pelo Ifood. Ai já estava começando a trabalhar desde o começo da pandemia. Mas agora estou com o restaurante, mais nove***

⁷⁶ Disponível em:

<https://acsp.com.br/publicacao/s/ifood-como-a-companhia-revolucionou-o-delivery-na-pandemia> Acesso em 18/03/2023

matérias, estou fazendo este semestre. (JAMAL, entrevista realizada 25/06/2021).

Jamal também menciona que há um mês havia iniciado um estágio na área de Engenharia Elétrica, na qual está fazendo sua formação universitária. Eu me surpreendo e questiono como ele consegue conciliar as nove disciplinas da Unicamp, o estágio e o trabalho no restaurante dos pais.

Eu já manejo meu dia, acordo cedo, faço minhas coisas e começo a estudar. Ai recebo um pedido pela plataforma do Ifood, faço em cinco minutos e entrego. Não sou eu quem entrego, o motoboy chega também e leva a comida. Então é bem fácil, agora tá bem mais fácil. Só que o estágio tá agora um pouco pesado. O chefe lá ele pede muita coisa. Muita coisa que também não tô gostando muito porque nada ver com o curso. Era para ser tudo haver com o curso, mas por causa da pandemia estou fazendo tudo online, pesquisando empresa, fazendo planilha. Não tô aprendendo coisas novas. Mas acredito que quando voltar para a fase amarela eu vou ter que ir lá no lugar. Tá um pouco diferente do que eu queria, mas acredito que se voltar a abrir as coisas, as empresas, as lojas, vai melhorar. Que eu vou lá, trabalhar lá. (JAMAL, entrevista realizada 25/06/2021).

A diminuição dos deslocamentos na pandemia também significa que este tempo pode ser realocado a outras coisas, e não necessariamente se é menos produtivo porque se está em casa. Jamal conta que tirou proveito disso para conciliar o estudo com o trabalho no restaurante no *Ifood*. O que para ele parece tornar a rotina mais pesada é o início do estágio, que não corresponde exatamente à sua expectativa do que este seria. Contudo, como a sua vivência deste é online, na exceção provocada pela pandemia, ele imagina que vai gostar mais quando conseguir trabalhar de forma presencial.

Shomari aborda em seu relato uma outra perspectiva quanto ao impacto da pandemia da Covid-19 em sua vida. É neste momento que ele consegue um estágio e se muda para São Paulo, aproveitando para trabalhar, já que o ensino da Unicamp estava acontecendo em formato online. No entanto, a dinâmica de estudar de casa e do *home office* ainda apresentam desafios, mas para os quais Shomari conta que teve ajuda da Unicamp.

*Quando começou a pandemia, a Unicamp começou a doar tablets. Quando eu fiquei sabendo disso, eu já tinha computador, mas estava meio zuado, então fui pegar um tablet. Eu recebi esse apoio. **Eu recebi apoio também que a Unicamp estava ajudando com um auxílio, eu recebi sim. Super me ajudou nessa parte.** Depois nada, mas a gente ainda está na pandemia. (SHOMARI, entrevista em 16/07/2021).*

Assim, os auxílios oferecidos pela Unicamp, tanto na forma de auxílio financeiro, quanto a doação de um computador ou tablet⁷⁷ foram essenciais para garantir que os estudantes refugiados pudessem acompanhar as aulas e não perder o ano letivo. Porém, ainda havia outras questões, em especial o acesso a uma boa conexão de internet, o que poderia ser um fator limitante no acompanhamento da aula. A Unicamp ofereceu chip de celular com o acesso a internet, mas este tinha uma quantidade limitada de dados disponíveis, o que não necessariamente era suficiente. Diversos cursos duram três ou quatro horas, ou ainda é possível que mais de uma disciplina seja cursada no mesmo dia. A limitação da internet exigiu dos estudantes uma organização e gerenciamento dos recursos disponíveis.

Sobre a questão de aulas, para acessar, estou acessando sem problemas. Quando tem problema com a internet eu uso o chip da Unicamp. Mas as vezes você tá assistindo aula, porque a aula demora três, quatro horas, e o chip vai avisando “você já usou não sei quantos gigas” e você fica naquele dilema, será que eu paro de assistir? Porque vai acabar. (SHOMARI, entrevista em 16/07/2021)

Ainda, Shomari conta que pensou no espaço em que estaria trabalhando e estudando, e teve que fazer algumas modificações, lidando inclusive com as distrações de um espaço compartilhado.

Essa questão também de home office, de estudar em casa, de trabalhar em casa é super difícil. Você tem que procurar, por exemplo, cadeira confortável, porque se não você não vai ser produtivo. Você tem que procurar mesa adequada, porque se não, não vai dar. E tem muita distração. (SHOMARI, entrevista em 16/07/2021).

Além disso, o contato com colegas e amigos também teve uma drástica redução, devido ao distanciamento social e ao estabelecimento de relações quase que exclusivamente por meios virtuais.

Eu perdi um pouco esse contato, porque às vezes você tem essa ideia de pedir ajuda, e aí do nada aparece outra atividade. Você esquece literalmente a pessoa que você precisava perguntar alguma coisa. Quando a gente ainda tinha esse contato físico você ia diretamente na pessoa e perguntava. Você pode até perguntar, mas talvez a pessoa responda “agora não consigo”. Você mesma viu, quantas vezes a gente tentou. Então acho que perdi 60% dessa parte. (SHOMARI, entrevista em 16/07/2021).

Até mesmo a comunicação com a DAC e outras instâncias da universidade teve os seus desafios. Shomari tem a intenção de se formar até o final de 2021, mas na entrevista

⁷⁷ A doação de computadores e tablets foi uma prática que não se restringiu aos estudantes refugiados, mas a todos os alunos de baixa renda que precisassem de um aparelho para cursar as disciplinas de modo online.

relatou que teve dificuldades em se matricular em todas as disciplinas que desejava. Diversas vezes tentou pedir autorização à DAC e conversar sobre possíveis soluções, mas poucas foram as vezes que obteve respostas. Manejar os estudos que ocorriam de forma online não foi uma dificuldade exclusiva de Shomari, nem mesmo dos estudantes refugiados, mas para ele parecia ter um peso extra esta necessidade de “*dar o próximo passo*”, como disse, em concluir a graduação e ser efetivado no trabalho. É possível que isto tenha relação com precariedades enfrentadas por pessoas em situação de refúgio, que envolve a preocupação de sempre correr atrás e a inserção no mercado de trabalho.

Para **Yanara**, há uma confluência de fatores, para além da pandemia da Covid-19, que fez com que ela decidisse trancar o curso na Unicamp. Se por um tempo ao longo de 2020 ela continuou a acompanhar as aulas online, havia uma série de fatores que afetaram sua permanência no curso. Ela morava com a família em uma outra cidade do interior paulista, da qual não queria sair por julgar que oferecia um melhor sistema de saúde, o qual é essencial para acompanhar e fazer tratamentos da diabetes do filho. Além disso, relata ter um profundo incômodo em receber bolsa, em “*depende do SAE*”, como diz. Assim, ter uma boa oferta de emprego lhe pareceu ser a solução para o momento em que vivia.

Eu tenho mais direito que muito brasileiro aqui. Meu marido fala que a gente é tão privilegiado. Na pandemia, quando começou tudo, eu comecei a procurar emprego. Eu tinha dois trabalhos ao mesmo tempo, cuidando do meu filho, tanta gente que não tem nenhum. (YANARA, entrevista em 23/07/2021).

A colocação de Yanara revela uma elaboração sobre as condições de desigualdade no Brasil. Isto é, Yanara tece uma aproximação com a experiência de brasileiros que também são marginalizados, que não têm o acesso aos seus direitos garantido, seja porque pertencem a minorias, por condições socioeconômicas ou relações racializadas. É significativo o reconhecimento e a elaboração de Yanara sobre o como se coloca neste processo. De alguma maneira, ela conseguiu transpor limites estruturais e acessar mais direitos - como diz inclusive mais que muitos brasileiros - expressos em uma melhor qualidade de vida, na dinâmica de trabalho e no tempo e relação com o filho. Sua narrativa traz indícios de que o seu acesso ao ensino superior, especialmente em uma universidade reconhecida como a Unicamp, foi fundamental para esta mudança, tendo em vista que o acesso à graduação ainda é um sonho e um desafio para muitos brasileiros.

Nesta busca por uma boa vaga de trabalho, já sentiu a diferença que ter cursado três semestres na Unicamp fez, tendo um peso grande no currículo. Ainda, as notas do ENEM

serviam como prova de proficiência em português. Então, com a proposta de emprego em mãos, decidiu trancar a matrícula para trabalhar. Apesar de não ter finalizado a graduação, Yanara não diminuiu o mérito e impacto que a Unicamp teve em seu caminho.

Cheguei na Unicamp aguentando tudo calada, o que a gente confunde com resiliência. Agora tenho um trabalho em que sou pessoa, não animal. Me valorizam, me contrataram pelo que eu sou. (...) (YANARA, entrevista em 23/07/2021).

Ao longo da entrevista ela colocou de diversas formas os efeitos pessoais que suas vivências na Unicamp tiveram. Quando Vera Lúcia, a mesma funcionária que acolheu estudantes refugiados, soube que Yanara estava passando por um momento difícil e tendo dúvidas se iria continuar, Vera a pôs em conexão com Azekel, por saber que ele também tem um filho pequeno.

A roda, atividade realizada entre os estudantes refugiados durante a pandemia, também foi fundamental para que Yanara mantivesse o contato com outros estudantes e conseguisse compartilhar coisas boas e ruins. Ela conta que trocaram receitas dos locais de que são nativos, traziam poesias. Às vezes falavam de política, de pandemia, mas evitavam falar de coisas ruins, tentando trazer um clima mais leve.

*Quando entrei a primeira vez não abri a câmera, mas depois se tornou uma família. Foi tudo no começo da pandemia, e a gente foi se construindo. **Foi um projeto da Unicamp para humanizar** - não largaram a mão dos alunos e dos professores que estavam passando por momentos difíceis.* (YANARA, entrevista em 23/07/2021).

Nesses momentos compartilhados, Yanara reconheceu que não era a única, que outros também passavam por situações similares. Ela pontua, inclusive, um caso específico de um estudante refugiado recém-chegado a Campinas que sofria com o isolamento: “*tem uns desses meninos que está sozinho aqui.*” E nessas trocas, a roda mudou a sua cultura de falar sobre os problemas com os outros. Antes era muito fechada, ela não estava acostumada a se abrir, mas entendeu que é importante para a empatia. As pessoas imaginam que ela está perdendo uma oportunidade, então coloca a importância em falar da experiência para que o outro saiba o que está acontecendo. Portanto, é palpável na história de Yanara que a Unicamp adquire uma função muito além do seu tradicional papel educacional, que falar em permanência é muito mais do que atender demandas materiais.

Ela ainda não tem certeza dos seus próximos passos. Quando a entrevista foi realizada, em julho de 2021, ela trabalhava para uma empresa de São Paulo, mas no formato online, o que também lhe permitia cuidar do filho. Ela quer seguir trabalhando, mas tudo depende se o

atual emprego vai voltar a ser presencial ou não. Talvez, no futuro, ela vá estudar economia à noite, no campus da Unicamp de Campinas, enquanto trabalha de dia, pois não quer voltar a depender de auxílios do SAE. Então, considera também outras possíveis fontes de renda, como trabalhar limpando casas. Se não tem certeza se voltará para a Unicamp, é bonito ver que seus três semestres de vivências já tiveram seus efeitos na vida de Yanara. “*Antes da Unicamp já estava resignada a não ter o que queria, hoje sei que vou mesmo que não dentro da Unicamp - já não vou me conformar com as humilhações.*” (YANARA, entrevista em 23/07/2021)

Para **Azekel**, as principais dificuldades em relação à pandemia da Covid-19 referem-se às dinâmicas de estudo. Em termos materiais, ele diz que as condições materiais oferecidas pela Unicamp para garantir o acompanhamento das aulas têm sido suficientes.

Eu consigo sim (acompanhar as aulas). A faculdade me deu um computador, eu fui buscar ano passado. Deram um tablete também, mas eu devolvi. O tablete era para não estragar, mas eu vi que o meu filho estava tentando quebrar ele. Deu um chip também. Então eu tô conseguindo. (AZEKEL, entrevista em 14/07/2021)

Em termos de conteúdo, o aprendizado não tem sido tão tranquilo. Um intensificador para a sua experiência talvez seja o fato de que o primeiro ano de pandemia também foi o seu primeiro ano como estudante universitário. Então, ele não teve tempo de se adaptar às provas, ao estilo de ensino, antes que a pandemia modificasse as formas em que estas práticas eram feitas. Sobre o ensino online ele diz que a maior dificuldade são as disciplinas de cálculo.

Tá sendo um pouco difícil. Mas eu tô levando. No primeiro semestre eu tinha oito disciplinas. Eu tinha falado com a secretária:

- *Eu não vou conseguir lidar com oito.*
- *Elimina o que você precisar.*

Eu eliminei três. No primeiro semestre eu passei com três, reprovei em dois, eletiva. Ai no segundo semestre, como eu fiz pouco disciplina no primeiro, eu só consegui matricular em cinco e passei em dois. Agora no terceiro semestre está mais difícil, porque a matrícula foi quase tudo negado, estou com quatro disciplinas, mas vou conseguir controlar eles e estou com a impressão que vou passar. (AZEKEL, entrevista em 14/07/2021).

Ele conta que tentou utilizar a própria internet como ferramenta de estudo, buscando acessar aulas e tutoriais em ferramentas de busca como youtube. No entanto, as explicações conflitantes causaram mais confusão do que ajudaram.

Tem outros vídeos no youtube que ao invés de te ajudar te atrapalha ainda. o conteúdo que o professor vai falar é diferente do que você vai

encontrar no youtube, ao invés de te ajudar vai te atrapalhar. (AZEKEL, entrevista em 14/07/2021).

Azekel relata que tenta encontrar outras formas para melhorar o seu desempenho e tirar as suas dúvidas, mas as poucas semanas em que frequentou presencialmente a faculdade não foram o suficiente para que ele estabelecesse grupos de estudo. Ele imagina que a experiência presencial será diferente.

Isso que é um problema. Se a gente tivesse com o curso presencial, eu acredito que a gente iria criar um grupo. Criar grupo de estudo, tirar dúvida. (AZEKEL, entrevista em 14/07/2021).

Por outro lado, mesmo que não tenha interagido muito com os professores presencialmente, ele diz que estes estão sempre prontos a responder os seus emails com dúvidas. “*Mas quando eu escrevo, eles sempre respondem. Quando eu tento tirar dúvidas eles respondem, eles são rápidos para responder.*” (AZEKEL, entrevista em 14/07/2021).

Outra dificuldade colocada por Azekel se dá em termos dos recursos financeiros dos quais a família dispõe em tempos de pandemia. A esposa dele tem um salão de beleza em São Paulo, mas as ondas sucessivas da covid-19 fizeram com que este permanecesse fechado grande parte do tempo, dificultando com que ela obtenha sua renda.

Ela trabalha, ela é cabeleireira, mas também está fechado tudo. A gente conseguiu montar um salão de beleza no centro da cidade, mas só que na pandemia fechou tudo. Ela ainda tá lidando com pagar aluguel. (AZEKEL, entrevista em 14/07/2021).

Ainda, apesar de estar fechado, os custos de aluguel se mantêm e a família teve que negociar. Azekel, como estudante em tempo integral, recebe a Bolsa de Auxílio Social (BAS), além de no início da pandemia ter tido acesso à Bolsa Auxílio para Estudantes em Condição de Refúgio, de caráter excepcional. Apesar de não ser o suficiente para suprir todas as suas demandas, Azekel diz que já é uma ajuda, um apoio. “*A gente entende. Não é suficiente, mas eles estão dando. Já é um apoio.*” (AZEKEL, entrevista em 14/07/2021)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar as políticas de acesso e permanência para estudantes refugiados na Unicamp, este trabalho toma como central a interseccionalidade dos sujeitos e explora como estas particularidades se articulam em suas trajetórias de refúgio e ensino. Neste sentido, há um contraponto a uma perspectiva estereotipada da figura do refugiado, ou da “vítima humanitária”, buscando dismantelar tais noções a partir do argumento desenvolvido.

O primeiro capítulo traz uma discussão com a literatura que vem sendo produzida sobre refúgio nas Ciências Sociais, destacando o modo como as diferenças de nacionalidade, gênero e raça que se articulam nas trajetórias de refúgio e como os trabalhos sobre ensino superior e refúgio têm abordado o tema. Há uma construção de narrativas, como estes sujeitos se colocam e agenciam os seus diferentes pertencimentos, principalmente na interface da relação com o Estado - seja no processo de reconhecimento do refúgio ou nas estruturas de acolhimento, incluindo as relações com funcionários e outros refugiados e migrantes humanitários. A inserção na universidade também pode ser pensada neste mesmo sentido, considerando as vivências dos diferentes perfis de estudantes refugiados.

O capítulo I mobiliza trabalhos que se dedicaram a pensar as políticas para acesso de refugiados nas universidades brasileiras, os quais atestam o crescimento do número de estudantes refugiados nas universidades, em consonância com o desenvolvimento e aprimoramento de políticas específicas a tal grupo e outras ações afirmativas. O estudo da associação entre Refúgio e Ensino Superior revela que as universidades brasileiras têm, de modo geral, feito esforços para serem mais inclusivas e revisarem os seus processos de ingresso e permanência. A análise dos documentos das universidades paulistas que contam com a CSVM, apresentada na última sessão do capítulo I, sustenta tal hipótese, na medida em que se verificaram significativas alterações desde 2020, particularmente na Unicamp e na UFSCar, as quais tornam o processo mais abrangente, incluindo para além de refugiados reconhecidos pelo CONARE aqueles ainda em processo de solicitação e outras categorias de migrantes humanitários. Demonstra-se um entendimento da complexa articulação entre a obtenção do documento e a intersecção de pertencimentos do refugiado.

Tal pluralidade de condições é apresentada no capítulo II, a partir das entrevistas realizadas com alunos refugiados da Unicamp, inseridos em diferentes circunstâncias, mesmo em território brasileiro. Ou seja, por mais que sejam todos refugiados, há distinções de nacionalidade, gênero e processos de racialização que influem nas experiências a que se tem

acesso no Brasil. Enfatiza-se a produção de precariedades associadas a estes diferentes pertencimentos que os colocam em diferentes enquadramentos frente à sociedade brasileira.

Muitas destas precariedades aparecem nos relatos em relação à inserção no mercado de trabalho, ainda que não sejam exclusivas às vivências nestes. Azekel “não pode ficar parado”, sempre busca estudar mais, porque os empregos que consegue são abaixo de sua qualificação; Shomari, ainda em aguardando o reconhecimento do refúgio, tem que “correr atrás” da informação, do documento, para conseguir a vaga na universidade, o emprego, qualidade vida; a humilhação que Yanara relata sentir parece ser associada ao seu gênero e o status de estrangeira latina. Nem sempre é possível distinguir com clareza os processos de racialização, xenofobia, machismo e outros preconceitos que estão envolvidos nestas vivências, mas pelos relatos é possível perceber que os diferentes pertencimentos permeiam as experiências de cada um e influem na forma em que agenciam e negociam suas posições.

Então, os diferentes caminhos para a universidade e a inserção nesta, não estão descolados destes processos. As redes de apoio e os diferentes contatos importam para primeiramente obter o conhecimento da possibilidade de ingresso, assim como a conclusão e êxito neste processo. O capítulo III busca articular as trajetórias apresentadas no capítulo II com maior ênfase nas diferentes experiências dos interlocutores na universidade, as quais se dão em conexão com diferentes momentos do próprio desenvolvimento da política de ingresso para estudantes refugiados da Unicamp.

Para além do ingresso, a permanência estudantil é outra área de atuação imprescindível. Por mais que não seja necessária a todos, a depender de estrutura familiar e outras redes de apoio, para a maioria dos refugiados é imprescindível ter o suporte de bolsa de estudo e auxílios da universidade, o que está conectado às dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal e a conciliação do emprego com o estudo.

Contudo, há uma dimensão da permanência estudantil para além das condições materiais, conectada à inclusão no ambiente universitário, ao sentir-se parte deste. Todos os interlocutores trouxeram em suas falas alguma experiência significativa para a sua própria constituição de sujeito no espaço da Unicamp. Para Jamal e Shomari, o esporte é um elemento significativo de interação com os outros estudantes, de fazer amigos, participar de atléticas e ligas esportivas. Jamal e Azekel também destacam a vivência da calourada, a semana de recepção dos ingressantes, junto aos demais colegas. Yanara destaca a participação em uma roda de conversa para estudantes refugiados como um importante momento de interação no

qual se sentiu acolhida. Tais experiências devem ser pensadas como um diferencial para a adaptação dos estudantes refugiados.

Deste modo, desconstrói-se a figura pré-concebida do refugiado ou "vítima humanitária" que permeia o senso comum, a partir de construções midiáticas que congelam uma expectativa a que o refugiado deve corresponder. Neste sentido, faço inclusive uma autocrítica: eu mesma me aproximei dos estudos de Refúgio e Direitos Humanos a partir de comoção e sensibilização ao tópico pelas notícias que lia no jornal, quando ainda estava no Ensino Médio. Marcante para mim (e talvez para muita gente) foi a foto do pequeno Alan Kurdi⁷⁸, um menino de três anos que morreu afogado em um naufrágio enquanto tentava chegar à Grécia com a família, saído de Kobane, sua cidade natal na Síria. A foto de seu pequeno corpo em uma praia turca circulou o mundo, despertando profundos sentimentos de compaixão em um moral ocidentalizada, principalmente por ver como vítima uma criança, símbolo de desamparo. Todavia, eu mesma não me lembrava de seu nome, sua história, ainda que tivesse a imagem de seu corpo gravada em minha memória.

Há um processo de universalização, de de-historização, quando se fala de alguém que seja refugiado ou vítima de desastre, guerra ou outro conflito (MALKKI, 1996). Ou seja, os indivíduos referidos, seja por mídias, governos ou outras organizações, não são tratados como sujeitos únicos, advindos de contextos específicos, com as suas próprias trajetórias. Ao contrário, existe uma certa estereotipagem, uma padronização que a burocratização da intervenção humanitária produz, transformando-os em sujeitos universais - o que não significa que não tenham agência para mobilizar estereótipos a seus próprios interesses (ROSA; FACCHINI, 2022). Quando mais uma vez li o trabalho de Malkki (1996) para escrever este trabalho, eu me lembrei de Alan Kurdi, ou mais ainda, do fato de que eu não sabia o seu nome, de que para mim ele era uma representação do trauma, dor e sofrimento dos refugiados sírios.

Há um léxico de sofrimento e compaixão que permeia as narrativas veiculadas nacional e internacionalmente sobre a figura do refugiado (FASSIN, 2011), constantemente enfatizando contextos específicos, como a guerra na Síria, em detrimento de outros. Deste modo, não há o mesmo questionamento da condição de vítima, da necessidade de ajuda humanitária para um Sírio, da mesma forma que ocorre com quem não tenha o seu contexto veiculado desta forma. Um é amplamente aceito, enquanto o outro é contestado.

⁷⁸ Para ler em mais detalhes a história de Alan Kurdi e a sua família acesse: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150903_aylan_historia_canada_fd

Branco Pereira (2021) analisa a fala de um refugiado da República Democrática do Congo feita em um evento destinado a discutir as condições de habitação para os refugiados no Brasil. É o mesmo interlocutor que cunhou os termos *refúgio branco* e *refúgio negro*, a partir da percepção das condições e experiências desiguais vivenciadas por refugiados segundo a sua racialização (capítulo I). O interlocutor relaciona as dificuldades e o sofrimento no presente com uma temporalidade passada; isto é, com o desconhecimento sobre a guerra no Congo e a suas atrocidades.

Eu gostaria de começar mostrando um pouco do que está acontecendo no meu país porque ninguém mostra nada sobre isso aqui no Brasil. O Congo está em guerra há vinte anos. Temos crianças deficientes trabalhando em minas, mulheres estupradas... quando morreu o menino sírio, aquele da foto da praia, saiu em todos os jornais do Brasil. Cada um. Mas ninguém sabe o que está acontecendo no Congo. (Jean, refugiado congolês no Brasil desde 2015, leitura em ato público, setembro de 2017, original em português) (BRANCO PEREIRA, 2021, p.207) Tradução livre.⁷⁹

Tal colocação é para mim significativa porque menciona a mesma fotografia de Alan Kurdi que me sensibilizou e me motivou a entender melhor o que estava acontecendo na Síria. Ao mesmo passo, não estudei a fundo o que acontecia na República Democrática do Congo, mesmo nas aulas, quando muito era uma breve menção em geografia. Naquele momento, isto não foi o suficiente para que a questão me sensibilizasse, para que entendesse as consequências humanas do conflito. Então, falar do sofrimento passado também tem uma conexão com o sofrimento presente, com a forma que estes refugiados são vistos e as condições que têm. A intenção não é enquadrá-los em um ideal de “vítima humanitária”, mas demonstrar que suas situações são tão passíveis de receber o reconhecimento do refúgio quanto dos Sírios, e que talvez as distinções que operam no sistema não tenham sentido.

Contudo, se por um lado a ampla divulgação midiática do conflito facilita o reconhecimento dos sujeitos como refugiados, este também constrói o estereótipo da “vítima humanitária”, a qual é articulada em técnicas de governabilidade do humanitarismo (FASSIN, 2011). A expectativa de que um refugiado corresponda a aquela figura estabelecida, que esteja sempre desamparado e precisando ser ajudado, exige que se coloque e reproduza sua narrativa de uma determinada forma, o que tende a silenciá-lo.

⁷⁹ I wish I could start by showing you a little bit of what is happening back in my country because nobody shows anything about it here in Brazil. Congo has been at war for twenty years now. We have handicapped children working in mines, raped women... when the Syrian boy died, the one from the picture on the beach, it appeared in every newspaper in Brazil. Every single one. But nobody knows what is happening in Congo. (Jean, Congolese refugee in Brazil since 2015, lecture in a public event, September 2017, original in Portuguese) (BRANCO PEREIRA, 2021, p.207)

No entanto, o próprio gesto que parece reconhecê-los os reduz ao que não são – e muitas vezes se recusam a ser – ao reificar sua condição de vítima, ignorando sua história e silenciando suas palavras. A razão humanitária presta mais atenção à vida biológica dos desamparados e desafortunados, a vida em nome da qual eles recebem ajuda, do que à sua vida biográfica, a vida pela qual eles poderiam, independentemente, dar um sentido à sua própria existência (FASSIN, 2011, p.254)⁸⁰

Thomaz (2010) fornece um exemplo desta caracterização em seu relato quanto aos dias após o terremoto no Haiti em 2010. A ajuda internacional veio, mas ela nunca de fato chegou, era recorrente a afirmação na mídia da dificuldade de escoá-la para além do aeroporto. Contudo, o autor coloca que as redes locais poderiam ter sido acionadas. Deste modo, os recursos poderiam ter sido distribuídos, mas a articulação não ocorreu porque não é do “protocolo” da ONU. No entanto, os setores organizados da sociedade haitiana são colocados por Thomaz como os verdadeiros responsáveis por uma ajuda efetiva. E quanto à intervenção humanitária internacional? O autor observa as longas filas na busca por galões d’água e as câmeras ali para produzir imagens impactantes, da luta por migalhas de uma ajuda insuficiente. Contudo, as câmeras servem para construir a narrativa da “vítima humanitária” e justificar tais intervenções externas, as quais se articulam aquém das próprias redes haitianas organizadas.

Tais processos não estão descolados de relações imperialistas que remetem a um passado colonial, a fantasias sobre o Oriente e seus habitantes (todos aqueles que não são do Ocidente), a noções de caridade e filantropia (MALKKI, 1996). São práticas que, de um modo ou de outro, dizem sobre hierarquias sociais e relações de poder, no estabelecimento de limites que mantém o sujeito refugiado em constante posição de desamparo. Isto é, a Moral Humanitária (e o Governo Humanitário a que se funde) é regida sob uma série de sentimentos de compaixão e da moral cristã que são essenciais para a força política; no entanto, falar em compaixão não é o mesmo que falar em justiça (FASSIN, 2011). A compaixão pode trazer um certo gozo em acudir o sofrimento de alguém, mas que ao mesmo tempo estabelece uma

⁸⁰ However, the very gesture that appears to grant them recognition reduces them to what they are not— and often refuse to be— by reifying their condition of victimhood while ignoring their history and muting their words. Humanitarian reason pays more attention to the biological life of the destitute and unfortunate, the life in the name of which they are given aid, than to their biographical life, the life through which they could, independently, give a meaning to their own existence (FASSIN, 2011, p.254)

relação de poder entre aquele que *pode* ajudar e aquele que *precisa* de ajuda⁸¹, sem que necessariamente a condição em si seja alterada.

Esta reflexão permite se aproximar de algumas questões quanto à Razão Humanitária e a forma como elabora, determina e delimita a figura do refugiado. Alicerce desta são as emoções que se envolvem e sustentam as políticas estabelecidas. Contudo, tanto Malkki (1996) quanto Fassin (2011) enfatizam que neste sentido é possível aprimorar o humanitarismo, sendo que ambos atribuem grande ênfase aos detalhes de cada contexto, seja na produção de etnografias, ou na historicização de um trabalho humanitário. Sendo assim, espero que este trabalho vá neste sentido, na medida em que se ancora na voz de seus interlocutores e dá voz aos diversos nuances e particularidades de suas histórias.

⁸¹ Neste sentido, é possível pensar uma aproximação com a categoria “humilhação” colocada por Yanara e aqui analisada sob a luz do trabalho de Díaz-Benítez. A humilhação também aparece para estabelecer uma hierarquia, é tensionada pela quebra de um limite nesta, o que também remete à manutenção da condição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, C. R. S. Refugiados: a nova face do oprimido na educação. Educação em Perspectiva: Dossiê a nova face do oprimido, 2018, v. 9, N.3.
- AMORIM, J. A. A. a integração local do refugiado no brasil: a proteção humanitária na prática cotidiana. Refúgio no Brasil: Comentários à Lei, 2017, 9.97: 375-398.
- ATESOK, Z. O.; KOMSUOGLU, A.; OZER, Y. Y. An Evaluation of Refugees' access to higher education: case of Turkey and Istanbul University. Journal of International and Comparative Education, 2019, v.8, N.2
- BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. cadernos pagu, 2006, 329-376.
- BRANCO PEREIRA, A. Refuge in Brazil: An Ethnographic Approach. Antípoda. Revista de Antropología y Arqueología, 2021, 197-214.
- BAJWA, J. K, et al. Examining the intersection of race, gender, class, and age on post-secondary education and career trajectories of refugees. Refuge, 2018, 34.2: 113-123.
- BUSKO, D. Políticas Públicas Educacionais para Refugiados no Rio Grande do Sul. Jornal de Políticas Educacionais, 2017, N.22
- BRUNTON, J. et al. Duelling identities in refugees learning through open, online higher education. Open Praxis, 2019.
- CIN, F. M.; DOGAN, N. Navigating university spaces as refugees: Syrian refugees' pathways to and through higher education in Turkey. International Journal of Inclusive Education, 2020, v. 24, p. 298-312.
- DA ROCHA, S. R. P; DE AZEVEDO, R. S; MENDES, G. M. L. Educação Superior para Refugiados. Uma análise dos procedimentos de ingresso nas universidades brasileiras vinculadas à Cátedra Sérgio Vieira de Mello. Revista Iberoamericana de Educación, 2022, 88.1: 147-162.
- DAS, V.; POOLE, D. Anthropology in the Margins, "Introduction". In: Santa Fe: School of American Research Seminar. 2004.
- DAS, V.. Life and Words: Violence and the Descent into the Ordinary. Univ of California Press, 2006.
- DEBERT, G. G. Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral. A aventura antropológica: teoria e pesquisa, 1986, 4: 141-156.
- DECRETO Nº 4.246, Diário Oficial, Brasília, DF. 22 de Maio de 2002. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4246.htm#:~:text=Promulga%20a%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20o,que%20lhe%20confere%20o%20art.&text=Considerando%20que%20a%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20entrou,2o%2C%20de%20seu%20art. Acesso em 04/03.
- DÍAZ-BENÍTEZ, M. E.. O gênero da humilhação. Afetos, relações e complexos emocionais. Horizontes antropológicos, 2019, 25: 51-78.
- DÍAZ-BENÍTEZ, M. E.; GADELHA, K.; RANGEL, E. Nojo, humilhação e desprezo: uma antropologia das emoções hostis e da hierarquia social. Anuário Antropológico, 2021, 46.3: 10-29.
- DRYDEN-PETERSON, S.; GILES, W. Introduction: Higher Education for Refugees. Refuge, 2010, v. 27, N.2
- DOCUMENTOS PARA MATRÍCULA, UFABC. Disponível em: https://prograd.ufabc.edu.br/pdf/edital_131_2019_ingresso_bis_lis.pdf
- DOCUMENTO ORIENTADOR - ESTUDANTES IMIGRANTES: MATRÍCULAS E CERTIFICADOS. Governo do Estado de São Paulo, 2º edição. Disponível em: https://www.educacao.sp.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/MATR%C3%8DCULA_FINAL-compressed.pdf

DOIDGE, M; KEECH, M; SANDRI, E. 'Active integration': sport clubs taking an active role in the integration of refugees. *International Journal of Sport Policy and Politics*, 2020, 12.2: 305-319.

EDITAL Nº. 01/2020, UNISANTOS, 2020. Disponível em:
https://www.unisantos.br/wp-content/uploads/2020/01/EDITAL_01_2020_Bolsa-Refugiado.pdf

EDITAL Nº 131/2019, UFABC, 2019. Disponível em:
https://prograd.ufabc.edu.br/pdf/edital_131_2019_ingresso_bis_lis.pdf

EDITAL - PROCESSO SELETIVO - REFUGIADOS, APÁTRIDAS E PORTADORES DE VISTO HUMANITÁRIO, UNIFESP, 2020. Disponível em:
<https://www.unifesp.br/reitoria/prograd/ensino-menu/estagios/alunos-de-outras-instituicoes/regras-de-aceite/755-2020-edital-processo-seletivo-refugiados-apatridas-e-portadores-de-visto-humanitario>

EDITAL PROGRAD Nº5, UFSCAR, 2020. Disponível em:
<http://www.prograd.ufscar.br/cursos/ingresso-na-graduacao/Edital52020Ref21.pdf> Acesso em: 04/03.

FACUNDO, Á. Êxodos, Refúgios e Exílios: Colombianos no Sul e Sudeste do Brasil. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2017.

_____. Ficar, migrar e disputar o futuro. *Cadernos de Campo* (São Paulo-1991), 2019, 28.2: 21-25.

_____. Deslocamento Forçado na Colômbia e Políticas de Refúgio no Brasil: Gestão de populações em êxodo. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, 2019, 13.1: 245-267.

FASSIN, Didier. Humanitarian reason: a moral history of the present, "Introduction". University of California Press, 2011.

FEREDE, M. K. Structural factors associated with higher education access for first-generation refugees in Canada: an agenda for research. *Refuge*, 2012, v. 27, N.2.

FRANÇA, I. L. "Refugiados LGBTI": direitos e narrativas entrecruzando gênero, sexualidade e violência. *cadernos pagu*, 2017.

_____. The integration of LGBTI refugees in Brazil: Sexual democracies in the South, processes of racialization and shared precarities. *Journal of Immigrant & Refugee Studies*, 2022, 1-12.

_____; FONTGALAND, A. Gênero, sexualidades e deslocamentos: notas etnográficas sobre imigrantes e "refugiados LGBTI" no Norte do Brasil. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 2020, 28: 49-68.

FUTURO, C. M. A integração acadêmica do refugiado estudante. *Cadernos de Relações Internacionais/ PUC - RJ*, 2019.

GARITO, M. A. A University for Refugees: Education without Boundaries. *Journal of Modern Education Review*, 2017, v. 7, N. 8, p. 568 - 575.

GILBERTO, C. M.; FRINHANI, F. M. D. Direitos Humanos e Governança Global: as ações da Cátedra Sérgio Vieira de Mello na integração local dos refugiados. *Revista de Direitos Humanos e Efetividade*, 2016, v. 2, N. 1

GIROTO, G.; PAULA, E. M. A. T. Imigrantes e Refugiados no Brasil: uma análise sobre escolarização, currículo e exclusão. *Revista Espaço do Currículo*, 2020.

GOASTELLE, G. Refugees' access to higher education in Europe. *Inclusion Through Access to Higher Education in Europe*, 2018.

GOMEZ, M. V. Ações da universidade brasileira para abrir a educação a pessoas em situação de refúgio. *Cadernos CERU*, 2019, 30.1: 96-134.

GUBRIUM, J. F.; HOLSTEIN, J. A. Narrative ethnography. *Handbook of emergent methods*, 2008, 241-264.

GUPTA, A; FERGUSON, J. Mais além da “cultura”: espaço, identidade e política da diferença. O espaço da diferença. Campinas: Papyrus, 2000, 30-49.

HALKIC, B.; ARNOLD, P. Refugees and online education: student perspectives on need and support in the context of (online) higher education. *Journal Learning, Media and Technology*, 2019, v. 44, N.4.

HALTER, M. Cultura econômica do empreendimento étnico: caminhos da imigração ao empreendedorismo. *Pensata. Revista de Administração de Empresas*. 2007, 47(1), 99-115.

HAMID, S. C. (Des) integrando refugiados: os processos do reassentamento de palestinos no Brasil. 2012.

HOMOLOGAÇÃO - INSCRIÇÕES UFSCAR. UFSCAR, 2020. Disponível em: http://www.prograd.ufscar.br/cursos/ingresso-na-graduacao/ref_hom2021_pbl.pdf

JIMENO, M.; et al. “El Enfoque Narrativo” In: *Etnografias contemporâneas III: las narrativas en la investigación antropológica*. Bogotá, Colombia: Universidad Nacional de Colombia, 2016.

JUNGER, G; et al.. Refúgio em números 2022. OBMigra, 7º edição, 2022. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMigra_2022/REF%C3%9AGIO_EM_N%C3%9AMEROS/Refu%CC%81gio_em_Nu%CC%81meros_-_27-06.pdf. Acesso em: 11/03/2023.

_____. Refúgio em números. OBMigra, 6º edição, 2021. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorios_conjunturais/2020/Ref%C3%BAgio_em_N%C3%BAMeros_6%C2%AA_edi%C3%A7%C3%A3o.pdf Acesso em: 11/03/2023.

_____. Refúgio em números. OBMigra, 5º edição, 2020. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/Ref%C3%BAGio%20em%20n%C3%BAMeros/REF%C3%9AGIO_EM_N%C3%9AMEROS_5%C2%AA_EDI%C3%87%C3%83o.pdf Acesso em: 11/02/2023.

LAPA, R. C. C.; REIS, V. V. A.; FERNANDES, A. P. Documentos para o acesso de pessoas refugiadas ao ensino superior no Brasil. Relatório de Pesquisa UNISA/ CSVN, 2019

LEI Nº 6.815, Ministério da Justiça - MJ. 19 de Agosto de 1980. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6815.htm Acesso em: 04/03/2022

LEI Nº 9.474, Ministério da Justiça - MJ. 22 de Julho de 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9474.htm Acesso em: 04/03/2022

LIM, S. “Loss of Connections Is Death” Transnational Family Ties Among Sudanese Refugee Families Resettling in the United States. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 2009, 40.6: 1028-1040.

MACHADO, I. J. R. (org). “Introdução” In: *Etnografias do Refúgio no Brasil*. São Carlos: EDUFSCAR, 2020.

MACIEL, A.C.M.D. 15 anos de Cátedra Sérgio Vieira de Mello no Brasil: Universidades e Pessoas Refugiadas. 1. ed. São Bernardo do Campo: Universidade Federal do ABC, 2020.

MALKKI, Liisa H. Speechless emissaries: Refugees, humanitarianism, and dehistoricization. *Cultural anthropology*, 1996, 11.3: 377-404.

MANTOVANI, F; PAULO, P.P. Refugiados ganham a vida vendendo comida síria em SP; veja onde provar. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/09/refugiados-ganham-vida-vendendo-comida-siria-em-sp-veja-onde-provar.html> [Acesso em 07/03/2023]

MARTUSCELLI, P. N. Medindo a reunião familiar de refugiados no Brasil: dados sobre visto e extensão da condição de refugiado (1999-2018). *TRAVESSIA-revista do migrante*, 2019, 87: 45-72.

MIALHE, J. L; MALHEIRO, K. C. Os refugiados no Brasil e as organizações não governamentais. *Revista de Direitos Humanos em Perspectiva*, 2016, 2.1: 37-55.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Refúgio em números 3º edição. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros-e-publicacoes/anexos/refugio_em_numeros-3e.pdf Acesso em 11/03/2023.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. Refúgio em números 4º edição. Disponível em:

https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros-e-publicacoes/anexos/refugio_em_numeros-4e.pdf Acesso em: 11/03/2023.

_____. Refúgio em números. 2º edição. Disponível em:

https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros-e-publicacoes/anexos/refugio_em_numeros-2e.pdf Acesso em: 11/03/2023.

MOREIRA, J. B. Refugiados no Brasil: reflexões acerca do processo de integração local. *Revista de Mobilidade Humana*, 2014, v.22, N.43

_____. O papel da Cátedra Sérgio Vieira de Mello no processo de integração local dos refugiados no Brasil. *Monções*, 2015, v.4, N.8

MORRICE, L. Journeys into higher education: the case of refugees in the UK. *Teaching in Higher Education*, 2009, v.14, n.6, p.661-672.

_____. Refugees in higher education: boundaries of belonging and recognition, stigma and exclusion. *International Journal of Lifelong Education*, 2013, v. 32, N. 5, p.652–668

MORRIS-LANGE, S.; BRANDS, F. German universities open doors to refugees: access barriers remain. *International Higher Education*, 2016, N.84

NADAI, L. Entre pedaços, corpos, técnicas e vestígios: o Instituto Médico Legal e suas tramas. 2018. PhD Thesis. Tese [Doutorado em Ciências Sociais]. IFCH/UNICAMP, Campinas.

PAIXÃO, M. Crise em Cuba leva a recorde de pedidos de refúgio de cubanos no Brasil. *Folha de São Paulo*, em 14. jan 2023. Disponível em:

https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/01/crise-em-cuba-leva-a-recorde-de-pedidos-de-refugio-de-cubanos-no-brasil.shtml?pwgt=k96nlu6bj8a8xjob19k6ilfhnv90c972bwymwekhkt8i&utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwagift Acesso em 12/03/2023.

PERES, L. B; CERQUEIRA-ADÃO, S. A. R; FLECK, C. F. Integrar e acolher: o acesso de refugiados e imigrantes haitianos nas universidades. *Educação e Pesquisa*, 2022, 48.

PUCCI, F. M. S. O papel das organizações humanitárias na recepção aos sírios em situação de refúgio em São Paulo. *Anais do III Seminário Nacional de Sociologia: Distopias dos extremos: sociologias necessárias*, 2020.

RIBEIRO, J. C. Da liberdade de Isadora: Circuitos afetivos entre crises, políticas e fronteiras. *Vivência: Revista de Antropologia*, 2020, v. 1, n. 56.

_____. A Casa e a Nação: Gênero, disciplinas e domesticidade em um abrigo para migrantes e refugiadas. *O Público e o Privado*, 2022.

_____. El otro cultural: migrantes, refugiadas y la víctima de la violencia de género. *Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)*, 2023.

_____. Articulações de gênero, práticas de controle migratório e produção da vítima humanitária na gestão do refúgio. *Cadernos OBMigra*, Brasília, v. 2, n. 2, p. 1-23, 2016.

ROSA, M. Seleção e ingresso de estudantes refugiados no ensino superior brasileiro: a inserção linguística como condição da hospitalidade. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, 2018.

ROSA, W; FACCHINI, R. “Você é um dos reprovados?”: cotas, tensões e processos de subjetivação entre universitários negros de medicina. *Mana*, 2022, 28.

ROSSA, L. A.; MENEZES, M. A. Imigração e refúgio no Brasil e os programas especiais de acesso ao ensino superior: levantamentos iniciais dos programas implementados até 2016. Encontro Nacional Sobre Migração Da Associação Brasileira De Estudos Populacionais, 2017, 10.

SANTOS, J. C. X, et al. Ação afirmativa para imigrantes em universidades públicas: o ingresso de refugiados e portadores de visto humanitário na Universidade Estadual de Goiás (2015-2020). 2021.

SANTOS, L. A. Refúgio e suas interseccionalidades: os desafios da história única. 2019. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SCAGLIUSI, F. B., PORRECA, F. I., ULIAN, M. D.; DE MORAIS SATO, P., & UNSAIN, R. F. Representations of Syrian food by Syrian refugees in the city of São Paulo, Brazil: An ethnographic study. *Appetite*, 2018, 129, 236–244.

SILVA, I. C. Guerra e construção do Estado na República Democrática do Congo: a definição militar do conflito como pré-condição para a paz. 2011.

SMITH, R; SPAAIJ, R; MCDONALD, B. Migrant integration and cultural capital in the context of sport and physical activity: A systematic review. *Journal of international migration and integration*, 2019, 20: 851-868.

SOLICITAÇÃO DE VAGAS PARA REFUGIADOS, UNICAMP, 2018. Disponível em: <https://www.dac.unicamp.br/portal/estude-na-unicamp/vaga-para-refugiados>

SONTAG, K. Refugee Students' Access to three European Univeristies: An Ethnographic Study. *Social Inclusion*, 2019, v.7, N.1, p. 71 -79.

SOUZA, B. B. et al. "Refúgio e direitos humanos: o papel das universidades." In: *Direitos Humanos, Grupos Vulneráveis e Violências*, 2018.

SOUZA, M. F. R. Gerenciamento de programas de futebol como instrumento de integração social para refugiados em São Paulo. 2022. PhD Thesis. Universidade de São Paulo.

THOMAZ, O. R. O terremoto no Haiti, o mundo dos brancos e o Lougawou. *Novos estudos CEBRAP*, 2010, 23-39.

VIANNA, A.; FACUNDO, Á. Tempos e deslocamentos na busca por justiça entre " moradores de favelas" e " refugiados". *Ciência e Cultura*, 2015, 67.2: 46-50.

WALDELY, A. B; FIGUEIRA, L. E. " Eles fazem de tudo para pegar as pessoas": administrando narrativas dos solicitantes de refúgio no Brasil. *Revista Brasileira de Sociologia do Direito*, 2018, 5.2.

APÊNDICES

Apêndice I

Solicitações de Refúgio por Cubanos		
Ano	Solicitações de Refúgio	Solicitações Deferidas
2016	1370	Não disponível ^{*82}
2017	2373	Não disponível ^{**83}
2018	2749	45 (5,8%)
2019	3999	35 (0,2%)
2020	1347	114 (0,5%)
2021	529	332 (43,2%)

Fonte: Relatórios “Refúgio em Números” de 2017 a 2022. Disponíveis em:

<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/refugio-em-numeros> Acesso em 11/03/2023

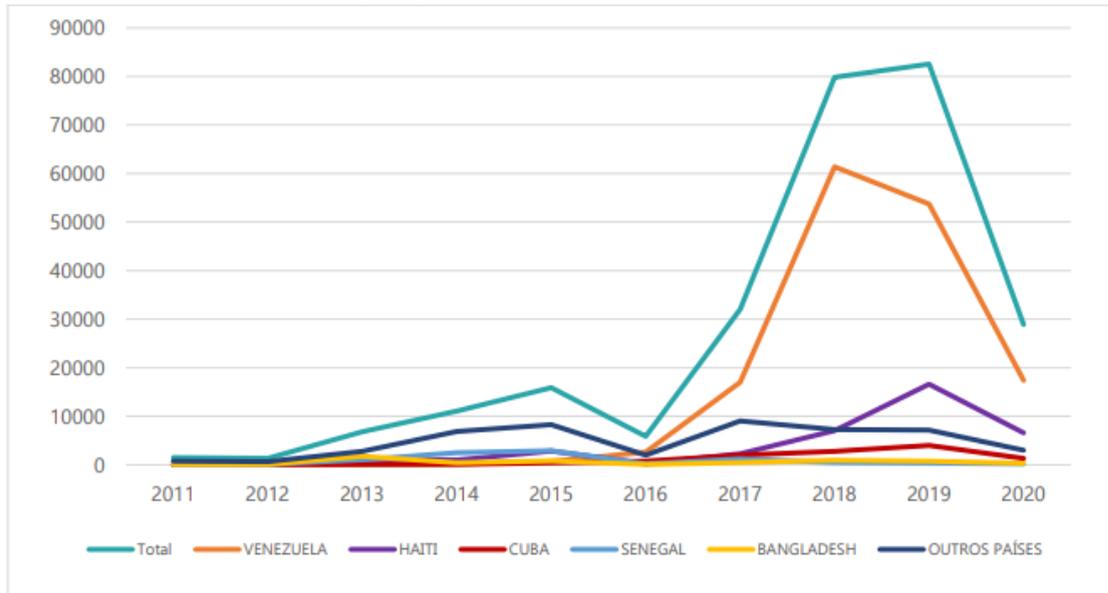
⁸²*Não é mencionado especificamente. É possível que Cubanos estejam entre os 95 (10,1%) indivíduos provenientes de países não listados

⁸³ **Não é mencionado especificamente. É possível que Cubanos estejam entre os 48 (8,2%) indivíduos provenientes de países não listados

ANEXOS

Anexo I

Número de solicitações de reconhecimento de refúgio entre 2011 - 2020.



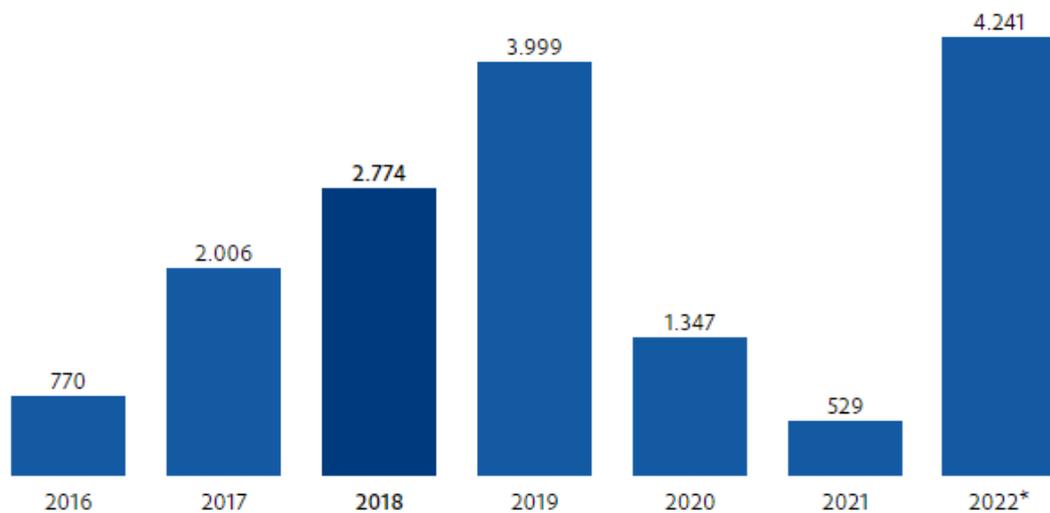
Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal, Solicitações de reconhecimento da condição de refugiado.

(*) Foi utilizada a variável "nacionalidade" de 2011 a 2015 e "país de nascimento" de 2016 a 2020.

Fonte: Refúgio em números 6ª edição. (JUNGER, 2021, p.37)

Anexo II

Número de solicitações de refúgio feitas por cubanos bate recorde



*Dados de janeiro a novembro | Fontes: OBMigra, com base em dados da Polícia Federal e do Sistema de Registro Nacional Migratório, e Ministério da Justiça

Fonte: (PAIXÃO, 2023).

Anexo III

Reitor: Antonio José de Almeida Meirelles

Dispõe sobre procedimentos e documentos aceitos e exigidos para ingresso de refugiados, solicitantes de refúgio e migrantes beneficiários de políticas humanitárias do governo brasileiro, nos cursos de graduação e pós-graduação da Unicamp.

O Reitor da Universidade Estadual de Campinas,

CONSIDERANDO que a dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil (Art. 1º, III CF/88);

CONSIDERANDO que a prevalência dos direitos humanos e a construção de relações baseadas na cooperação entre os povos para o progresso da humanidade regem a República Federativa do Brasil em suas relações internacionais (Art. 4º, II, IX CF/88);

CONSIDERANDO os compromissos assumidos pela República Federativa do Brasil com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (1966), e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966);

CONSIDERANDO as obrigações assumidas pela República Federativa do Brasil com a Carta da Organização dos Estados Americanos (1947) e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos – Pacto de San José da Costa Rica (1969);

CONSIDERANDO as obrigações assumidas pela República Federativa do Brasil com a Convenção das Nações Unidas relativas ao Estatuto dos Refugiados – Convenção de Genebra (1951), o Protocolo Adicional ao Estatuto dos Refugiados (1967), a Declaração de Cartagena sobre os Refugiados (1984), a Declaração sobre os Direitos Humanos dos Indivíduos que não são Nacionais do País em que Vivem (1985), e a Declaração e Plano de Ação do Brasil (2014);

CONSIDERANDO o disposto na Lei no 9.474/97, em especial o previsto em seu Artigo 44, sobre a facilitação do ingresso em instituições acadêmicas de todos os níveis;

CONSIDERANDO a Lei no 13.445/17, a Lei de Migração, cujo Inciso X assegura o direito à educação pública, sendo vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória, bem como o Decreto 9.199/17 que a regulamenta;

CONSIDERANDO as Resoluções Normativas do CONARE previstas no Art. 12, inciso V, da Lei no 9.474, de 22 de julho de 1997; as Resoluções Normativas do Conselho Nacional de Imigração, instituído pela Lei no 6.815, de 19 de agosto de 1980 e organizado pela Lei no 10.683, de 28 de maio de 2003, cujas atribuições lhe são conferidas pelo Decreto no 840, de 22 de junho de 1993; e ainda, as Portarias Interministeriais previstas no Inciso II do parágrafo único do Art. 87 da Constituição, tendo em vista os Arts. 37 e 45 da Lei nº13.844, de 18 de junho de 2019, o disposto no § 3º do Art. 14, e na alínea "c" do Inciso I do Art. 30 da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, e no § 1º do Art. 36 e § 1º do Art. 145 do Decreto no 9.199,

de 20 de novembro de 2017, que versam sobre refugiados, solicitantes de refúgio e migrantes beneficiários de políticas humanitárias do governo brasileiro.

CONSIDERANDO o entendimento de que a migração e o refúgio são fenômenos sociais com potencial agravamento das violações dos direitos humanos;

CONSIDERANDO que a acolhida de cidadãos refugiados, solicitantes de refúgio, e migrantes beneficiários de políticas humanitárias do governo brasileiro também colabora para a estratégia de internacionalização da UNICAMP.

CONSIDERANDO o previsto no art. 8o, inciso III, alínea “c” do Regimento Geral dos Cursos de Graduação;

RESOLVE:

Art. 1o. A participação na seleção específica realizada pela Unicamp para o ingresso de refugiados, solicitantes de refúgio e migrantes beneficiários de políticas humanitárias do governo brasileiro nos cursos de graduação e pós-graduação será condicionada à comprovação de uma das seguintes condições:

- I. Condição de refugiado, por meio de certidão emitida pelo Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE;
- II. Condição de solicitante de refúgio, comprovada pelo DP-RNM – Documento Provisório de Registro Nacional Migratório ou documento equivalente emitido pelo Departamento de Polícia Federal, de acordo com os procedimentos regulamentados pela Lei 9.474/97;
- III. Condição de regularidade migratória, comprovada pela Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM) ou protocolo de requerimento análogo emitido pelo Departamento de Polícia Federal, com autorização de residência por tempo determinado ou indeterminado, decorrente de acolhida humanitária ou outras políticas de caráter humanitário do governo brasileiro.

Parágrafo único. Poderão ser aceitas solicitações de candidatos que tenham cursado Ensino Médio ou equivalente, Graduação ou Mestrado no Brasil ou no exterior.

Art. 2o. Além dos documentos que comprovem o enquadramento em um dos incisos do artigo 1o desta Resolução, os demais documentos exigidos para solicitar uma vaga para estudo na Unicamp são os seguintes:

- I. Formulário de Solicitações Diversas, disponível no site <https://www.dac.unicamp.br/sistemas/formularios/diversos.php> preenchido com a justificativa de interesse do curso e assinado;
- II. Carta com breve histórico de vida bem como expectativas futuras (pode ser redigida em editor de texto, como Word, LibreOffice, Notepad, PDF, outros);
- III. Documentação comprobatória de conclusão de estudos equivalentes ao Ensino Médio ou comprovante de curso superior interrompido, para ingresso na graduação. Quando não for possível a apresentação de documentos comprobatórios desta alínea, será permitido ao refugiado a comprovação por outros meios de prova em direito;
- IV. Em caso de pedido de vaga para Pós-Graduação stricto sensu - Mestrado e Doutorado, Diploma, preferencialmente acompanhado de Histórico Escolar da Graduação.

Art. 3o. A solicitação será protocolada no Atendimento da DAC, responsável pela conferência da documentação exigida, com encaminhamento para o Gabinete do Reitor.

Art. 4o. A solicitação será analisada por uma Comissão de Avaliação instituída pelo Gabinete do Reitor, consultada a Cátedra Sérgio Vieira de Mello, composta por pelo menos 3 membros, e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP).

Art. 5o. A Comissão de Avaliação emitirá parecer final favorável ou não à solicitação, devolvendo-a ao Gabinete do Reitor para decisão. Após, a solicitação será encaminhada à Cátedra Sérgio Vieira de Mello para ciência e à Diretoria Acadêmica para providências, inclusive ciência do solicitante e eventual matrícula do requerente, que se dará sempre no início do semestre letivo para os ingressantes na graduação.

Art. 6o. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada as disposições em contrário.

Publicada no D.O.E. em 24/05/2022. Pág. 57 e 58.

Documento disponível em:

<https://www.dac.unicamp.br/portal/estude-na-unicamp/vaga-para-refugiados>

Acesso em 24/03/2023

Solicitação de Vaga para refugiados

Imprimir

Please check the Resolution from the University President's Office stipulates for procedures and documents accepted and required for admission of refugees, asylum seekers and migrants benefiting from humanitarian policies of the Brazilian government, to undergraduate and graduate programs at the University of Campinas (Unicamp).

De acordo com a Resolução GR nº. 19/2022, de 20/05/2022 que dispõe sobre procedimentos e documentos aceitos e exigidos para ingresso de refugiados, solicitantes de refúgio e migrantes beneficiários de políticas humanitárias do governo brasileiro, nos cursos de graduação e pós-graduação da Unicamp, resolve:

Art. 1º. A participação na seleção específica realizada pela Unicamp para o ingresso de refugiados, solicitantes de refúgio e migrantes beneficiários de políticas humanitárias do governo brasileiro nos cursos de graduação e pós-graduação será condicionada à comprovação de uma das seguintes condições:

I. Condição de refugiado, por meio de certidão emitida pelo Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE;

II. Condição de solicitante de refúgio, comprovada pelo DP-RNM – Documento Provisório de Registro Nacional Migratório ou documento equivalente emitido pelo Departamento de Polícia Federal, de acordo com os procedimentos regulamentados pela Lei 9.474/97;

III. Condição de regularidade migratória, comprovada pela Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM) ou protocolo de requerimento análogo emitido pelo Departamento de Polícia Federal, com autorização de residência por tempo determinado ou indeterminado, decorrente de acolhida humanitária ou outras políticas de caráter humanitário do governo brasileiro.

Parágrafo único. Poderão ser aceitas solicitações de candidatos que tenham cursado Ensino Médio ou equivalente, Graduação ou Mestrado no Brasil ou no exterior.

Art. 2º. Além dos documentos que comprovem o enquadramento em um dos incisos do artigo 1º desta Resolução, os demais documentos exigidos para solicitar uma vaga para estudo na Unicamp são os seguintes:

I. Formulário de Solicitações Diversas, disponível no site <https://www.dac.unicamp.br/sistemas/formularios/diversos.php> preenchido com a justificativa de interesse do curso e assinado;

II. Carta com breve histórico de vida bem como expectativas futuras (pode ser redigida em editor de texto, como Word, Libre-Office, Notepad, PDF, outros);

III. Documentação comprobatória de conclusão de estudos equivalentes ao Ensino Médio ou comprovante de curso superior interrompido, para ingresso na graduação. Quando não for

possível a apresentação de documentos comprobatórios desta alínea, será permitido ao refugiado a comprovação por outros meios de prova em direito;

IV. Em caso de pedido de vaga para Pós-Graduação stricto sensu - Mestrado e Doutorado, Diploma, preferencialmente acompanhado de Histórico Escolar da Graduação.

Obs.: Além da documentação exigida nos artigos 1º e 2º, o interessado obrigatoriamente deverá preencher e assinar declaração atestando a veracidade das informações e documentos apresentados. [Clique aqui](#) para acessar a declaração.

Art. 3º. A solicitação será protocolada no Atendimento da DAC, responsável pela conferência da documentação exigida, com encaminhamento para o Gabinete do Reitor.

Art. 4º. A solicitação será analisada por uma Comissão de Avaliação instituída pelo Gabinete do Reitor, consultada a Cátedra Sérgio Vieira de Mello, composta por pelo menos 3 membros, e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP). Art. 5º. A Comissão de Avaliação emitirá parecer final favorável ou não à solicitação, devolvendo-a ao Gabinete do Reitor para decisão. Após, a solicitação será encaminhada à Cátedra Sérgio Vieira de Mello para ciência e à Diretoria Acadêmica para providências, inclusive ciência do solicitante e eventual matrícula do requerente, que se dará sempre no início do semestre letivo para os ingressantes na graduação.

Os documentos podem ser entregues presencialmente no Atendimento da DAC ou, preferencialmente, online, via sistema [Fale com a DAC](#)

Atenção: Não será permitido dar entrada na solicitação de vaga apenas com o **protocolo de solicitação de visto de refúgio**, devendo o requerente aguardar até a conclusão de sua solicitação pelo Conare.

Ressaltamos que **não existem vagas garantidas** para pessoas com status de Refúgio. A concessão da vaga dependerá da análise da documentação entregue pela Comissão instituída e do limite máximo de estudantes que cada curso permite.

Para informações sobre Cátedra Sergio Vieira de Mello, acesse o link: <https://www.acnur.org/portugues/catedra-sergio-vieira-de-mello/>

Documentos que são aceitos para comprovação do status de Refugiado:



2439047

08241.000085/2011-66



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins que [REDACTED]
[REDACTED] nacional da Colômbia, nascido (a) em 23/06/1998, filho (a) de [REDACTED]
[REDACTED], portador (a) do RNE do [REDACTED] teve o
reconhecimento de seu *status* de refugiado (a) declarado pelo Governo brasileiro em 21 de
outubro de 2011, condição essa que continua a ostentar.

Brasília, 09 de junho de 2016.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA BEATRIZ BONNA NOGUEIRA**,
Coordenador(a)-Geral de Assuntos de Refugiados, em 09/06/2016, às 19:33, conforme
o § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200/01.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br>
informando o código verificador **2439047** e o código CRC **22B29660**
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site
<http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro
de protocolo no Ministério da Justiça.

Referência: Processo nº 08241.000085/2011-66

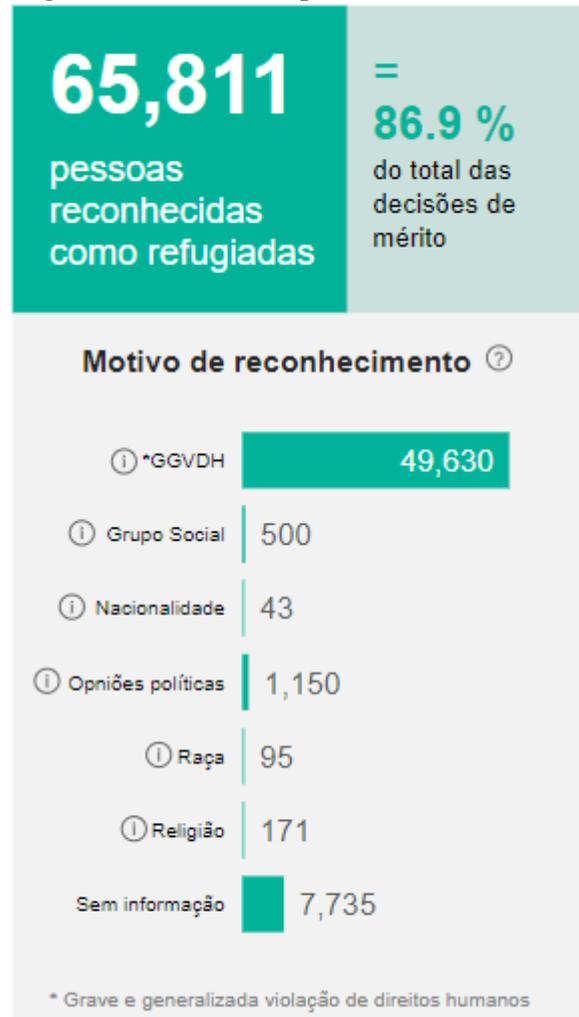
SEI nº 2439047

Anexo V

Decisões de Mérito do CONARE em 2022



Refugiados reconhecidos pelo CONARE até 2022



Fonte: Base de dados do CONARE disponível em:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoizTk3OTdiZjctNGOwOC00Y2FhLTgxYTctNDNIN2ZkNjZmMwVlliwjdCI6ImU1YzM3OTgxLTY2NjQtNDEzNC04YTBjLTY1NDNkMmFmODBiZSIsImMiOiJh9&pageName=ReportSection>

Anexo VI

Bolsas Sociais

O que são?

As Bolsas-Auxílio são destinadas aos estudantes de graduação e pós-graduação da Unicamp que apresentem e comprovem dificuldades financeiras para garantir sua permanência na universidade. Esse auxílio visa a evitar a evasão, especialmente daqueles que precisam de um suporte financeiro e que, por conta das atividades acadêmicas, possuem horários limitados.

Todos os alunos de graduação que estiverem regularmente matriculados poderão pleitear todos os tipos de Bolsa-Auxílio. Os alunos de pós-graduação poderão se candidatar apenas às bolsas: Bolsa Alimentação e Transporte (BAT), Programa de Moradia Estudantil (PME) e Bolsa Auxílio Moradia (BAM).

Como participar?

Os interessados devem ficar atentos à divulgação do calendário para as inscrições no Programa de Bolsas do SAE e na seleção dos inscritos, ambos divulgados no próprio site.

Para se inscrever, os alunos deverão preencher e imprimir o formulário disponibilizado no site do SAE, assiná-lo e entregá-lo no Serviço Social deste departamento, juntamente com a documentação exigida.

Critérios de seleção

De acordo com os critérios de seleção do Serviço Social do SAE, os candidatos poderão ser convocados para a entrevista. O não comparecimento à convocação implica na anulação da inscrição do candidato.

Regras:

Após a concessão de qualquer uma das modalidades de Bolsa-Auxílio, exige-se dos estudantes de graduação as seguintes condições:

1- que não possua diploma de curso superior de instituição pública;

2- que mantenha um coeficiente de progressão maior ou igual ao coeficiente de progresso exigido;

3- que não tenha outro rendimento regular fruto de atividade remunerada, exceto as próprias Bolsas-Auxílio do SAE.

Para os estudantes de pós-graduação classificados para receber Bolsa Alimentação e Bolsa Transporte, exige-se:

1- que não tenha outro rendimento regular, fruto de atividade remunerada, exceto bolsas financiadas por organismos governamentais, pela UNICAMP ou por seus convênios e programas;

2- que a partir do quarto semestre de seu curso na Unicamp, excetuando-se os trancamentos de matrícula, tenha coeficiente de rendimento (CR) maior ou igual a 2,7 (deliberação CEPE, nº 04/05)

Os alunos que não comprovarem as declarações feitas nos formulários de inscrição, que perderem os prazos estabelecidos pelas convocações, fraudarem ou prestarem informações falsas nas inscrições, trancarem matrícula, desistirem ou serem excluídos do seu curso por rendimento escolar ou frequência, além de incorrerem em disciplina ou falta grave (de acordo com o Regimento Geral da Unicamp), serão excluídos dos Programas de Bolsa-Auxílio.

Período de vigência da Bolsa:

A duração da bolsa é de um ano, sendo renovável pelos anos em que os alunos estiverem matriculados na Unicamp mediante novo processo de seleção e comprovação das informações necessárias.

Disponível em: <https://www.sae.unicamp.br/servicosocial/bolsas> Acesso em: 11/04/23.